




Coleção
Documentos
124

PORTUGAL E BRASIL: OLHARES PARA O OUTRO LADO DO OCEANO

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

PORTUGAL E BRASIL: OLHARES PARA O OUTRO LADO DO OCEANO





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

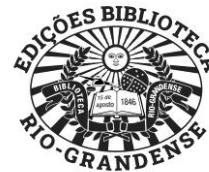
PORTUGAL E BRASIL: OLHARES PARA O OUTRO LADO DO OCEANO



- 124 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2026

Ficha Técnica

Título: Portugal e Brasil: olhares para o outro lado do oceano

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 124

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 1º maio 1900.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-080-7

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

A transição para a república no Brasil sob o prisma da imprensa portuguesa:
tempos de ruptura e conciliação (breve síntese histórica) / 9

O primeiro aniversário da república no Brasil a partir do periodismo
lisbonense: uma amostragem / 103

A TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA
NO BRASIL SOB O PRISMA DA
IMPrensa PORTUGUESA: TEMPOS
DE RUPTURA E CONCILIAÇÃO
(BREVE SÍNTESE HISTÓRICA)

Brasil e Portugal, dois países, em continentes diferentes, distanciados em milhares de quilômetros e com um oceano inteiro a separar-lhes. Entretanto, mais de três séculos de história em comum viriam a aproximá-los entre si. A incorporação da “Terra de Santa Cruz” ao império colonial luso levaria, por centúrias, a uma identidade quase que plena, sem maiores distinções entre portugueses e brasileiros. Com a passagem do tempo, surgiriam os primeiros antagonismos, com movimentos nativistas e até independentistas, ainda à época colonial, com as originais cizânias entre brasileiros e lusitanos. O processo histórico que originaria a independência política do Brasil e as dificuldades impostas por Portugal para que se promovesse o reconhecimento de tal emancipação gerariam certas incompatibilidades nas relações luso-brasileiras. Tais desacertos ficaram em geral restritos a aspectos circunstanciais, pois, em essência, no que tange aos fundamentos estruturais, permaneceria uma certa conciliação entre ambos os países, notadamente pela manutenção da forma monárquica de governo e pela identidade quanto à dinastia reinante, permanecendo o poder com os Bragança dos dois lados do Atlântico.

A formação de um grande império na América do Sul, verdadeiro corpo estranho na conjuntura plenamente republicana do Novo Mundo, muitas vezes mais voltado para o concerto europeu do que para o seu continente, garantiram por decênios, à exceção de algumas localizadas manifestações anti-lusitanas, as cordiais relações entre Brasil e Portugal. O império tropical, após uma crise inicial, passaria por uma fase de apogeu e esplendor, por sua vez seguida de um

declínio inexorável, manteve por quase sete décadas a mesma dinastia reinante e a cordialidade brasileiro-lusitana. Os abruptos acontecimentos de novembro de 1889, com a deposição do imperador e a ascensão da república viriam a transformar esse quadro de amizade incondicional. A partir de então, se daria um contexto irreversível de desacertos, instabilidade e conflitos, o qual teria seu auge no rompimento das relações entre os dois países. Paulatinamente se daria o processo inverso, pelo qual se buscava estabelecer entre ambas as nações um espírito de reaproximação, reconciliação e irmanação.

O período de praticamente uma década que se seguiu à proclamação da república no Brasil, transcorrido até as comemorações do quarto centenário do descobrimento brasileiro, entre 1889 e 1900, esteve plenamente a contento para a observação dessas duas tendências básicas de afastamento e conagração nas inter-relações luso-brasileiras. Nesse quadro, a imprensa portuguesa desempenharia papel essencial nesse processo histórico, interpretando os acontecimentos e, como agente social, interagindo com eles, corroborando ou influenciando diretamente o devir histórico que marcou aquelas etapas de divergência e convergência. Ao observar o Brasil, os jornais lusitanos expressavam uma visão espelhada do outro lado do oceano, ou seja, o olhar impresso voltava-se para os trópicos, mas, figurativamente, como em um espelho, em grande parte, acabavam por retratar a realidade portuguesa. Uma síntese a respeito de tal olhar espelhado dos periódicos portugueses acerca do primeiro decênio republicano no Brasil constitui o objetivo deste trabalho.

A transição política “na conjuntura brasileira representaria um momento de inflexão nas relações entre Portugal e Brasil” e, “a partir dos fenômenos históricos que se desencadeavam”, advinha “uma tendência crescente de desagregação entre ambas as nações”. Nesse sentido, alguns acontecimentos na jovem república promoviam “um certo recrudescer em tal propensão e as manifestações da imprensa portuguesa serviam ora para avivar, ora para refrear” o efeito dos episódios, que, “de um mal-estar inicial, ganhariam cada vez mais corpo” até “culminar com o rompimento entre os dois países”¹. Por outro lado, o jornalismo luso também viria a participar do esforço em prol da reconciliação luso-brasileira, intentando contribuir na suavização ou eliminação do espírito de desavença e visando a valorizar alguns dos fenômenos históricos que serviriam para apaziguar os ânimos e reconciliar as relações. Dentre os processos históricos abordados pela imprensa e que levaram à desagregação estiveram o próprio estabelecimento da república no Brasil, as duas primeiras grandes crises republicanas, em 1891 e 1893, e o rompimento diplomático brasileiro-lusitano; já no sentido da congregação, ficaram demarcados o reatamento das relações diplomáticas, a participação lusa na disputa anglo-brasileira pela Ilha da Trindade e as festividades alusivas ao quarto centenário da descoberta do Brasil.

A essência deste estudo caracteriza-se pela abordagem do olhar do jornalismo português sobre o Brasil, “uma vez que, desde os mais longos e

¹ ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 16.

profundos editoriais ou matérias jornalísticas até o mais breve, fugaz e tênue comentário alocado em um canto de página”, todos, em seu conjunto, “refletiram, por meio da imprensa periódica, as diversas visões acerca dos acontecimentos brasileiros presentes” no seio “da sociedade lusitana”. A gênese “da jovem república foi pauta recorrente dos jornais em grande parte do mundo, mas, em Portugal, o impacto foi ainda mais profundo”. Nesse país, “páginas, colunas, desenhos e caricaturas, notícias, informes telegráficos e artigos de fundos”; bem como “opiniões exacerbadas, análises reflexivas, críticas ferrenhas e interpretações partidaristas”; além de “piadas bem humoradas, gracejos jocosos, pilhérias de fina ironia e trocadilhos abusados” representaram “algumas das tantas estratégias utilizadas pelo periodismo para expressar”² os olhares lusos a respeito da primeira década republicana brasileira. Esta abordagem fica assim demarcada na forma pela qual cada gênero e estilo jornalístico participou na expressão das duas tendências fundamentais nas inter-relações luso-brasileiras dessa época, uma voltada à desagregação e a outra à comunhão.

Nas diversas formas de expressão dos periódicos lusitanos que circulavam ao final do século XIX, formou-se um feixe multiforme envolvendo os mais variados fundamentos como político-ideológicos e socioeconômicos, além de múltiplos temas traduzidos em ódios e paixões que cercaram as interfaces entre Portugal e Brasil naquele momento histórico. Ao lançar seu olhar sobre a transição política brasileira, a imprensa lusa manifestou-se de

² ALVES, 2012. p. 11.

maneira multifacetada, de acordo com os pressupostos editoriais de cada periódico ou conjunto de periódicos. No que tange às reações das publicações portuguesas, podem ser apontados pressupostos fundamentais como: até que ponto os conflitos entre monarquistas e republicanos e/ou governistas e oposicionistas contribuíram para o acirramento das tensões e conflitos nos quadros das relações brasileiro-lusitanas; em que sentido a busca por imparcialidade, neutralidade e isenção norteou os padrões jornalísticos das folhas de predomínio noticioso; quais os sentidos das distintas práticas editoriais dos representantes da pequena imprensa; e qual o alcance das transformações de comportamentos e estratégias editoriais de grande parte dos jornais portugueses, diante do esforço nacional no intento da reconciliação luso-brasileira.

Tal abordagem justifica-se a partir da perspectiva de que o período de abordagem, ainda que breve no cronológico, correspondendo apenas a uma década, compreende em si uma etapa de amplas transformações e instabilidades nas relações entre Brasil e Portugal, percorrendo um intenso caminho entre as tendências de atrito e ruptura e as de acordo e harmonização, reproduzidas através das páginas dos jornais. Relevante também foi o horizonte de publicações abordadas, representativo em relação ao contexto do periodismo luso do final do século XIX, compreendendo praticamente duas centenas e meia de títulos, afora mais pelo menos um cento de outros que foram observados, sem que apresentassem referências ao contexto brasileiro. Tal conjunto de periódicos traz em si uma significativa representação da sociedade portuguesa

de então, notadamente pelo motivo de terem sido trabalhadas edições de todas os distritos lusitanos da época.

Um trabalho de cunho histórico que visa a empreender um estudo a partir da imprensa deve levar em conta que um jornal “é quase sempre uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”³, de modo que seu texto precisa ser interpretado além do sentido literal, pois as informações e opiniões nele contidas constituem um “magma que tende a ser por vezes complexo, heterogêneo, acontecível e vivo”⁴. Nesse sentido, torna-se necessário “trazer à luz os centros de interesse do jornal e a evolução desses centros de interesse”, buscando revelar os “valores explícita ou implicitamente expressos” no mesmo⁵, uma vez que, “a sinceridade dos jornais mede-se, *a priori*, tanto pelas omissões quanto pelo destaque deliberadamente concedido às notícias escolhidas”⁶. Assim, “as próprias tendências, distorções, distinções e/ou omissões marcantes nos pronunciamentos de grande parte” dos periódicos “também se constituem em elementos para a análise histórica”, pois evidenciam as maneiras pelas quais eles “buscam estruturar – ou desestruturar – os acontecimentos de uma dada realidade, atuando assim na elaboração de uma construção discursiva”⁷.

³ RODRIGUES, José Honório. *Teorias da História do Brasil (introdução metodológica)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978. p. 198.

⁴ MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970. p. 7-8.

⁵ ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 63.

⁶ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 177.

⁷ ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. In: *Comunicação & política*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. jan. – abr. 1999. v. 6. n. 1. p. 250-251.

Nessa linha, a pesquisa em jornais deve relevar que “o pressuposto essencial das metodologias propostas para análise de textos” está ligado ao fato de que “um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*”. Dessa maneira, frente a “um documento, o historiador deve sempre atentar para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias”⁸. Tal perspectiva leva em conta que “o texto não é transparente”, de modo que “pesquisar o sentido de um texto, de uma frase, de uma palavra exige certo trabalho com o texto”, ou seja, “uma aparente desestruturação da cadeia falada e da ordem do discurso, para recompô-lo segunda uma legibilidade significativa”⁹.

Parte-se então da premissa da “noção do discurso como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”¹⁰, orientadas por um processo histórico. Assim, o discurso é considerado histórico à medida que “se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também porque cria tradição, passado, e influencia

⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 377.

⁹ ROBIN, 1977. p. 153.

¹⁰ MALDIDIER, D.; NORMAND, C. & ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 82.

novos acontecimentos”¹¹. De acordo com essa perspectiva, o discurso não é “independente das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe”, de maneira que, “só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação–reestruturação dessa redes e trajetos”, ou seja, ele constitui “o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”¹².

Ao estabelecer por foco de análise a imprensa portuguesa, este trabalho busca realizar uma interpretação histórica da construção discursiva, compartilhando alguns dos pressupostos das modalidades analíticas do discurso, notadamente no que tange ao contexto, à formação discursiva e às relações de oposição, de associação e de identidades. Nesse sentido o veio condutor do trabalho é a pesquisa de natureza histórica, uma vez que na escolha de um método deve haver o cuidado “para que o mesmo seja compatível com a formação de historiador”, pois “aventurar-se em métodos que exijam sólida formação linguística é risco que pode comprometer a pesquisa duplamente, a ponto de fazê-la não atender às exigências quer da linguística, quer da história”. Também se faz necessária a adoção de uma “certa flexibilidade no uso do método escolhido”, de maneira que o pesquisador não caia “prisioneiro de

¹¹ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990. p. 35.

¹² PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

procedimentos que prejudiquem as interpretações históricas de fundo e a verificação das hipóteses de trabalho”¹³.

Nas modalidades de estudo analíticas do discurso, “a história, sob a forma do texto histórico, foi um dos seus primeiros objetos”, de modo que “os historiadores, desde o início, colaboraram enormemente para o estabelecimento de suas categorias”. Nesse sentido algumas das questões básicas são “rejeitar o ‘revestimento’ técnico”, valorizar os “pontos de contato” e propor “tentativas de abordagem, de métodos para a leitura dos textos”. Dessa maneira, aquelas modalidades, equivalendo a “um processo”, ou a “um movimento crítico”, fornecem “categorias operatórias e métodos a aplicar”. Assim, “a natureza das intenções leva os historiadores a propor conceitos e abordagens construídos em experimentações pluridisciplinares eficazes”, centrando suas interpretações no estudo do discurso e assumindo uma “empatia com o ator sociopolítico capaz de reflexividade sobre a linguagem”¹⁴.

A partir de tais pressupostos, o historiador pode estabelecer uma “profissão de fé”, ao considerar que “o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto” como no caso daqueles estudiosos “que negam haver história fora do discurso”. Ocorre exatamente o contrário, tratando-se, “antes, de *relacionar texto e contexto*” buscando “os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas

¹³ CARDOSO & VAINFAS, 1997. p. 379.

¹⁴ MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 89, 91, 95 e 97-98.

quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais” que orientam “a produção, a circulação e o consumo dos discursos”. Dessa forma, “o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social”, uma vez que, “negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que haja uma história independente do texto”. Nesse sentido, “a história é sempre texto, ou mais amplamente, *discurso*, seja ele escrito, iconográfico, gestual”, entre outros, “de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho”¹⁵.

Nessa perspectiva é possível estabelecer “a concepção do discurso como jogo estratégico e polêmico”, ou seja, “o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico”, e sim “como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva e também como luta”¹⁶. Ao abordar a imprensa, uma interpretação do discurso “não visa apenas à descrição das estruturas linguísticas utilizadas pelos falantes, mas procura explicar e interpretar os modos como essas estruturas resultam de escolhas contextualizadas” e “não apenas de natureza linguística, mas de cariz social, político, cultural e ideológico” explicitando “quer as representações ideacionais dos produtores textuais quer as relações e as identidades de

¹⁵ CARDOSO & VAINFAS, 1997. p. 378.

¹⁶ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 31.

produtores e consumidores textuais”¹⁷. Parte o historiador então, na linha do compartilhamento, com as noções de contexto, formação discursiva e relações discursivas.

Quanto ao contexto, um ponto essencial nesses estudos é buscar interpretar o discurso em uma “dimensão de exterioridade”, levando em conta a ação social e a “dispersão do tempo”¹⁸. Deve-se, assim, colocar “em evidência o problema das condições de produção como um quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva”¹⁹. A preocupação com o ambiente no qual ocorreu a elaboração do discurso advém da perspectiva de que a prática discursiva não é “um objeto concreto oferecido à instituição e sim o resultado de uma construção”, condicionada pelo contexto histórico²⁰. Nesse sentido, “é uma ilusão acreditar” que “os enunciados” de um discurso “se interpretam sem contexto”, havendo a necessidade de “procedimentos que exigem uma análise do contexto e não somente uma interpretação semântica”, sendo preciso “definir o contexto do qual tirar as

¹⁷ PEDRO, Emília Ribeiro. O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília Ribeiro. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1998. p. 293.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 354.

¹⁹ OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 51.

²⁰ MAINGUENEAU, Dominique. *Introducción a los métodos de análisis del discurso: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Huchette, 1980. p. 21.

informações necessárias para interpretar” o discurso²¹. Torna-se, assim, imprescindível “apreender o discurso como uma atividade inseparável do contexto”²².

Dessa maneira, “o discurso é uma atividade ao mesmo tempo condicionada pelo contexto e transformadora desse mesmo contexto”, pois, “dada a abertura da interação, o contexto é ao mesmo tempo construído na e pela maneira como se desenvolve” e, “definida de antemão, a situação é sem cessar redefinida pelo conjunto de acontecimentos discursivos”, ou seja, “a relação entre texto e contexto não é absolutamente unilateral, mas dialética”²³. Nessa linha, “uma primeira propriedade do contexto a ressaltar é seu caráter dinâmico”, já que ele se desloca em situações que “não permanecem idênticas no tempo e sim se cambiam”. Assim, “um contexto é um transcurso de acontecimentos” que “tem um estado inicial, estados intermediários e um estado final”²⁴. Assim, a leitura de um discurso “não é possível e/ou razoável em si, mas em relação às suas histórias”, não se constituindo seu sentido em algo “fechado em si mesmo e autossuficiente”²⁵.

²¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 25 e 29.

²² MAINGUENEAU, Dominique. *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 33.

²³ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Contexto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 128.

²⁴ DIJK, Teun A. van. *Texto y contexto: semântica y pragmática del discurso*. 3.ed. Madri: Ediciones Cátedra, 1988. p. 273-274.

²⁵ ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. p. 44.

Na interpretação dos discursos torna-se relevante reconhecer “o tempo e o espaço da produção do discurso”. Desse modo, nas pesquisas é significativo o ato de “incrustar o enunciado” discursivo “no contexto social e generalizar a partir de significados surgidos em contextos sociais específicos”. Assim, o pesquisador “pode eleger, dentre os elementos constitutivos do contexto, os necessários para caracterizar um determinado ato comunicativo”²⁶. Nesse sentido, é imprescindível a consciência acerca “do contexto social, político, cultural e histórico da inserção dos destinatários, dos consumidores textuais”, em um quadro pelo qual “cada um deles atualiza diferentemente o potencial de significado com base naquilo, não apenas que quer, mas, sobretudo, que pode dizer”. Através de tal prática, a observação de um discurso viabiliza “entender o que lá está, e o que poderia estar, mas não está com base na consideração de que qualquer produto textual resulta de um processo discursivo”, o qual, por sua vez, fica “inserido numa prática social concreta e ideologicamente determinada e determinante”²⁷.

Mais especificamente, no que tange à interpretação “do discurso jornalístico impresso, normalmente é relevante ter-se em consideração elementos de contexto” como “jornais e revistas que vão ser analisados, circunstâncias do fenômeno que está a ser estudado e conhecimento científico relevante para a interpretação dos dados recolhidos durante a pesquisa”²⁸. Para

²⁶ BROWN, Gillian & YULE, George. *Análisis del discurso*. Madri: Visor Libros, 1993. p. 49, 60 e 62.

²⁷ PEDRO, 1998. p. 306.

²⁸ SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 11.

tanto o historiador tem de desenvolver da melhor maneira possível o seu conhecimento de causa sobre um jornal ou conjunto de periódicos, bem como a respeito do ambiente em que circularam. De acordo com tal perspectiva, “se faz preciso especial disposição de espírito para ler um artigo de jornal do passado e julgá-lo corretamente”, de maneira que “só um historiador impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo presentes as circunstâncias históricas em que se produziu”, fica capacitado para “captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado”²⁹. No que tange ao discurso, a abordagem do contexto deve levar em conta os condicionantes extra-discursivos – aqueles originados externamente à própria imprensa; os intra-discursivos – aqueles concernentes à conduta editorial de um jornal específico; e os inter-discursivos – aqueles voltados às inter-relações entre um conjunto de periódicos.

Desse modo, quanto ao contexto do discurso, a imprensa deve “ser observada como um fenômeno de comunicação escrita jornalística indissolúvelmente inserida num processo social” que se desenvolve “em situações históricas concretas”. Tal “sistema comunicacional deverá ser visto não numa perspectiva abstratizante fechada sobre si própria” e sim “como meio privilegiado de possibilitar o diálogo e a troca de mensagens entre os membros da sociedade, numa interação concreta”. Nessa linha, “as condições históricas não constituirão um pano de fundo imóvel à frente do qual decorre o processo”, estabelecendo-se, ao contrário, “uma relação permanente de influência

²⁹ JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Ed. da USP, COM-ARTE 1992. p. 26.

recíproca entre imprensa periódica e meio social, político, cultural”. Levando em conta o período abordado nesta pesquisa, “a imprensa periódica é o instrumento e meio de cultura que melhor se adequa ao ritmo da sociedade oitocentista”, derivando daí “o papel crescente da imprensa como promotora e organizadora de correntes de opinião”, ocorrendo uma plena interação entre a produção discursiva e o contexto no qual ela foi entabulada³⁰.

A formação discursiva constitui outro fundamento essencial para este estudo. Ela se refere à possibilidade de “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão”. Tal formação parte de “objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas” que podem tornar possível “definir uma regularidade”, a partir de “uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações” no discurso. Aquilo “que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos” consiste na “maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros”; o modo pelo qual “a disposição das descrições ou narrações está ligada às técnicas de reescrita”; a forma “pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto”; a modalidade “pela qual estão ligados os modos de aproximação e de

³⁰ TENGARRINHA, José M. Imprensa e opinião pública em Portugal. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 160.

desenvolvimento dos enunciados”; e “os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados”³¹.

Nesse sentido, a formação discursiva designa “conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas”³², ou seja, ela se refere a “todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito”³³. O “discurso diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais, mas à especificação sócio-historicamente variável de formações discursivas”. Assim, “uma formação discursiva consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem à ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos”, bem como “de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de conceitos e de regras para a formação de estratégias”. Tais “regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social”³⁴.

Com base em tal perspectiva, as “regras que determinam uma formação discursiva se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias”. Tais aspectos “caracterizam a formação

³¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 43 e 65-66.

³² MAINGUENEAU, Dominique. Formação discursiva. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241.

³³ MAINGUENEAU, 2000. p. 68.

³⁴ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. da UnB, 2008. p. 64-65.

discursiva em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade” a qual passa a ser “atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva”³⁵. Dessa forma, os sentidos dos discursos “não estão predeterminados por propriedades da língua”, mas “dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas”. Entretanto, “é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente”, já que “elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”³⁶.

O outro fundamento relevante para a realização desta pesquisa está ligado às relações discursivas. Na expressão de “diversas modalidades de enunciação” de um discurso, elas podem remeter “à síntese ou à função unificante”, mas também “manifestam sua dispersão”, em “planos ligados por um sistema de relações” e tal “feixe de relações constitui um sistema de formação conceitual”³⁷. No campo das relações discursivas, podem ser identificados pelo menos três tipos, ou seja, as oposições, as associações e as identidades³⁸. O estudo que traz em si a abordagem de tais associações torna-se “adequado ao trabalho do historiador”, pois lhe fornece “algumas chaves para a ‘desconstrução’ do discurso sem exigir necessariamente conhecimentos linguísticos de grande

³⁵ BRANDÃO, 1996. p. 28.

³⁶ ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11.ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 44.

³⁷ FOUCAULT, 2012. p. 61 e 66.

³⁸ ROBIN, 1977. p. 154-155.

envergadura”³⁹. Tais relações voltadas a oposições, associações e identidades são extremamente recorrentes nas construções discursivas de natureza jornalística, notadamente naquelas em que predominam o discurso político.

Ao promover o estudo das construções discursivas de cunho político, este trabalho observa a política como uma “atividade ou práxis humana” que “está estreitamente ligada ao poder”⁴⁰, e como uma “forma de conduta humana livre e polêmica que se projeta como poder sobre a ordem vinculadora” de uma sociedade⁴¹, sendo abordada, sinteticamente, “no sentido da práxis” humana “no e pelo poder”⁴². Ao voltar-se à História Política este estudo trilha por caminhos de uma área que chegou a sofrer profundo descrédito, a partir “de um interesse por outras dimensões da História”, chegando a mesma a ser considerada como “símbolo de uma História fora de moda”⁴³. Tal percepção adveio da associação entre a História Política e a abordagem factual da História ou ainda da intenção de “fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia”⁴⁴. Além disso, o estudo da política poderia ter causado algum desconforto a certos pesquisadores, uma vez que ela “não segue um

³⁹ CARDOSO & VAINFAS, 1997. p. 381.

⁴⁰ AGESTA, Luis Sánchez. Política. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 922.

⁴¹ BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13.ed. Brasília: Ed. da UnB, 2007. p. 954.

⁴² ALVES, 1999. p. 248.

⁴³ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 44.

⁴⁴ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 180-182.

desenvolvimento linear”, sendo “feita de rupturas que parecem acidentes para a Inteligência organizadora do real”⁴⁵. Assim, “essa diluição-dissolução do aspecto político” deve-se ao fato de que “na falta de capacidade para abatê-lo, ele é contornado”, ou “lhe negam a existência”⁴⁶.

O “descarte sofrido pela História Política revela os limites que as tendências reducionistas”, bem como os modismos transitórios, “impuseram à História, ao eleger um fato, seja o social, o econômico”, o cultural, ou o próprio político, como panaceia única e exclusiva “de toda a construção histórica de uma determinada época”. Mas tal abordagem histórica passaria “por um processo de revalorização e renovação”⁴⁷, voltando frutificar em termos de produção histórico-historiográfica. Tal História Política renovada “foi grandemente estimulada pelo contato com outras Ciências Sociais e pelas trocas com outras disciplinas”, abrindo-se a “acolher contribuições externas”, a partir de “sua natureza interdisciplinar” e sua característica de “ciência-encruzilhada”, em constante contato com outras áreas do saber. Assim, ela pediu “empréstimos” como “técnicas de pesquisa, conceitos, vocabulário”, entre outras contribuições, como o caso dos estudos acerca dos discursos, servindo

⁴⁵ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 448-449.

⁴⁶ DOSSÊ, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2003. p. 227.

⁴⁷ ALVES, 1999. p. 249.

para redobrar “o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos”⁴⁸.

Essas “renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”⁴⁹. Nesse sentido, se cristalizam uma série de interfaces entre política, imprensa e discurso, uma vez que a política constitui “um dos lugares” onde o discurso exerce, “de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder” que todos querem se apoderar⁵⁰. Constituindo “a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de forças simbólicas para a conquista e a gestão de um poder”, ela é “exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída” por meio do discurso. Nesse sentido, “as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores”, tais como “de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos”, sendo “parceiros ou adversários” e ainda “do que ele julgar necessário defender ou

⁴⁸ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 29-30.

⁴⁹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 128.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2010. p. 10.

atacar”, como “as pessoas, as ideias ou as ações”⁵¹. Junto à imprensa, a “política tem como palco central uma luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos e das questões”, de modo que o estímulo aos estudos acerca do conteúdo político dos jornais torna-se fundamental para um melhor entendimento das sociedades⁵².

Nessas inter-relações entre imprensa, discurso e política, constituem pontos essenciais do estudo questões como os conflitos discursivos, o silêncio discursivo, as modalidades discursivas e o controle discursivo. Quanto ao conflito discursivo, ele se estabelece na existência de “dois contextos discursivos antagônicos”, no qual “os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários”, de maneira que esses dois contextos se “remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles”⁵³. Nesse sentido, “o político é uma construção da realidade” a partir da qual no limite “se estabelece a ‘discriminação’ entre amigos e inimigos”. Tal “discriminação é a essência do político” como um “fenômeno atinente ao discurso” e à “construção da realidade”, de modo que “os discursos políticos se inscrevem no campo da persuasão” e “devem por seu

⁵¹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 79 e 82.

⁵² TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 29 e 39-40.

⁵³ MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-181.

efeito perlocutório, movimentar objetos”, tais como “a opinião pública e os eleitores”⁵⁴.

Quanto ao silêncio, em se tratando de discurso, ele também possui um sentido. Desse modo, “o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção” e por esse motivo, “dada a diversidade dessas, o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras”. Na expressão do discurso se dá a instauração dos “espaços de silêncio”, de modo que é possível “observar alguns fatos relativos à delimitação do que é dito e do que é silenciado nos diferentes discursos”, levando em conta a “função silenciadora da fala”⁵⁵. Nessa direção, “torna-se decisivo em qualquer análise”, independente da “configuração material, observar não apenas o que lá está, mas, igualmente, o que, podendo estar, não está”, isto é, não só o espaço das “presenças, mas, de igual modo, as ausências”⁵⁶.

De acordo com tal perspectiva, “o silêncio não é o vazio, ou sem-sentido” e, “ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa”, abrindo-se espaço “à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*”. Nessa linha, “a linguagem é a passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras”, havendo “espaços de silêncio que são o índice da

⁵⁴ CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 39-40 e 50.

⁵⁵ ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1996. p. 263 e 275.

⁵⁶ PEDRO, 1998. p. 294.

história particular do sujeito em sua relação com a linguagem”, ou ainda, “de sua história em face da articulação entre as diferentes formações discursivas e de seus deslocamentos”. Assim, “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito ao dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível, ao sujeito, a elaboração de sua relação com outros sentidos”. Com base em tais premissas se estabelece a existência de “um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia a dimensão histórica, já que mesmo o silêncio é sentido”, de forma “que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história”⁵⁷.

No que tange às modalidades discursivas, pode-se observar no conjunto da imprensa em foco a existência de duas tendências básicas quanto à orientação do discurso. De um lado estavam as chamadas publicações nacionais, os grandes diários, com construções discursivas de retumbante impacto em relação ao país como um todo e, ao lado deles, os projetos de jornais diários que não conseguiram atingir a mesma repercussão e/ou perenidade e os semanários, notadamente aqueles de caráter regional, que, a seu modo, intentavam manter estilos editoriais aproximados aos daqueles. Em linhas gerais, tais periódicos, pela sua conduta discursiva, voltavam-se às práticas daquilo que se convencionava chamar de imprensa séria. Do outro lado ficavam os representantes do que se poderia denominar de pequena imprensa, ou seja, folhas que em geral não eram perenes e tinham dificuldades na manutenção de

⁵⁷ ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 70, 72, 89, 91 e 94.

sua estruturação financeira e direcionavam seus discursos para um padrão jornalístico de teor crítico-opinativo.

Em linhas gerais, os diários portugueses estabeleceram estratégias discursivas que respondiam à premissa pela qual aos jornais mais poderosos, ou ao menos aos mais perenes, estáveis e/ou organizados coube “o uso das linguagens ‘sérias’ e unívocas”, bem como “os discursos consistentes e monolíticos”⁵⁸. Ao lado deles, os semanários, limitados às suas características editoriais, buscavam manter conduta parecida. Nesse sentido, tais periódicos não deixavam necessariamente de expressar suas convicções político-partidárias e/ou ideológicas, mas, na maior parte das vezes, buscavam equilibrar uma exposição mais exacerbada, com os seus interesses organizacionais e financeiros, notadamente no que tange à venda de exemplares e à colocação de matéria publicitária em suas páginas. Havia em relação a esses periódicos todo um cuidado com a constância e a regularidade na circulação e distribuição, intentando garantir uma certa perenidade, por vezes não obtendo sucesso, mas, em outras, chegando a constituir verdadeiras empresas jornalísticas.

Junto dessa imprensa dita séria, “havia ainda espaço para uma pequena imprensa, essencialmente crítica e opinativa e com estruturas organizacionais bem díspares em relação àquela”. Muitas dessas “folhas sustentavam manifestações calcadas no humor e na ironia, explorando o cotidiano político, econômico e social”, em projetos editoriais nos quais “o leitor poderia se sentir inserido ou mesmo como um protagonista da realidade retratada”. Eram os

⁵⁸ EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

caricatos, humorísticos e satíricos, “publicações que mantiveram um tom jocoso, acidamente crítico e ferinamente irônico em suas páginas”⁵⁹, usando até mesmo uma linguagem mais escrachada. Outro ramo da pequena imprensa lusa pode ser representando pelos periódicos operários que mantiveram um teor crítico, voltado notadamente a discussões de cunho socioeconômico e à difusão de uma consciência de classe.

A pequena imprensa visava essencialmente a ocupar um espaço alternativo no conjunto do jornalismo de então, representando uma verdadeira opção diferenciada em relação ao modelo sério dos demais jornais. As formas de linguagem estampadas em suas páginas revelavam estratégias discursivas propícias a oferecer tais alternativas, pois, ao passo que as demais publicações voltavam-se à seriedade e à univocidade, à pequena imprensa restavam “as equivocidades de todo gênero, a piada, o trocadilho, o humor e a poesia”. Os versos, com seu ritmo próprio, as formas de manifestação popular destacadas inclusive graficamente e o diálogo impresso de maneira direta, em um conjunto contínuo de perguntas e respostas constituem exemplificações típicas das formas de expressão discursiva da pequena imprensa, que, aos unívocos jornais ditos sérios, retrucava com a equivocidade. Dava-se assim uma verdadeira oposição no que tange às construções discursivas, “através do humor, do chiste ou do mero trocadilho”, na manifestação de uma forma essencialmente

⁵⁹ ALVES, Francisco das Neves. A linguagem da pequena imprensa portuguesa diante da proclamação da República no Brasil. In: VAZ, Artur Emilio Alarcon & PÓVOAS, Mauro Nicola (orgs.). *Literatura, história e fontes primárias*. Curitiba: Editora CRV, 2013. p. 122-123.

equivoca ou ambígua. Nesse quadro, “o humor e a pilhéria são ambíguos por natureza” e sua utilização deriva de uma tentativa do mais fraco “de reduzir suas ‘obrigações’” perante o mais forte, atuando também “como uma descarga emocional” do primeiro em relação ao poder, bem como “a sua abstração” no que tange à “tirania da univocidade”⁶⁰. Era com tais estratégias discursivas que a pequena imprensa intentava constituir uma alternativa e conquistar o público leitor⁶¹.

Esse discurso da pequena imprensa era representado pelos satírico-humorísticos, normalmente combativos em nome de alguma causa ou intenção coletiva ou individual, censurando ou atacando práticas sócio-políticas de individualidades ou de grupos, em suas ações públicas, ou ainda chegando a especular acerca da vida privada dos adversários. Também na linha do humor, mas acrescentando o apelo visual da imagem, estiveram os caricatos que, “num trabalho de interdiscursividade entre a cultura escrita e a cultura oral”, instalava-se “na fronteira entre a ética e a estética, explorando a cotidianidade política, econômica e social” e fazendo “convergir, pela representação visual, a sátira da palavra, política ou social, com a imagem, acabando por influenciar a opinião”⁶² em significativa escala, podendo o universo retratado pela caricatura

⁶⁰ EPSTEIN, 1993. p. 123-125.

⁶¹ ALVES, 2013. p. 123 e 136.

⁶² ALVES, José Augusto dos Santos. O poder da comunicação. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 124-125.

ser analisado em sua expressão iconográfica e iconológica⁶³, bem como em seu conteúdo político e, essencialmente, de crítica política⁶⁴. Já a imprensa operária calcava seu discurso na difusão de uma consciência de classe, ou seja, uma “autoconsciência coletiva”, pela qual, as mais variadas vivências e ações dos trabalhadores convertiam-se “num campo de batalha de classe”⁶⁵, buscando demonstrar as mazelas da sociedade e os caminhos para amenizar as desigualdades sociais, combatendo o capital, o *status quo* governamental e as várias formas de exploração do proletariado e, enfim, atuando na “elaboração de uma consciência coletiva homogênea”⁶⁶.

Outro fundamento relevante é o de controle discursivo, em uma referência aos diversos fatores que serviram à limitação da expressão dos jornais, sejam os de natureza externa, como legislações coercitivas, políticas repressivas ou ações fiscalizadoras ou policiaescas, ou ainda os de cunho interno, referindo-se a mecanismos utilizados pelos próprios periódicos para promover uma auto-regulamentação em seus pronunciamentos. Desse modo, pode haver um autocontrole de parte da publicação, com base em uma “disciplina” que “é um princípio de controle da produção do discurso”, servindo

⁶³ PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 47-49, 53-54 e 62-64.

⁶⁴ HOMEM, Amadeu Carvalho. Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. v. 28. p. 739-763.

⁶⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 438-439.

⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 173.

para lhe fixar “os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. Além disso, na maioria das sociedades foi estabelecido um “grupo de procedimentos que permite o controle dos discursos”, na busca não só “de dominar os seus poderes” ou “de conjurar os acasos de sua aparição”, mas também “de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”. Assim, é estabelecida uma série de regramentos ao discurso, à “sua aparição e sua regularidade”, evitando que ele passe “às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”⁶⁷.

Este estudo foi estruturado a partir de uma concepção temporal e tal organização não adveio apenas do próprio devir cronológico, também fundamental, mas buscou ir além, abordando a concepção de tempos históricos oriundos de uma construção social. Nesse sentido, o tempo aparece como resultado de uma experiência sociocultural, cuja compreensão se dá a partir de uma “ligação interna” entre a sociedade “e o tempo”, de modo que, mesmo que o presente constitua uma “ruptura com o passado”, ou uma “continuidade do passado, existe sempre uma relação interna entre o que foi, o que é o que será”. Dessa forma a continuidade histórica não corresponde à “passagem de um amontoado de fatos desordenados a ideias abstratas atemporais”, pois, “como trabalho de pensamento, ela é a retomada de operações culturais começadas”

⁶⁷ FOUCAULT, 2010. p. 36-37 e 53.

preteritamente e “seguidas de múltiplas maneiras” em direção ao presente⁶⁸. Tal tempo “não é homogêneo”, e sim carregado “de riqueza e contradição que instiga a mente e exige deciframento”⁶⁹.

Quanto a tal abordagem temporal, a essência assim é a de um “tempo social”, como “uma designação” para a “representação social do tempo”. Nessa linha, o “sentido corrente é o de que o tempo é uma categoria de pensamento e, como tal, o resultado de uma elaboração ou construção simbólica solidária com o sentido e os recortes gerais de cada cultura”. Tal “ênfase no caráter social procura acentuar a relatividade da noção ocidental de tempo, em face não só das classificações diversas das demais culturas”, como “também das diferentes modalidades em que ela própria se expressa”, através de fundamentos como “historicidade, tradição, evolução, revolução, entre outros”⁷⁰. De acordo com essa perspectiva, o “tempo é uma construção social, isto é, da consciência coletiva”, em um quadro pelo qual “o tempo-calendário torna-se significativo quando transformado em social”, havendo, portanto “um tempo especificamente social, um ‘relógio social’, no qual as referências são eventos ou atividades dos grupos particulares” e de suas “atividades sociais”. Dessa maneira, a “noção de tempo

⁶⁸ NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 11.

⁶⁹ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 30.

⁷⁰ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Tempo social. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1205.

social” pode superar “a referência ao tempo-calendário, sem descartá-lo”, criando “uma nova perspectiva sobre o tempo histórico”⁷¹.

Esse tempo histórico-social “se revela no campo econômico-social-mental, como permanência, constância, resistência e necessidade social”, sendo “construído por ações coletivas”, como resultado “dos mesmos gestos eficazes de produção, distribuição, troca e consumo” e “é constituído por comportamentos, normas, regras, leis e ordens sociais”⁷². Em tal tempo social em construção, “o conceito de tempo deveria ser considerado não uma condição *a priori*, mas uma consequência” de uma “experiência de mundo” e “resultado de uma evolução”. Ainda que o “sentido de tempo se baseie em fatores psicológicos e processos fisiológicos que estão abaixo do nível da consciência, ele depende também de influências sociais e culturais”, em decorrência das quais “há uma relação recíproca entre tempo e história”, uma vez que a “ideia de história é baseada no tempo”, e o tempo, tal como é concebido, constitui “uma consequência da história”⁷³. Esse tempo compreende uma transição estabelecida a partir de uma “experiência histórica concreta”, cuja existência compreende “a potência essencial que a faz se mover”⁷⁴. Assim, “a pluralidade do tempo histórico-social é indispensável” nos estudos das “ciências humanas”⁷⁵, pois é nesse tempo

⁷¹ REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994. p. 94 e 98.

⁷² REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994. p. 17.

⁷³ WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções sobre o tempo da Pré-História aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 206-207.

⁷⁴ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 245.

⁷⁵ RODRIGUES, José Honório. *Tempo e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 17.

social que “os historiadores se movem”⁷⁶, trabalhando com “tempos diferentes na e pela narrativa” e revelando nos textos, “um meio poderoso” para estudar “a história das relações entre os povos”⁷⁷.

Foi esse tempo histórico-social construindo na interação com as sociedades e propício ao estudo das inter-relações entre as nações que balizou esta pesquisa. O seu período de abrangência, constituído por uma década, entre 1889 e 1900, representa um tempo breve no cronológico, mas de amplas transformações, ou ao menos de mudanças, no que tange às interfaces luso-brasileiras, refletindo processos históricos mais longevos, tanto pretéritos – como no caso das interações colônia-metrópole –, quanto futuros – a conjuntura das relações internacionais entre Brasil e Portugal no século XX. Essa categorização em “tempos” não traz em si uma ideia de unidades fechadas e estanques entre si, uma vez que devem ser levados em conta os fenômenos das continuidades e das rupturas temporais, de modo que tais tempos históricos aparecem de maneira inter-relacionada, interacionada e até alternada entre si, apresentando vários elementos constitutivos de permanência e, por vezes, alguns níveis de ruptura.

Assim são abordados neste estudo os “tempos de ruptura”, ou seja, os elementos constitutivos históricos da tendência geral que levou de um clima de tensão ao rompimento definitivo no relacionamento brasileiro-lusitano e os

⁷⁶ GLÉNISSON, 1977. p. 30.

⁷⁷ DARBO-PESCHANSKI, Catherine. Os tempos da história. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 84.

“tempos de conciliação”, explicados a partir dos condicionantes históricos que caracterizaram a tendência que se seguiu à anterior, marcada por uma busca pela reaproximação e retomada da irmanação entre os dois países. A pesquisa também é orientada a partir de uma questão temporal, ou seja, são definidas pelas “datas-bases” que constituem a essência da trabalho, as quais não foram escolhidas ao acaso e sim pelo motivo de terem sido aquelas com maior recorrência nas páginas dos periódicos lusitanos. Nessa linha, os tempos abordados são aqueles direcionados à mudança da forma de governo no Brasil e às suas duas grandes crises originais, assim como ao próprio conflito diplomático luso-brasileiro – refletindo a época de afastamento entre as duas nações –; e os destinados ao reatamento das relações, à aproximação por ocasião da Questão da Ilha da Trindade e às comemorações do quarto centenário do descobrimento – momentos típicos da busca pela retomada da conciliação entre Portugal e Brasil.

O conjunto das reações expressas nos jornais portugueses a respeito da transição política brasileira demarcada pela primeira década de sua formação republicana vem a traduzir as formas pelas quais a própria sociedade lusitana observava tais acontecimentos. Influenciando tal sociedade, mas também reproduzindo seus pensamentos, os jornais apresentaram aquela versão espelhada para os fatos, lançando o olhar para o Brasil, mas refletindo sobre si mesma. A perspectiva objetivada foi a de lançar a abordagem sobre todos os periódicos disponíveis, não se voltando somente às regularidades discursivas – construídas a partir das observações dos jornais mais perenes e longevos –, mas

indo além e promovendo o estudo “de um verdadeiro mosaico discursivo, ou seja, vários segmentos de discurso dos mais diversos lugares do território luso”, os quais serviram “para demonstrar, por meio da imprensa, o universo de reações da nação portuguesa diante da mudança na forma de governo brasileira”. Com base nessa diversificada e numerosa gama de periódicos, o maior intento foi a sistematização e identificação da essência de suas construções discursivas no que tange à edificação da república no Brasil. Assim, na “abordagem do conjunto de vários tipos de matérias publicadas, a maioria composta de textos bastante extensos, foi necessário buscar o âmago daquilo que o jornal pretendia transmitir, através da síntese de seu pensamento”⁷⁸.

Ao longo da década analisada, “formas, regimes e sistemas de governo”⁷⁹, além de outros tantos condicionantes, “foram debatidos à extenuação pelos jornais que, em geral, viram méritos ou deméritos, fosse na forma de governo decaída”, fosse na recém-implantada. Nessa linha, “a imprensa revelou detalhes de como os dois países se viam mutuamente, e, com múltiplos nuances, foram estabelecidas identidades de parte a parte”. Essas “visões demonstravam a complexidade das relações Brasil – Portugal naquele momento”, as quais “ultrapassavam a própria interação Estado a Estado, a qual normalmente caracteriza as interfaces diplomáticas”, vindo a ser “bem melhor representadas pelas ações recíprocas de nação para nação”⁸⁰. Tais relações envolviam um

⁷⁸ ALVES, 2012. p. 13 e 16.

⁷⁹ Ainda que forma, regime e sistema de governo sejam conceitos diferentes, muitas vezes os jornais os utilizaram como sinônimos, sendo tal categorização mantida ao longo deste estudo.

⁸⁰ ALVES, 2012. p. 293.

amplo prisma de um tempo sócio-histórico, no qual perpassam presente, passado e futuro em relação aquela década final do século XIX, passando pelas conotações de desagregação, nas visões da “terrível metrópole conquistadora”, em relação a Portugal, e do “ingrato herdeiro da civilização lusa”, para o Brasil; e chegando às de fraternização nas imagens de “filiação à mãe-pátria” ou ainda da “nação-irmã”. Os jornais representaram muito a contento esse conjunto de reações e vivências, uma vez que cada periódico tornava-se então “o espelho lisonjeiro do público” e não necessariamente “o seu mestre severo”⁸¹, de modo que a coletividade lusitana da época, através da sua imprensa, apresentava a respeito do Brasil, as suas visões espelhadas a respeito do outro lado do oceano.

Nesse quadro, a imprensa periódica constituiu o mais importante meio de comunicação, divulgando informações e difundindo ideias ao longo do século XIX. Os jornais traziam em si a expressão de conteúdos que influenciavam as formas de pensar e agir das coletividades humanas, ao mesmo tempo em que interagem com tais sociedades, recebendo influências de sua parte. Como agentes sociais, os periódicos atuaram decisivamente na formação da denominada opinião pública, colaborando com a manutenção de determinados *status quo*, ou agindo a favor de forças transformadoras, fosse no âmbito político de práticas reformistas, fosse no enfrentamento de atitudes revolucionárias. Além disso, as publicações impressas contribuíram com o estímulo à intensificação dos intercâmbios entre diferentes povos, auxiliando na

⁸¹ TENGARRINHA, 1989. p. 220.

aproximação de distantes lugares no mundo, ao menos no que tange à prática da leitura.

O aprimoramento das tecnologias voltadas à informação, notadamente com a utilização do telégrafo, além da institucionalização da própria figura do escritor público, com certos níveis de profissionalização no seio do jornalismo, bem como do incremento na utilização de enviados especiais, ou de repórteres correspondentes, e ainda o desenvolvimento da prestação de serviços das agências jornalísticas internacionais, fizeram com que as fronteiras mundiais fossem, figurativamente, diminuídas, contribuindo para uma certa globalização informativa, com a ligação dos países de diferentes continentes e a ultrapassagem das oceânicas barreiras interpostas pelas distâncias. O periodismo de “cola e tesoura”, com as transcrições de notícias divulgadas com dias, semanas ou até meses de atraso, não deixou de existir em determinados lugares, mas, progressivamente, viria a ser substituído por um jornalismo mais eficaz, que ultrapassava os obstáculos e oferecia informações/interpretações cada vez mais atualizadas. Não havia ainda a simultaneidade da notícia, mas os informes sobre os acontecimentos giravam o mundo com muito maior velocidade e agilidade.

Foi nesse contexto que a notícia da proclamação da república no Brasil girou o mundo. Os limites ainda eram evidentes, com as informações desconstruídas, boatos, inverdades e interpretações equivocadas que se espalharam, mas aquele 15 de novembro de 1889 em seguida ganhou o contexto internacional. O império tropical caíra e D. Pedro II perdera o trono, a coroa e o

etro, tendo de retirar-se do país no qual fora soberano por praticamente meio século, condenado ao exílio pelos novos detentores do poder. A notícia causaria impacto ao longo do globo. Na América, em geral, houve certa receptividade positiva, sob a perspectiva simbólica de que finalmente fora eliminado aquele corpo estranho monárquico do republicano continente, além das amplas possibilidades de aproximação mercantil, notadamente no que se refere aos Estados Unidos. Já na Europa, as reações seriam diferenciadas, afinal, bem ao contrário do contexto americano, no Velho Mundo a predominância era das monarquias, ao passo que as repúblicas eram praticamente as exceções. Não foi sem certo mal-estar que as cabeças coroadas europeias observaram a abrupta queda de um rei, ainda que tão distante, ao passo que, simultaneamente, as forças antimonárquicas vislumbravam mais uma possibilidade de avanço em suas perorações ou batalhas político-ideológicas. Tendo sido considerável a repercussão dos informes acerca da transição brasileira em diferentes lugares da Europa, tal processo foi ainda mais intenso no contexto português.

As ligações quanto à forma de governo e à casa reinante, as tradições histórico-culturais construídas ao longo de séculos e os interesses socioeconômicos em comum faziam com que o impacto daquele 15 de novembro agitasse Portugal. A partir dali, cada processo histórico desencadeado em terras brasileiras repercutiria acentuadamente junto à comunidade lusa, estabelecendo-se um fenômeno pelo qual a imprensa agia tanto como catalisador de tais reações, informando e interpretando acerca dos fatos no Brasil, como também uma caixa de ressonância em relação ao que pensava o

conjunto da sociedade portuguesa em relação a tudo o que se processava na conjuntura brasileira. Na década que se seguiu aquele final de 1889, estendendo-se até meados de 1900, o periodismo lusitano expressaria uma visão espelhada a respeito dos acontecimentos no Brasil, lançando olhares e análises impressas sobre o decaído império tropical e a nascente república, mas, em grande parte, refletindo sobre a própria realidade portuguesa.

Esta pesquisa abrangeu uma significativa amostragem desses olhares espelhados lançados sobre o Brasil a partir do jornalismo português, possibilitando uma ampla compreensão do universo de tais reações. Ao longo da primeira década republicana no Brasil, tais visões espelhadas da imprensa também refletiriam as próprias circunstâncias e conjunturas que marcaram as relações luso-brasileiras no período, caracterizadas por duas tendências gerais, divididas, em termos cronológicos, praticamente entre os dois lustros compreendidos naquele decênio. Uma delas era assinalada pelas tensões, distanciamentos e conflitos, a outra pela busca da reaproximação e da conciliação. Essas propensões encontrariam eco por meio das páginas dos periódicos lusitanos, em um quadro pelo qual os diferentes gêneros e estilos jornalísticos que marcaram a imprensa portuguesa de então estabeleceram diferentes construções discursivas.

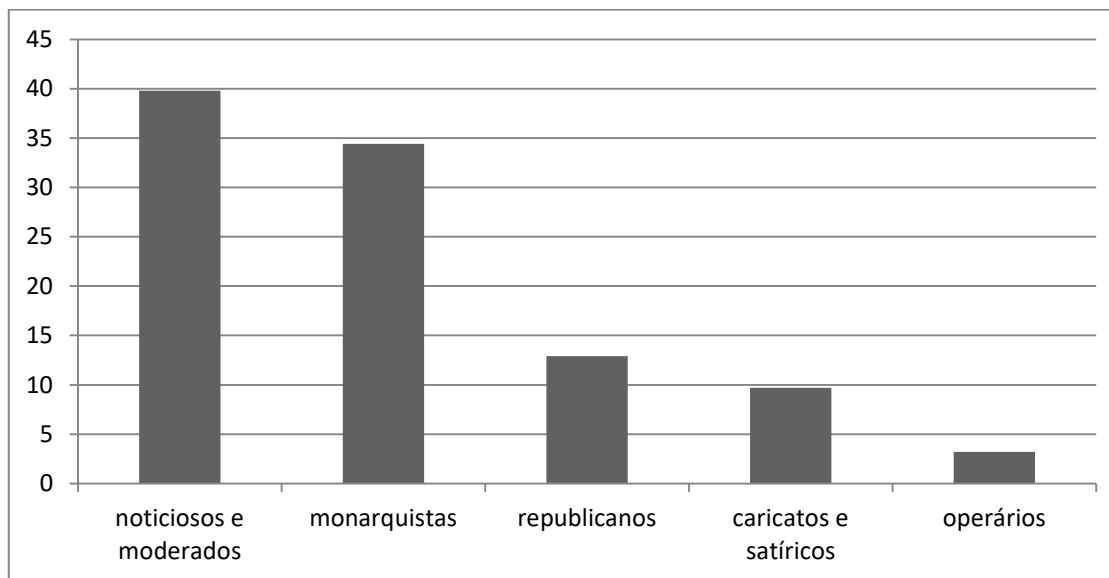
Nessa linha, os “tempos de ruptura” e os “de conciliação”, percebidos como um tempo sócio-histórico, foram abordados a partir de outros segmentos temporais, que compreenderam em si algumas datas-bases as quais serviram para centralizar o enfoque voltado a um determinado período que categoriza um

processo histórico. Nesse sentido, a tendência voltada aos desentendimentos e conflitos entre Brasil e Portugal traz em si as transformações advindas da mudança na forma de governo brasileira e das duas grandes primeiras crises que ela enfrentou, chegando ao rompimento diplomático entre os dois países, correspondendo ao período de 1889 a 1894. Já a outra propensão, caracterizada pelas tentativas de restabelecer as boas relações e a harmonização das mesmas, engloba os fenômenos históricos de retomada da diplomacia, dos contatos para a solução da Questão da Ilha da Trindade e das comemorações referentes ao quarto centenário da descoberta brasileira, equivalendo ao lustro entre 1895 e 1900. A partir das reações da imprensa portuguesa diante de tais processos, ficavam demarcadas diferentes construções discursivas, estabelecidas a partir de um periódico ou conjunto de jornais, em cada um daqueles períodos.

As repercussões dos acontecimentos brasileiros no seio do periodismo luso tiveram similaridades significativas no que tange ao período de 1889, com a instauração da nova forma de governo, e ao de 1891 e 1893, na deflagração de suas seríssimas crises. Em cada uma delas, o que variava era a intensidade dos pronunciamentos dos jornais, normalmente mais veementes à medida que passava o tempo. Especificamente quanto ao período cujo epicentro foi novembro de 1889, ou seja, a proclamação da república, ele foi disparadamente o mais abordado no conjunto da imprensa portuguesa, refletindo o impacto que trouxe junto à sociedade lusa. Nessa época, os jornais lusos orientaram-se de modos diversos, ou seja, alguns preferiram seguir uma linha informativo-noticiosa ou moderada, intentando não se imiscuir nas acaloradas discussões

quanto às formas de governo; outros optaram pelo partidarismo, estabelecendo-se um conflito discursivo entre monarquistas e republicanos, cada qual defendendo ardorosamente a sua causa e, quanto à pequena imprensa, ela seguiu os rumos do humor, caso dos satíricos e caricatos e do engajamento em torno de uma consciência de classe, especificamente no que se refere à imprensa operária. A distribuição dos periódicos quanto a cada uma dessas formas de abordagem ficam expressas no próximo gráfico:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante a instauração da república no Brasil (em %)



Nessa época, os noticiosos e moderados ainda eram a maioria, notadamente tendo em vista as incertezas que cercavam a transição no Brasil, de modo que muitos periódicos prefeririam optar por uma suposta isenção, sem tomar partido abertamente quanto à monarquia ou a república. Os jornais que defendiam o *status quo* português estavam em maior número em relação a seus rivais antimonárquicos, mas, apesar de tão significativa discrepância, se daria a sustentação de denso debate entre republicanos e monarquistas. O período do entorno em relação ao novembro de 1889 foi o mais profícuo em termos da expressão crítico-humorada das folhas caricatas e satíricas, havendo ainda algum espaço para os representantes da imprensa operária. As construções discursivas estabelecidas a partir de cada um desses grupos de publicações ficam estabelecidas a partir do próximo quadro:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião da instauração da república no Brasil (novembro de 1889)

PREDOMINANTEMENTE INFORMATIVOS E MODERADOS
⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS <ul style="list-style-type: none">● extra-discursivos → riscos de estabelecer uma postura diante das incertezas quanto ao Brasil● intra-discursivos → busca por privilegiar o jornalismo informativo● inter-discursivos → críticas estabelecidas a periódicos que manifestavam mais abertamente suas tendências
⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA <ul style="list-style-type: none">● fundamento de regularidade → cada povo é livre para escolher a sua forma de governo● conexão conceitual e interpretativa → busca de práticas informativas, concebidas como independentes, imparciais e neutras● regramento → não cabe à imprensa debater os rumos do Brasil, cujos destinos deveriam ser escolhidos pelos próprios brasileiros● estratégia(s) → opção pela notícia sem necessariamente a expressão da opinião

⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → jornais neutros X jornais engajados
- **de associação** → isenção ◀▶ liberdade de escolha dos povos
- **de identidade** → imparcialidade ↔ predomínio da notícia

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- O anseio de que a república se estabeleça em paz, garantindo a prosperidade.
- A notícia tem primazia sobre a opinião, devendo prevalecer a imparcialidade.
- A carência de informações e o anseio público por elas.
- Aceitação da república no Brasil, mas sem a reciprocidade em Portugal.
- O respeito à opção de escolha de cada povo quanto à sua forma de governar-se.
- O desejo de um futuro melhor para o Brasil, com a vitória sobre possíveis dificuldades e incertezas.

MONARQUISTAS

⇒ **CONDICIONANTES CONTEXTUAIS**

- **extra-discursivos** → defender o *status quo* português diante do impulso do movimento republicano
- **intra-discursivos** → propagandear os méritos monárquicos e difundir os males da república
- **inter-discursivos** → embate contra a agitação das publicações republicanas

⇒ **FORMAÇÃO DISCURSIVA**

- **fundamento de regularidade** → só a monarquia garante a integridade de uma nação
- **conexão conceitual e interpretativa** → engajamento como padrão legítimo na defesa do regime vigente
- **regramento** → o jornalista tem o dever de esclarecer o público quanto aos benefícios da monarquia em contraste com os males da república
- **estratégia(s)** → conflito discursivo em oposição à imprensa republicana

⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → segurança monarquista X aventura republicana
- **de associação** → forma monárquica ◀▶ felicidade e prosperidade dos povos
- **de identidade** → fidelidade à monarquia ↔ desejo da maioria

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- Os brasileiros agiram com traição e ingratidão para com o bom imperador.
- A forma monárquica estava constituindo um verdadeiro desgoverno.
- No Brasil predominavam a repressão e a falta de liberdades.
- A jovem república corria sérios riscos de desagregação e guerra civil.
- As qualidades da monarquia em contraste com defeitos da república, considerada como um governo inaceitável.
- A vocação para o combate incisivo aos adversários republicanos.

<ul style="list-style-type: none"> ● A transição no Brasil não passara de uma revolta militar, sem apoio popular.
<p>REPUBLICANOS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → aproveitar os acontecimentos no Brasil para acirrar a campanha republicana ● intra-discursivos → difundir a república como uma forma futura e a monarquia como retrógrada ● inter-discursivos → combate ao conservantismo das folhas monarquistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a república é o único caminho viável para as nações ● conexão conceitual e interpretativa → partidarismo como única opção para lutar contra o <i>status quo</i> ● regramento → o escritor público tem a missão de propagandear a república, em oposição ao regime vigente ● estratégia(s) → conflito discursivo promovendo combate aberto aos adversários monárquicos
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → contemporaneidade republicana X anacronismo monárquico ● de associação → forma republicana ◀▶ progresso e liberdade dos povos ● de identidade → campanha republicana ↔ aspiração popular
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Os acontecimentos no Brasil são uma lição para os portugueses buscarem corrigir seus próprios rumos. ● O embate ferrenho aos inimigos políticos. ● A dicotomia entre a positiva república e a negativa monarquia. ● A república não trará guerras e desmembramentos para o Brasil. ● O combate a possíveis intervenções restauradoras no Brasil e as críticas a D. Pedro II.
<p>CARICATOS E SATÍRICO-HUMORÍSTICOS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → dar voz aos comentários jocosos que pululavam em meio à sociedade lusa ● intra-discursivos → manter a vocação do riso como mote editorial ● inter-discursivos → servir como alternativa ao predominante jornalismo noticioso e político
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a transição no Brasil também é um alvo para se fazer graça ● conexão conceitual e interpretativa → o humor como arma do periodismo crítico-opinativo

<ul style="list-style-type: none"> ● regramento → o jornalista pode interpretar temas relevantes sob o prisma do gracejo e da chalaça ● estratégia(s) → emprego da equívocidade discursiva na prática da zombaria
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → graça satírico-caricata X sisudez da imprensa dita séria ● de associação → transição instantânea ◀▶ não-resistência monárquica ● de identidade → humor ↔ espírito crítico
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O caráter fugaz na implantação da república e a resignação monárquica. ● As desventuras de um imperador decaído e exilado. ● As possíveis ilações do caso brasileiro para as monarquias europeias. ● A identificação personalista das faces da transição brasileira. ● As pilhérias destinadas até aos novos donos do poder na recém-instaurada república.
<p style="text-align: center;">IMPrensa OPERÁRIA</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → difundir a perspectiva do operariado em crescimento no seio da sociedade lusa ● intra-discursivos → promover ideais voltados ao estímulo de uma consciência de classe ● inter-discursivos → permitir um espaço aos trabalhadores sem vez nem voz nos demais periódicos
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a mudança política brasileira não traria qualquer transformação de fundo socioeconômico ● conexão conceitual e interpretativa → a mobilização dos trabalhadores como motivação na análise dos acontecimentos ● regramento → o escritor interpreta os fatos no sentido de despertar consciências no que tange ao lugar social do operário ● estratégia(s) → versão dos processos históricos pelo viés de doutrinas de esquerda e/ou voltadas às causas dos trabalhadores
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → capital / classes privilegiadas X trabalho / trabalhadores ● de associação → transição apenas política ◀▶ imutabilidade social ● de identidade → verdadeira revolução ↔ transformação real das sociedades
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A plena permanência das estruturas socioeconômicas. ● As dificuldades e precariedades nas condições de vida dos trabalhadores.

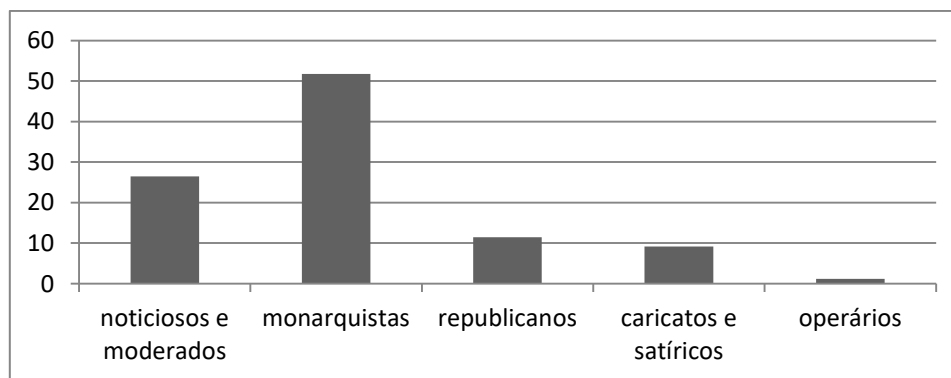
- Os possíveis efeitos da transição brasileira no contexto português.
- As consequências da emigração em direção ao Brasil para a causa operária.



- alegoria que sintetizou a transição monarquia – república no Brasil, com *A Comédia Portuguesa* apresentando a dama republicana a anunciar a D. Pedro II a sua queda -

A primeira grande crise republicana no Brasil, ainda que em menor escala do que em 1889, teria amplo impacto junto ao periodismo lusitano. Diante do golpe de Estado perpetrado pelo marechal-presidente Deodoro, a aglutinação dos jornais em torno dos modos de reagir perante tais acontecimentos diferiu pouco em relação a época da instalação da república, com os noticiosos e moderados redobrando seus esforços na busca da propalada imparcialidade, ao passo que monarquistas e republicanos agudizavam seus enfrentamentos, enquanto que a pequena imprensa ainda conseguia manter seu espírito crítico, notadamente no que tange aos caricatos e satírico-humorísticos. A disposição das publicações quanto a cada uma das suas modalidades de ênfase ficam demarcadas no seguinte gráfico:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante a instauração o golpe de Estado presidencial de 1891 (em %)



Em relação a 1889, os republicanos e satírico-humorísticos mantiveram-se em patamares muito próximos, ao passo que a amostragem da imprensa operária foi ínfima, não passando de uma pequena nota de um único periódico, pouco passível de maiores análises. A grande diferenciação se deu com a diminuição da proporção dos noticiosos e moderados e a grande maioria das folhas monárquicas. Tais números advêm notadamente da perspectiva pela qual várias das publicações que, em 1889, optaram pela moderação ou a busca de neutralidade informativa, em 1891, diante do agravamento da crise no Brasil, acabariam por assumir de vez suas posturas monarquistas. Em relação a cada um desses grupos de periódicos, muitos dos elementos constitutivos das construções discursivas entabuladas em 1889 foram mantidos, havendo a alteração de algumas nuances, como fica demarcado no quadro a seguir:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião do golpe de Estado (novembro de 1891)

PREDOMINANTEMENTE INFORMATIVOS E MODERADOS
⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS
<ul style="list-style-type: none">● extra-discursivos → o agravamento das dificuldades no Brasil levavam ao aprofundamento da busca por isenção● intra-discursivos → continuidade da intenção de privilegiar o jornalismo informativo● inter-discursivos → críticas às folhas engajadas pelo risco de insuflarem ainda mais a crise
⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA
<ul style="list-style-type: none">● fundamento de regularidade → manifesto desejo pela recuperação brasileira em relação à crise e seus respectivos efeitos em Portugal● conexão conceitual e interpretativa → busca de práticas informativas, concebidas como independentes, imparciais e neutras● regramento → apesar da crise, insistência no livre arbítrio de cada povo quanto à escolha de seus destinos

<ul style="list-style-type: none"> ● estratégia(s) → opção pela notícia sem necessariamente a expressão da opinião
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → jornais isentos X periódicos partidaristas ● de associação → neutralidade ◀▶ não se imiscuir em assuntos de outras nações ● de identidade → imparcialidade ↔ primazia da informação
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● As preocupações com as repercussões da crise brasileira em Portugal. ● A manifestação do desejo pelo fim da crise, com o predomínio da paz. ● A busca pela isenção e da imparcialidade como nortes editoriais. ● A censura à ação dos especuladores como fator agravante da crise brasileira. ● A carência de notícias acerca dos acontecimentos no Brasil.
<p>MONARQUISTAS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → buscar deslegitimar as pregações republicanas quanto aos avanços da jovem república ● intra-discursivos → propagandear os méritos monárquicos e difundir os males da república ● inter-discursivos → embate contra a agitação das publicações republicanas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a crise era oriunda da mudança na forma de governo ● conexão conceitual e interpretativa → partidatismo permanece sob a argumentação básica da defesa do regime ideal ● regramento → a função da imprensa continua a ser a de orientação do povo quanto às vantagens da monarquia sobre a república ● estratégia(s) → acirramento do conflito discursivo em oposição à imprensa republicana
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → estabilidade monárquica X crise republicana ● de associação → república ◀▶ crise e ameaça de desmembramento ● de identidade → monarquia ↔ estabilidade
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● As comparações entre a monarquia e a república, com a demonstração da superioridade daquela. ● O Brasil está entregue à anarquia. ● A ruína econômica toma conta do Brasil, com sequelas indeléveis para Portugal. ● Os riscos de desintegração territorial assolam o Brasil. ● O embate com os adversários republicanos.

REPUBLICANOS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → demonstrar que a crise brasileira não pode ser um limitador às intenções republicanas ● intra-discursivos → persistir propagando o ideário republicano ● inter-discursivos → embate contra o alarmismo dos monárquicos e em oposição a tendências restauradoras
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a república está sujeita a dificuldades na sua instauração, mas irá sobrepujá-las ● conexão conceitual e interpretativa → partidarismo como única opção para lutar contra o <i>status quo</i> ● regramento → o jornalista precisa se antepor à contrapropaganda emanada das publicações monárquicas ● estratégia(s) → acirramento do conflito discursivo, respondendo aos comentários desabonadores quanto à república
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → dificuldades fugazes da república X problemas crônicos das monarquias ● de associação → república ◀▶ alternância no poder ● de identidade → monarquia ↔ anacronismo da sucessão hereditária
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● As dificuldades no Brasil estão nos quadros da normalidade e são passageiras e justificáveis. ● O combate aos adversários monarquistas. ● Expressão de respostas reativas quanto aos boatos alarmantes. ● Imputação de culpas pelos obstáculos nos caminhos do Brasil às tendências restauradoras e aos falsos republicanos.
CARICATOS E SATÍRICO-HUMORÍSTICOS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → ainda que diminuindo a intensidade, permanecer trazendo detalhes do cotidiano luso às páginas impressas ● intra-discursivos → manter a vocação do riso como mote editorial ● inter-discursivos → sustentar-se como alternativa ao jornalismo dito sério
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → ainda é possível rir diante da situação brasileira ● conexão conceitual e interpretativa → a prática do jornalismo crítico-opinativo ainda se sustenta ● regramento → mesmo diante da crise, o humor ainda é um instrumento diferencial

- **estratégia(s)** → o gracejo na prática da equívocidade discursiva

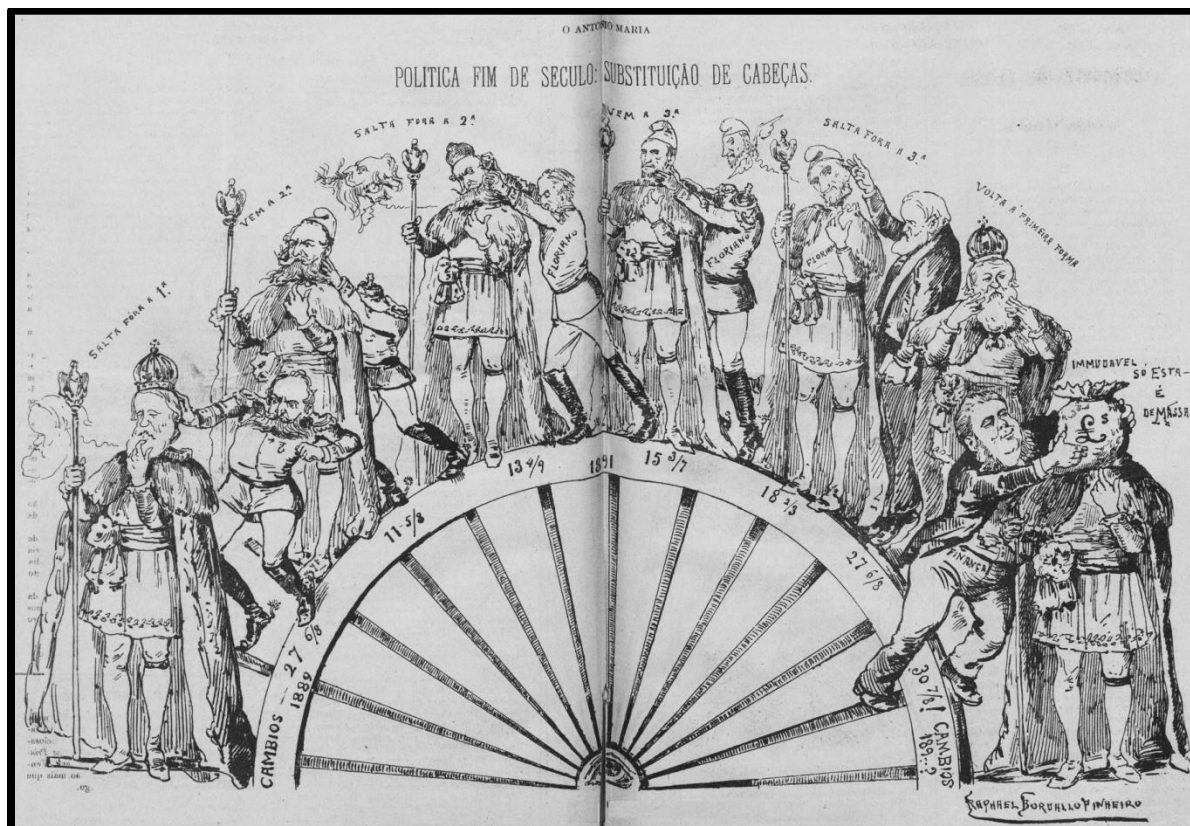
⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → graça satírico-caricata X sisudez da imprensa dita séria
- **de associação** → permanência fugaz dos governantes ◀▶ instabilidades políticas
- **de identidade** → humor ↔ espírito crítico

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- Imperadores e presidentes em queda livre no Brasil – a personalização da crise.
- A instantaneidade das transformações no Brasil.
- Mesmo a crise financeira assoladora também é fator de troça.
- A revolução à brasileira: pacífica e sem abalos
- Os Estados Unidos do Brasil tendiam a desunir-se.

PORTUGAL E BRASIL: OLHARES PARA O OUTRO LADO DO OCEANO

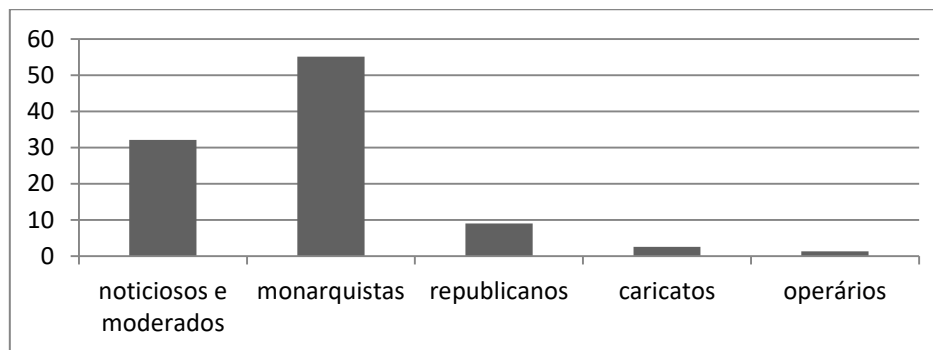


- a instabilidade política no Brasil em 1891 foi demonstrada em tom crítico-jocosos pelo *Antônio Maria*, ao apontar a constante alternância de poder, promovida por crises e pelos interesses do capital internacional -

No que tange ao agudizar da crise brasileira com o início da Revolta da Armada na capital brasileira, em setembro de 1893, momento em que as insatisfações quanto às orientações dos governantes chegava ao ápice, tal processo histórico trouxe algumas alterações quanto às construções discursivas

estabelecidas no seio da imprensa lusitana. Os conjuntos de periódicos mantinham seu comportamento editorial, com os noticiosos e moderados reforçando, mais uma vez, seus cuidados em torno da propalada neutralidade e independência, ao passo que as folhas monárquicas centravam ainda mais fogo cruzado sobre a república no Brasil, enquanto que as republicanas tiveram de alterar sua postura, mesclando um certo silêncio discursivo com a retomada do embate contra os adversários. Outra alteração deu-se em relação à pequena imprensa, com os caricatos chegando a refrear suas práticas crítico-opinativas ao tratar do Brasil. O próximo gráfico demonstra a disposição dessas modalidades:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante a deflagração da crise bélica de setembro de 1893 (em %)



Enquanto os noticiosos e moderados recuperavam um pouco de terreno, uma vez que a guerra no Brasil passaria a ser um tema delicado a ser abordado, os monarquistas ganhavam força e chegavam ao apogeu de seus embates contra a forma republicana de governo, chegando a ser suscitado que a restauração seria o único caminho para que o país sul-americano saísse da crise. Para os jornais monárquicos, a situação grave no Brasil serviria para concretizar todas as previsões pessimistas feitas desde a instauração da república no Brasil, apontando que tal nação encontrava-se envolvida em caóticas circunstâncias. Os republicanos, por sua vez, tiveram de realizar esforços concentrados para tentar demonstrar uma feição de normalidade às dificuldades brasileiras, ora silenciando, ora justificando tais obstáculos. Quantitativamente, ocorreu um refluxo nas folhas voltadas ao espírito contestatório, como os republicanos e os representantes da pequena imprensa, mormente tendo em vista as medidas mais restritivas de parte do governo luso. Especificamente quanto aos caricatos, houve também um silenciar sobre os acontecimentos no Brasil, refletindo a perspectiva de que a guerra poderia estancar até mesmo o riso. As construções discursivas estabelecidas por cada grupo de periódicos ficam demarcadas no próximo quadro:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião da deflagração da Revolta da Armada (setembro de 1893)

PREDOMINANTEMENTE INFORMATIVOS E MODERADOS

⇒ **CONDICIONANTES CONTEXTUAIS**

- **extra-discursivos** → o quadro bélico no Brasil ensejava ainda mais o intento da imparcialidade

<ul style="list-style-type: none"> ● intra-discursivos → reforço da intenção de privilegiar o jornalismo informativo ● inter-discursivos → críticas aos jornais engajados a partir dos riscos do recrudescimento da crise
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → manifesto desejo pela pacificação no Brasil ● conexão conceitual e interpretativa → busca de práticas informativas, concebidas como independentes, imparciais e neutras ● regramento → apesar da guerra, permanência na premissa da liberdade de escolha de cada povo em direção aos próprios caminhos ● estratégia(s) → opção pela notícia sem necessariamente a expressão da opinião
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → neutralidade X engajamento ● de associação → isenção ◀▶ não opinar diante de conflitos internos de outros povos ● de identidade → imparcialidade ↔ preeminência do caráter noticioso
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A descrição noticiosa dos graves acontecimentos no Brasil. ● Os redobrados cuidados na afirmação da neutralidade e da moderação. ● A preocupação com os prejuízos advindos para Portugal a partir da guerra brasileira. ● As dificuldades na obtenção de notícias. ● As constantes manifestações em prol da pacificação do Brasil. ● Os cuidados com os interesses da colônia lusa em terras brasileiras.
<p>MONARQUISTAS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → peroração peremptória quanto ao possível debacle da república no Brasil ● intra-discursivos → permanecer com ainda maior veemência na pregação da causa monárquica ● inter-discursivos → veemente cobrança em relação às folhas republicanas quanto às propagandas vantagens do regime vigente no Brasil
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a república leva os povos à beira do abismo ● conexão conceitual e interpretativa → defesa inquebrantável da monarquia ● regramento → a missão da imprensa é orientar o povo contra os incalculáveis defeitos da república ● estratégia(s) → apogeu do conflito discursivo em oposição à imprensa republicana
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → harmonia monárquica X caos republicano ● de associação → república ◀▶ guerra fratricida e desintegração

<ul style="list-style-type: none"> ● de identidade → monarquia ↔ paz
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O caos como síntese de todos os malefícios que a república trouxera ao Brasil. ● O Brasil está entregue à anarquia. ● A ruína econômica toma conta do Brasil, com sequelas indeléveis para Portugal. ● Os riscos de desintegração territorial assolam o Brasil. ● O embate com os adversários republicanos.
<p>REPUBLICANOS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → reforçar a ideia de que as crises nas repúblicas são naturais e passageiras ● intra-discursivos → apesar dos percalços no Brasil, permanecer na campanha em prol da república ● inter-discursivos → recrudescer o combate aos monarquistas e aos restauradores
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → a guerra será mais um obstáculo a ser transposto pela jovem república ● conexão conceitual e interpretativa → a defesa inquebrantável dos ideais republicanos diante de todos os percalços ● regramento → a vocação do escritor público de ilustrar os leitores com os ensinamentos em prol da república ● estratégia(s) → recrudescimento do conflito discursivo, alternado com momentos de silêncio discursivo perante o agravamento da crise
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → virtudes republicanas X degenerescência monárquica ● de associação → república ◀▶ direito à revolução dos povos ● de identidade → regime de liberdade republicano ↔ participação popular
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Toda república em formação está sujeita à agitações iniciais. ● A culpa pela crise não era dos republicanos e sim dos sebastianistas. ● A sucessão no Brasil representa a vitória da legalidade e da alternância no poder. ● Imputação de culpas pelos obstáculos nos caminhos do Brasil às tendências restauradoras e aos falsos republicanos. ● Sustentação do conflito discursivo com os adversários. ● A existência da revolta no Brasil seria uma prova do valor das reações populares para os regimes republicanos.

CARICATOS

⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extra-discursivos** → a guerra significava relativo baque na propagação do humor
- **intra-discursivos** → continuidade na seara da graça, mas diante de preponderantes limitações discursivas
- **inter-discursivos** → ainda buscar corresponder à expectativa de um jornalismo alternativo

⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA

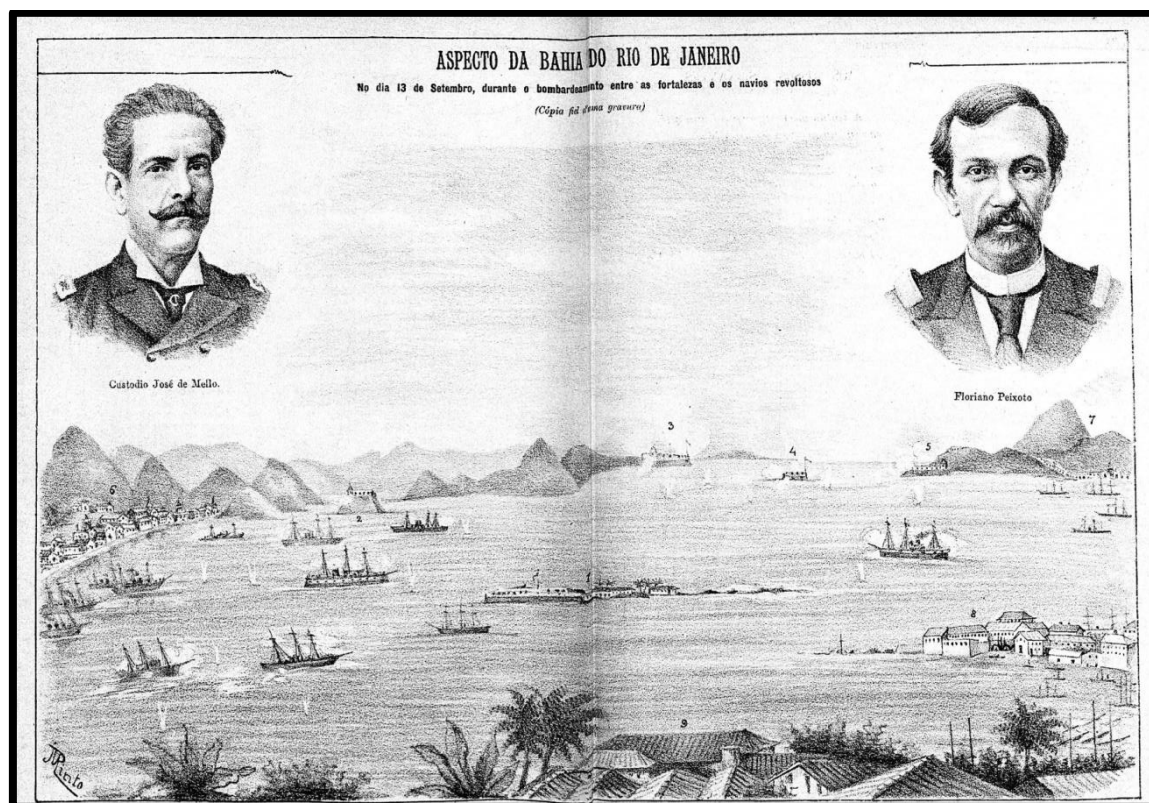
- **fundamento de regularidade** → a guerra exerce influência para baquear o riso
- **conexão conceitual e interpretativa** → a imposição de limites à imprensa crítico-opinativa
- **regramento** → o humor persiste, mas apenas parcialmente
- **estratégia(s)** → a equivocidade discursiva começa a se intercalar com o silêncio discursivo

⇒RELAÇÕES DISCURSIVAS

- **de oposição** → expressão plena do humor X limitações impostas pelas circunstâncias
- **de associação** → guerra ◀▶ silêncio discursivo
- **de identidade** → cautela ↔ controle discursivo

⇒ENUNCIADOS-CHAVE

- A prudência diante das contingências brasileiras.
- A descrição do teatro de guerra.
- Os tropicões constantes que o Brasil enfrentava.

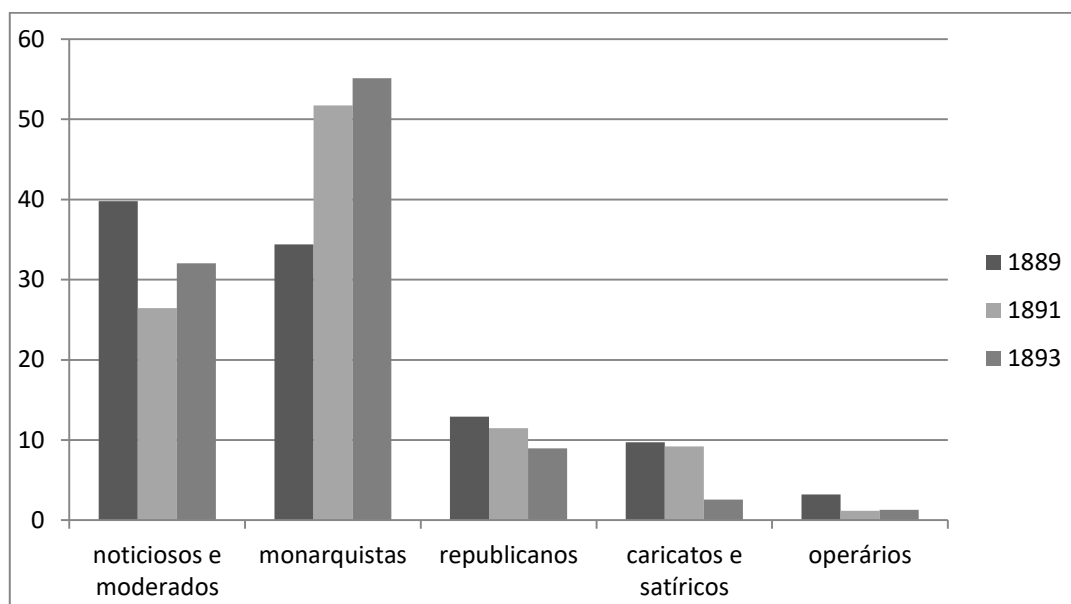


- o registro da Revolta da Armada realizado pelo *Charivari* -

Os três processos históricos correspondentes às primeiras datas-bases aqui trabalhadas, ou seja, novembro de 1889 e 1891 e setembro de 1893 tiveram certa similaridade quanto aos posicionamentos dos grupos de jornais portugueses perante os acontecimentos no Brasil. As construções discursivas estabelecidas pelos periódicos seguiram uma certa linha comportamental, com o redobrado esforço em busca da isenção de noticiosos e moderados, um

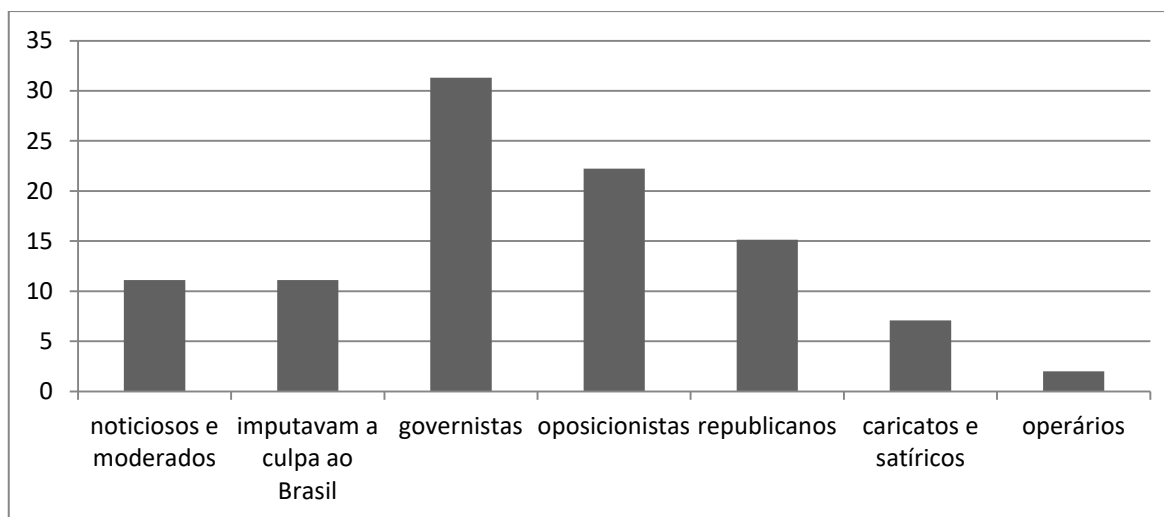
acirramento nos debates entre monárquicos e republicanos e as práticas crítico-opinativas dos representantes da pequena imprensa. Essa disposição quanto às modalidades discursivas passaria por significativa mudança a partir da próxima data-base, referente à ruptura diplomática brasileiro-lusitana. O seguinte gráfico compara aquela distribuição entre os anos de 1889, 1891 e 1893:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial comparando as datas-bases de novembro de 1889 e 1891 e setembro de 1893 (em %)



A data-base referente a maio de 1894 equivaleria ao ápice dos “tempos de ruptura”, com a quebra das relações luso-brasileiras, e traria também significativas consequências sobre o norte editorial dos jornais portugueses. Os noticiosos e moderados mantiveram-se em suas intenções de imparcialidade, mas em menor proporção numérica. Quanto ao grande embate discursivo, houve um deslocamento, pois não mais se enfrentavam diretamente republicanos e monarquistas, tendo havido uma divisão neste último grupo. A questão-chave que passava a ser discutida por meio do periodismo ficava centrada na atribuição de culpas quanto ao conflito com o Brasil, havendo aquelas publicações que as atribuíam ao governo brasileiro, ao passo que outras se dividiam, umas defendendo arduamente o governo luso, e outras imputando toda a culpa do rompimento diplomático a essas mesmas forças governistas em Portugal. Os republicanos, por sua vez, não só lançavam a culpabilidade ao gabinete, como também em direção à própria forma de governo reinante. No que se refere à pequena imprensa, ao passo que os satírico-humorísticos permaneciam em suas práticas crítico-opinativas, os caricatos continuavam com tal perspectiva de certo modo engessada, tendo em vista a gravidade dos acontecimentos, enquanto que, a imprensa operária persistia em sua análise pouco esperançosa quanto a reais transformações nas condições de vida das classes menos favorecidas. O próximo gráfico demonstra essa distribuição:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante a ruptura diplomática luso-brasileira (em %)



Cada vez mais prevalecia a visão espelhada dos jornais lusos ao olharem para o Brasil e, em verdade, observarem Portugal. Nesse sentido, as perspectivas críticas quanto à forma de governo brasileira ficavam cada vez mais limitadas, restringindo-se a um grupo específico de periódicos, notadamente aqueles com espírito mais nacionalista, cujas censuras se concentravam predominantemente na figura do governante brasileiro Floriano Peixoto. Os demais grupos debatiam entre si, observando méritos ou falhas governamentais

dentro da própria conjuntura portuguesa, defendendo o gabinete regenerador, ou imputando a ele as culpas pela ruptura, no caso das folhas oposicionistas monárquicas e a ele e à monarquia, em se tratando das publicações republicanas. Os noticiosos e moderados persistiam em suas propostas baseadas na busca pela isenção. Já a pequena imprensa ainda tinha o tom crítico predominante entre os satíricos e nos jornais operários, não ocorrendo o mesmo com os caricatos, ao menos no que tange às expressões que enfocavam o Brasil. No seguinte quadro, pode ser observada uma caracterização geral das construções discursivas entabuladas por estes grupos de jornais:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião da ruptura diplomática luso-brasileira (maio de 1894)

PREDOMINANTEMENTE INFORMATIVOS E MODERADOS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → o agudizar das tensões e conflitos recomendariam ainda mais a isenção ● intra-discursivos → mais afincos na prática do jornalismo informativo ● inter-discursivos → permanecia o olhar negativo sobre os jornais que acirravam sobremaneira o debate
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → manifesto desejo pela reconciliação imediata ● conexão conceitual e interpretativa → busca de práticas informativas, concebidas como independentes, imparciais e neutras ● regramento → não importava a forma de governo, o relevante era a manutenção da amizade ● estratégia(s) → expressão da informação, sem a necessidade do estabelecimento de culpabilidades
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → ruptura diplomática X racionabilidade

- **de associação** → tradições em comum ◀▶ amizade perene
- **de identidade** → fraternidade ↔ cordiais relações

⇒ ENUNCIADOS-CHAVE

- Afirmações ainda mais afincadas das metas de neutralidade e moderação.
- A ruptura diplomática não poderia ser encarada como um acontecimento ocorrido nos quadros da normalidade e da racionalidade.
- O intento de todos deveria ser o de buscar o reatamento diplomático o mais brevemente possível.

PUBLICAÇÕES QUE IMPUTAVAM A CULPA PELO ROMPIMENTO AO GOVERNO BRASILEIRO

⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extra-discursivos** → as manifestações anti-lusitanas no Brasil acalentavam os debates mais apaixonados
- **intra-discursivos** → expressão dos brios nacionalistas dos lusos
- **inter-discursivos** → esclarecer a opinião pública quanto aos efetivos culpados pela ruptura provocada pelo Brasil

⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA

- **fundamento de regularidade** → o rompimento diplomático foi ocasionado pelo governo brasileiro, mormente por Floriano Peixoto
- **conexão conceitual e interpretativa** → manifestações veementes contra a xenofobia dos florianistas
- **regramento** → justificativa da atuação portuguesa e deslegitimação dos atos oriundos dos brasileiros
- **estratégia(s)** → demonstrar que eram as autoridades públicas brasileiras as responsáveis pelas desinteligências entre Brasil e Portugal

⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS

- **de oposição** → nação portuguesa X xenofobia dos jacobinos brasileiros
- **de associação** → direito internacional ◀▶ atitudes da nação lusitana
- **de identidade** → amizade internacional ↔ respeito mútuo

⇒ ENUNCIADOS-CHAVE

- Nas questões em jogo, o governo brasileiro não levava em conta os pressupostos do direito e da justiça.
- Duas nações amigas não tinham nenhum motivo firme para se distanciarem.
- Não aceitação das manifestações lusóforas oriundas dos nativistas brasileiros.
- Os lusitanos tinham dificuldades para entender as intenções dos governantes brasileiros.
- Exigência da unidade de todos diante da injúria vinda do exterior.
- Busca pela valorização dos brios nacionais diante de Floriano Peixoto e seus sectários.

GOVERNISTAS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → mais um revés diplomático exigia redobrado esforço das forças governistas ● intra-discursivos → defesa ardorosa do governo ● inter-discursivos → combate incisivo às publicações que atribuíam aos governantes a culpa pela ruptura com o Brasil
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → posição ilibada das autoridades públicas nas circunstâncias que levaram à ruptura diplomática ● conexão conceitual e interpretativa → apresentar as atitudes governamentais como balizadas pelas convenções internacionais ● regramento → legitimação das formas de agir e pensar dos governantes lusos ● estratégia(s) → comprovar a idoneidade do governo português no conflito com o Brasil
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → governistas X oposicionistas ● de associação → direito internacional ◀▶ ações do governo português ● de identidade → atitudes das autoridades lusas ↔ humanidade para com os asilados
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Expressão da plena correção do governo português. ● O direito internacional como amparo às ações governamentais. ● Acusações contra as antipatias sofridas pelos portugueses a partir do nativismo brasileiro. ● Indicação que deveria ser evitado o debate e o partidarismo na discussão dos temas em torno da ruptura com o Brasil. ● Estabelecimento de conflito discursivo com as folhas oposicionistas. ● Manifestação de ânsia pelo fim do conflito diplomático.
OPOSICIONISTAS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → a ruptura com o Brasil era mais uma oportunidade para o desgaste dos governantes ● intra-discursivos → ataques veementes ao governo, culpando-o pelo rompimento com o Brasil ● inter-discursivos → embate ferrenho em relação às folhas governistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → arrolamento de todos os erros governamentais no conflito com o Brasil ● conexão conceitual e interpretativa → imputar a culpa pelo rompimento a todas as autoridades públicas vinculadas ao gabinete regenerador

<ul style="list-style-type: none"> ● regramento → deslegitimar todas as atitudes governativas na questão luso-brasileira ● estratégia(s) → promover ferrenhas críticas ao governo, considerado falho em sua diplomacia
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → opositoristas X governistas ● de associação → regeneradores ◀▶ ineptidão governamental ● de identidade → política externa regeneradora ↔ erros que comprometiam a nação
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Toda a culpa pela quebra de relações com o Brasil cabia ao governo regenerador. ● Os governantes erraram não só na sua conduta diplomática, mas também pela má escolha de seus funcionários. ● As soluções para os conflitos brasileiro-lusitanos só poderiam ser obtidas com a queda do gabinete regenerador. ● A mediação britânica na questão luso-brasileira poderia ter altos custos para a nação portuguesa.
<p style="text-align: center;">REPUBLICANOS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → o rompimento das relações diplomáticas com o Brasil era apontado como mais uma prova da ineficiência monárquica ● intra-discursivos → acirramento das críticas ao governo monárquico e aos seus homens públicos ● inter-discursivos → conflito discursivo com as folhas que defendiam o <i>status quo</i>
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → as incapacidades monárquicas não só na sua política interna, como também na externa ● conexão conceitual e interpretativa → acusações veementes ao anacronismo imputado à monarquia ● regramento → infringir mais um ataque à monarquia, apontando para as consequências da ruptura para o Estado português ● estratégia(s) → estimular as mais ferrenhas críticas aos governantes e à coroa
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → a república como regime ideal X a monarquia como regime decrépito ● de associação → ineficiência ◀▶ forma monárquica ● de identidade → diplomacia monárquica ↔ prejuízos para Portugal
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Imputação de todo o conteúdo de culpabilidade pelo rompimento brasileiro-lusitano destinada não só aos governantes, como à forma monárquica. ● Amplo embate discursivo com as publicações que defendiam o governo.

- Rejeição plena à mediação britânica, tradicional inimiga do republicanismo luso, ainda mais depois do ultimato.

CARICATOS E SATÍRICO-HUMORÍSTICOS

⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extra-discursivos** → o conflito diplomático viria a amenizar o espírito crítico desses jornais, mormente no que tange às abordagens sobre o Brasil
- **intra-discursivos** → maiores cuidados na utilização do humor nas referências à conjuntura brasileira
- **inter-discursivos** → críticas ao partidarismo de alguns jornais diante da gravidade da questão internacional em pauta

⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA

- **fundamento de regularidade** → limitações ao humor provocadas pelo impacto da crise binacional
 - **conexão conceitual e interpretativa** → as críticas se destinam ao governo português e não ao Brasil
- regramento** → manter o espírito crítico, mas com o limite discursivo de não o expandir em direção à jovem república
- **estratégia(s)** → práticas crítico-opinativas com base na jocosidade, alternadas com silêncios discursivos

⇒RELAÇÕES DISCURSIVAS

- **de oposição** → políticas internacionais prudentes X atabalhoada diplomacia lusa
- **de associação** → imperícia governamental ◀▶ falhas diplomáticas
- **de identidade** → constantes erros do governo ↔ altos custos para a nação

⇒ENUNCIADOS-CHAVE

- A discussão do rompimento em si e de suas consequências.
- Críticas ao governo e aos governantes.
- Necessidade de breve restabelecimento das relações diplomáticas luso-brasileiras.

IMPREENSA OPERÁRIA

⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extra-discursivos** → a ruptura diplomática só traria agruras ainda maiores para os trabalhadores
- **intra-discursivos** → só a mudança estrutural da sociedade poderia corrigir os rumos da vida sócio-política lusitana

- **inter-discursivos** → considerações quanto à pouca necessidade de todo o debate mantido através da imprensa, pela consideração de que ele era inócuo

⇒ **FORMAÇÃO DISCURSIVA**

- **fundamento de regularidade** → era irrelevante o partido que estivesse no poder, pois ambos defendiam o mesmo tipo de sociedade
- **conexão conceitual e interpretativa** → diante da crise não haveria mudanças, a não ser o agravamento da pobreza
- **regramento** → estabelecer críticas ao modelo vigente em Portugal
- **estratégia(s)** → promover o discurso crítico-opinativo, como forma de mobilização popular

⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → trabalhadores X governantes
- **de associação** → estímulo governamental à agitação ◀▶ incrementar a repressão
- **de identidade** → incapacidade dos partidos burgueses ↔ péssima diplomacia

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

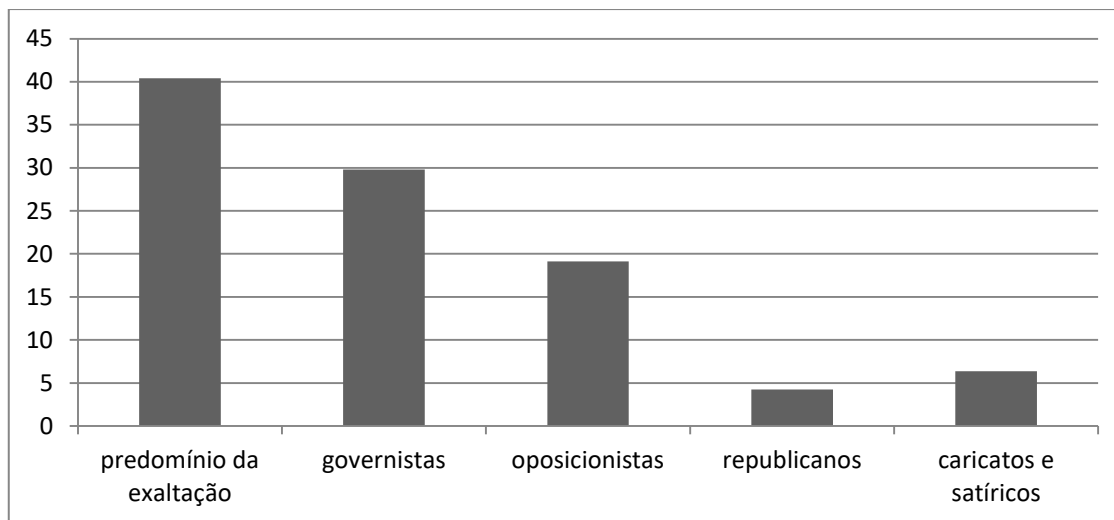
- O agravamento da crise provocada pelo rompimento, notadamente para os despossuídos.
- A crise como pretexto para o emprego da força de parte do governo.
- A imutabilidade da sociedade portuguesa, apesar do conflito diplomático.
- Nem uma revolução burguesa daria certo em Portugal.
- Não importa se regeneradores ou progressistas estiverem no poder, pois não seriam eles aqueles que poderiam representar o operariado.



- fragmento de caricatura apresentada pelo *Charivari* que buscava demonstrar os erros da diplomacia portuguesa, dentre eles, a ruptura Brasil – Portugal, representada pelo presidente brasileiro chutando os fundilhos do velho cavaleiro, símbolo da nação lusa -

Passados os “tempos de ruptura”, começariam os de “conciliação”, inaugurados exatamente pelo reatamento das relações diplomáticas luso-brasileiras. As novas tendências voltadas à reaproximação trariam reflexos indeléveis para a maioria dos jornais portugueses, notadamente os monarquistas que, diante do baque do rompimento, viriam a, em geral, optar por não mais direcionar críticas à forma de governo do Brasil. O intento fundamental era evitar mais mal-estares, constrangimentos e tensões, sob o risco de atizar novamente as flamas lusóforas. Nesse sentido, os meses de março e maio de 1895, demarcados, respectivamente, pelo encerramento do conflito diplomático e pela chegada do ministro plenipotenciário brasileiro em Portugal, seriam potencializados como momentos relevantes para revivificar os laços de amizade brasileiro-lusitanos. A maioria dos periódicos viria a optar pela pura e simples exaltação pelo fim da ruptura, e aqueles que preferiram permanecer no debate o fizeram no sentido do enfrentamento entre governistas e oposicionistas, tanto os de matiz monárquico quanto os republicanos. Até mesmo a pequena imprensa, por meio das folhas caricatas, também manifestaria uma abordagem de predominante júbilo diante da reconciliação entre as duas nações. O próximo gráfico demonstra a distribuição destes grupos de jornais ao focar o encerramento da querela diplomática:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante o reatamento diplomático luso-brasileiro (em %)



O amplo predomínio foi o das publicações que optaram por uma preeminência da exaltação em relação ao reatamento, refletindo o esforço concentrado pela retomada das cordiais relações binacionais. Nesse caso se enquadraram os noticiosos e moderados, cujo estilo já os aproximava de tal norte editorial, aos quais foram somados alguns monarquistas que desistiram de atacar a jovem república e até mesmo um republicano tradicional que vinha se afastando da radicalidade discursiva. Os enfrentamentos, entretanto, não deixaram de existir, mas todos em relação a questões da própria conjuntura lusa, eliminando-se os comentários contrários ao Brasil. Desse modo,

prevaleceu o debate entre as folhas governistas, buscando sustentar que os louros pelo reatamento caberiam ao gabinete regenerador, e os jornais oposicionistas monárquicos e republicanos que intentavam desmerecer a ação governamental, refutando qualquer mérito àqueles que teriam sido os provocadores das desinteligências. Até mesmo os jornais caricatos engajaram-se no projeto de reconciliação com o Brasil, surgindo algum deboche e fina ironia apenas em direção às próprias autoridades públicas lusas. O quadro a seguir demonstra as construções discursivas estabelecidas pelos diferentes periódicos portugueses diante do fim do conflito diplomático:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião do reatamento diplomático luso-brasileiro (março e maio de 1895)

PERIÓDICOS QUE OPTARAM PELA ABORDAGEM PREDOMINANTEMENTE EXALTADORA
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → deflagração do projeto de reaproximação luso-brasileira ● intra-discursivos → enaltecer o reatamento sem peias de partidarismo ● inter-discursivos → pregação pela unidade na confraternização das duas nações
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → não era mais o momento de apurar culpados e sim o de festejar a amizade ● conexão conceitual e interpretativa → o júbilo pelo fim do conflito deveria superar toda e qualquer questão ● regramento → estimular o espírito do conagraçamento ● estratégia(s) → abandonar qualquer postura crítica perante o reatamento
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → ruptura luso-brasileira X caminho natural das relações entre irmãos ● de associação → fim do conflito diplomático ◀▶ reforço à fraternidade binacional

<ul style="list-style-type: none"> ● de identidade → tradições históricas em comum ↔ fraternidade perpétua
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A ruptura não trouxera consigo prejuízos morais ou econômicos. ● O júbilo é mais importante que o oficialismo político. ● As relações luso-brasileiras não eram só diplomáticas, e sim familiares. ● Não importavam as formas pelas quais se deram as negociações, diante da relevância do fim do conflito. ● Não deve haver desacordos entre duas nações irmãs. ● As possíveis culpas pela ruptura eram já assunto do passado e deveriam ser esquecidas. ● Deveria prevalecer acima de tudo a solidariedade entre as duas nações.
<p style="text-align: center;">GOVERNISTAS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● condicionantes extra-discursivos → a retomada das relações luso-brasileiras foi utilizada pelo governo para buscar angariar simpatias ● condicionantes intra-discursivos → todo o esforço para propagandear o governo ● condicionantes inter-discursivos → confronto discursivo com as publicações oposicionistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → sem deixar de enaltecer o reatamento, transformá-lo em um trunfo governamental ● conexão conceitual e interpretativa → aceitação quanto à forma de governo de cada nação, em nome da fraternidade ● regramento → defesa incondicional do governo e ataque à oposição ● estratégia(s) → propagandear o governo e criticar as posturas oposicionistas
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → versão governista X versão oposicionista ● de associação → ação do governo ◀▶ desnecessidade de mudança de gabinete ● de identidade → governantes portugueses ↔ competência diplomática
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O reatamento luso-brasileiro constituía uma vitória governamental. ● Nas celebrações de júbilo pela reconciliação, o mais festejado deveria ser o governo. ● Ferrenhos ataques aos oposicionistas, por não reconhecerem a relevância dos governantes, estimulando a cizânia em um momento de regozijo. ● Liberdade de cada povo de se autodeterminar quanto aos seus regimes de governo, tanto quanto à jovem república, como em relação à tradicional monarquia. ● Os méritos governamentais no encerramento do conflito com o Brasil traziam em si o significado da derrocada oposicionista.

OPOSICIONISTAS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → a busca por desvalorizar a ação governamental no reatamento com o Brasil ● intra-discursivos → tentativa do convencimento da opinião pública quanto à falta de méritos do governo ● inter-discursivos → enfrentamento discursivo com as folhas governistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → o reatamento não poderia ser um trunfo do governo, pois fora ele o causador da ruptura ● conexão conceitual e interpretativa → o reatamento era relevante para as relações de fraternidade entre a república e a monarquia, mas sem que o governo tivesse contribuído para tanto ● regramento → reforçar a ideia dos defeitos da política externa governamental ● estratégia(s) → criticar o conjunto das ações governativas
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → pregação oposicionista X defesa das forças governativas ● de associação → incompetência governamental ◀▶ clima de discórdia binacional ● de identidade → política externa pífia do governo ↔ desavenças diplomáticas
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Das críticas mais moderadas às mais veementes à política governamental. ● Valorização do reatamento, mas não da participação do governo no mesmo. ● O governo é incapaz e a imprensa governista mascara a realidade, não merecendo crédito. ● A diplomacia governamental vilipendiava o país no exterior.
REPUBLICANOS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → o esforço luso para o reatamento em relação à jovem república era visto como uma vitória do republicanismo ● intra-discursivos → manter a propaganda republicana e os ataques ao regime vigente ● inter-discursivos → conflito discursivo com os jornais governistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → o interesse pela conciliação demonstraria a força da república no Brasil ● conexão conceitual e interpretativa → o reatamento só fora necessário por causa dos erros governamentais ● regramento → demonstração da incapacidade governativa da monarquia, notadamente no que tange à sua política exterior

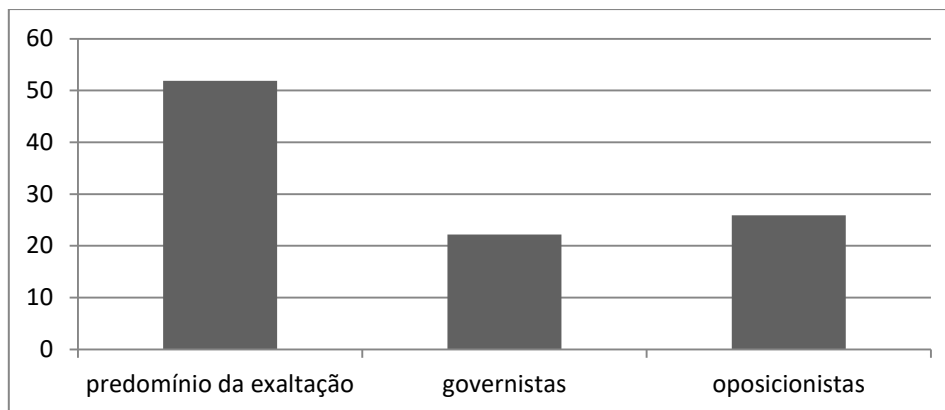
<ul style="list-style-type: none"> ● estratégia(s) → estimular o espírito crítico e contestatório contra a forma de governo vigente
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → competência republicana X negligência monárquica ● de associação → erros governamentais ◀▶ decrepitude da monarquia ● de identidade → diplomacia monárquica cambaleante ↔ avanço do ideal republicano
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A crise diplomática adveio inteiramente da ação do governo, não sendo o mesmo merecedor de qualquer crédito pela reconciliação. ● A querela com o Brasil servira para demonstrar a superioridade da república. ● As publicações situacionistas estariam a mascarar a verdade ao renderem louros ao governo. ● A chegada do representante diplomático do Brasil e a maneira pela qual ele foi recebido eram uma prova do vigor do republicanismo.
<p style="text-align: center;">CARICATOS</p>
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → engajamento no projeto nacional de reconciliação ● intra-discursivos → abandono da postura crítico-opinativa ● inter-discursivos → acatamento à perspectiva do regozijo estrito frente ao reatamento
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → opção por uma seriedade discursiva destoante do comportamento editorial normal ● conexão conceitual e interpretativa → renúncia ao humor em nome da causa comum voltada à comemoração ● regramento → a caricatura jocosa e irônica era substituída pela alegoria louvaminheira ● estratégia(s) → abdicação do espírito crítico e certo silêncio discursivo
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → esforço conciliatório X retomada das tensões diplomáticas ● de associação → seriedade ◀▶ causa e interesse nacional ● de identidade → valorização da fraternidade ↔ cordiais relações luso-brasileiras
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Esquecimento do humor para, falando a sério, manifestar o júbilo pelo reatamento diplomático. ● Alegorias valorizadoras da irmanação luso-brasileira. ● O Brasil como nação irmã e comprovadora dos valores lusitanos oriundos do passado. ● A personalização do reatamento na figura do representante diplomático brasileiro.



- o entusiasmo com o reatamento diplomático apresentado pelo *Charivari*, que mostrava irmanados o velho cavaleiro português e a dama republicana brasileira -

O segundo processo histórico que demarcou os “tempos de conciliação”, correspondendo à mediação lusitana diante da disputa anglo-brasileira pela posse da Ilha da Trindade foi divulgado e debatido nos jornais portugueses de maneira já solidamente arraigada em relação ao projeto de aproximação entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, a ampla maioria dos periódicos estabeleceu suas construções discursivas voltadas ao intento de enaltecer o ato em si, equiparando-o à consolidação das cordiais relações luso-brasileiras. Algumas publicações, entretanto, apesar de também exaltarem a amizade binacional, ainda concentraram seu norte editorial no engajamento partidário, defendendo a causa governista, ou a oposicionista, fosse a de cunho monárquico ou a republicana. Até as manifestações da pequena imprensa, representada pelo periodismo caricato, também optaram pelo enaltecimento ao ocorrido. A projeção de tais grupos fica representada no próximo gráfico:

Proporção de jornais de acordo com o norte editorial perante a Questão da Ilha da Trindade (em %)



Era o incontestável avanço do projeto de reconciliação, tanto que o espírito de exaltação predominou em mais da metade dos jornais lusitanos, incluindo até mesmo a representação do republicanismo e da pequena imprensa. Os demais que continuavam arraigados às disputas entre situação e oposição tinham um quantitativo aproximado, com leve ascendência das oposições, notadamente pela inclusão na mesma categoria dos oposicionistas monárquicos e os republicanos, pela similitude de suas propostas naquele momento e pela pequena representatividade numérica das manifestações antimonárquicas acerca do tema em pauta. Os periódicos predominantemente informativos e moderados continuaram se manifestando em direção à abordagem enaltecida e outras folhas monárquicas aderiam a tal enfoque, prevalecendo a

ideia da valorização do papel português na questão anglo-brasileira, tema que não deixou de aparecer mesmo nas folhas engajadas, mas que mantinham o debate em torno da participação ou não do governo naqueles méritos nacionais. O quadro seguinte apresenta a caracterização de tais construções discursivas:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião da ação lusa na mediação do conflito brasileiro-britânico pela posse da Ilha da Trindade (agosto de 1896)

PERIÓDICOS QUE OPTARAM PELA ABORDAGEM PREDOMINANTEMENTE EXALTADORA
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → afirmação do projeto de reaproximação luso-brasileira ● intra-discursivos → exaltar a participação portuguesa sem levar em conta questões voltadas ao governo ou à oposição ● inter-discursivos → busca da unificação pelo discurso em torno da plena solidariedade luso-brasileira
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → Portugal saía revalorizado pelo seu papel de mediador ● conexão conceitual e interpretativa → não havia relevância quanto à autoria dos atos, pois o único valor em conta era o da nação ● regramento → redobrar o estímulo ao espírito do conagraçamento ● estratégia(s) → abandonar qualquer postura crítica perante o atuação diplomática lusitana
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → cordiais relações luso-brasileiras X qualquer tipo de desavença ● de associação → presença lusa como mediadora ◀▶ relações binacionais familiares ● de identidade → identidades e tradições ↔ amizade indestrutível entre Portugal e Brasil
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O honroso papel português na mediação. ● A exaltação de uma retomada da relevância lusa nas questões internacionais. ● A afirmação dos lados de cordialidade entre Portugal e Brasil. ● A ação diplomática lusa serviria definitivamente para encerrar as manifestações lusóforas no Brasil.

GOVERNISTAS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● condicionantes extra-discursivos → o governo regenerador utiliza a questão diplomática para valorizar-se diante da opinião pública ● condicionantes intra-discursivos → estímulo à propaganda governamental ● condicionantes inter-discursivos → confronto discursivo com as publicações oposicionistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → valorização do papel português na querela diplomática, apontando tal ação como uma vitória governamental ● conexão conceitual e interpretativa → o governo trabalhava ardorosamente pela retomada das cordiais relações no âmbito luso-brasileiro ● regramento → colocação em relevo máximo da atuação governamental ● estratégia(s) → propagandear o governo e criticar as posturas oposicionistas
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → perspectiva governamental X perspectiva oposicionista ● de associação → papel do governo ◀▶ incremento à reaproximação luso-brasileiro ● de identidade → ação do gabinete restaurador ↔ glórias diplomáticas nacionais
<p>⇒ ENUNCIADOS-CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A mediação na Questão da Ilha da Trindade fora um trunfo do governo e da nação portuguesa. ● A reaproximação com o Brasil era mais um dos méritos governamentais. ● Através de seus governantes, Portugal vinha recuperando o seu papel no cenário das relações internacionais. ● A competência governamental fora fundamental para aplacar as desavenças anglo-brasileiras.
OPOSICIONISTAS
<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → aceitação da valorização nacional, mas sem nenhum tipo de reconhecimento ao papel governamental ● intra-discursivos → discurso voltado a desvalorizar e deslegitimar qualquer pretensão dos governistas em angariar vantagens a partir da questão diplomática ● inter-discursivos → confronto discursivo com as publicações governistas
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → não fora a ação governamental decisiva para a solução da querela diplomática ● conexão conceitual e interpretativa → a mediação lusa fora importante para a reaproximação

lusu-brasileira, mas não serviria para corrigir todos os erros até então cometidos pelo governo

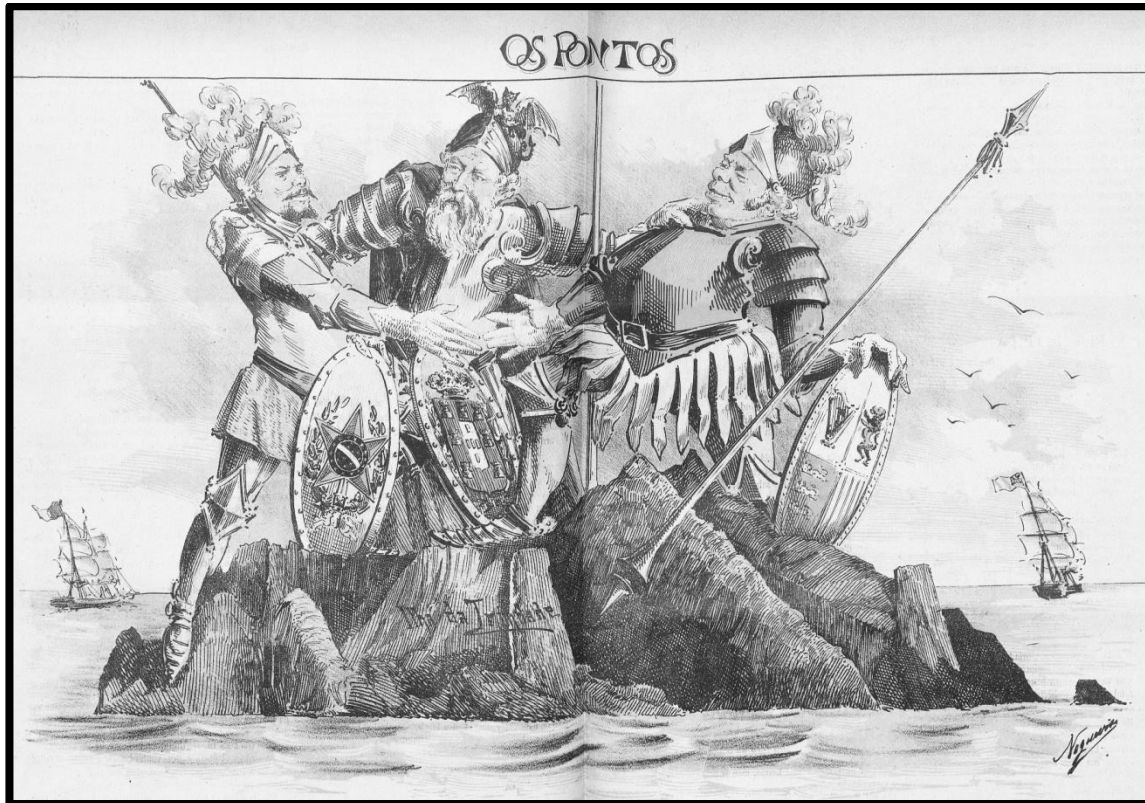
- **regramento** → permanecer no destaque às falhas governamentais quanto à política exterior
- **estratégia(s)** → reiterar as críticas à ação do gabinete restaurador

⇒ **RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição** → interpretação oposicionista da mediação X relevo ao papel do governo
- **de associação** → constante dependência da Grã-Bretanha ◀▶ possíveis custos da mediação
- **de identidade** → diplomacia governamental ↔ continuidade dos embaraços internacionais

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

- Pleno desmerecimento da ação governamental na Questão da Ilha da Trindade.
- Reconhecimento da relevância da participação lusitana na disputa diplomática, mas sem aceitar o papel do governo.
- Amplas dúvidas e desconfianças quanto às reais intenções britânicas, ao desistir de Trindade, ainda mais tendo em vista as ambições imperialistas na África.



- utilizando-se de cavaleiros como figuras alegóricas, *Os Pontos* buscava demonstrar o papel da mediação lusitana na querela diplomática brasileiro-britânica

Os “tempos de conciliação” teriam o seu ponto alto já na virada do século XIX, com as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, no ano de 1900. Nesse momento o projeto de reaproximação luso-brasileira ganhava corpo em proporções até então não atingidas, trazendo consigo praticamente uma unanimidade em torno do tema. Houve então uma adesão

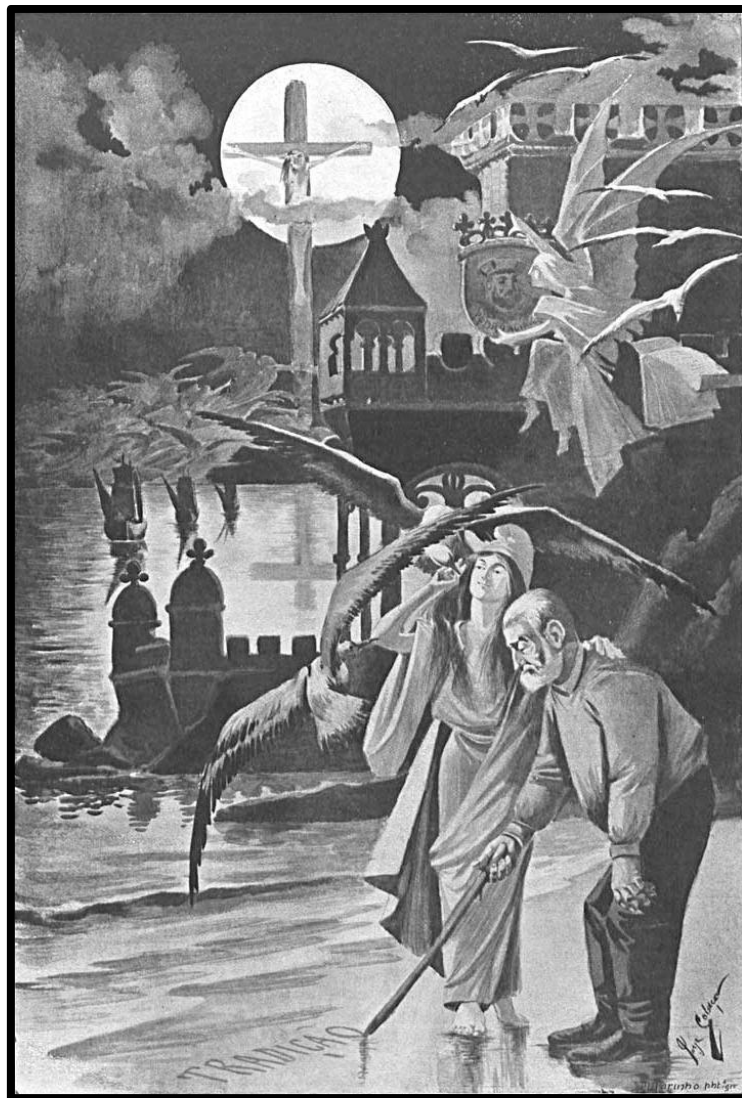
plena ao esforço concentrado que vinha se estabelecendo no último lustro de restabelecimento completo das cordiais relações binacionais, de modo que, à exceção de algumas pequenas notas publicadas junto a folhas republicanas, o conjunto da imprensa portuguesa se voltou a uma abordagem predominantemente celebrativa em relação àquela efeméride festiva. Nesse sentido, os periódicos lusos, de qualquer periodicidade, gênero ou estilo, agiram em uníssono no enaltecimento ao evento, deixando de lado as disputas políticas internas e as cisões recentemente ocorridas com o Brasil. O seguinte quadro apresenta as principais orientações das construções discursivas estabelecidas por meio do periodismo português nessa época:

Construções discursivas estabelecidas pelos jornais portugueses por ocasião das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil (maio de 1900)

<p>⇒ CONDICIONANTES CONTEXTUAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● extra-discursivos → concretização do projeto de reaproximação luso-brasileira ● intra-discursivos → exaltação da efeméride e adesão à conjuntura de festividades ● inter-discursivos → estabelecimento de um bloco monolítico de divulgação e estabelecimento de reflexões em torno das comemorações
<p>⇒ FORMAÇÃO DISCURSIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● fundamento de regularidade → fraternidade plena entre Brasil e Portugal ● conexão conceitual e interpretativa → o momento era de comemorações e enaltecimento, sem espaço para o debate ● regramento → afirmação completa do espírito de conciliação ● estratégia(s) → ação de exaltar a efeméride, sem levantar maiores polêmicas
<p>⇒ RELAÇÕES DISCURSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● de oposição → separação política X união pela afinidade de sentimentos e interesses ● de associação → centenário da descoberta do Brasil ◀▶ revivificação das glórias nacionais ● de identidade → relações luso-brasileiras ↔ fraternidade, irmandade e amizade

⇒ **ENUNCIADOS-CHAVE**

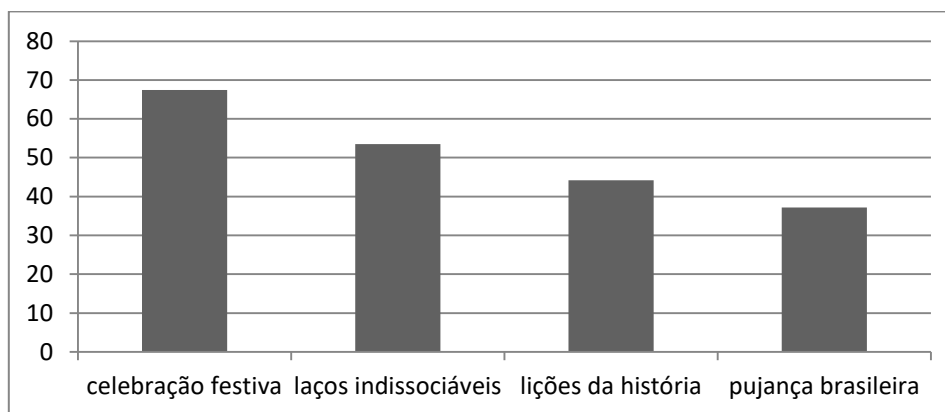
- Era um momento de exaltação e de festivas celebrações.
- Concretização dos indissociáveis laços luso-brasileiros.
- As grandezas e pujanças do Brasil.
- Época de rememorar e de aprender com as lições de uma “história de glórias”.



- a conciliação definitiva entre o velho Portugal e a jovem república brasileira, unidos à beira do oceano para celebrar a "tradição" de suas relações, de acordo com a concepção da revista *Brasil - Portugal* -

Naqueles meados de 1900 estabeleceu-se uma verdadeira convergência editorial no seio do jornalismo luso, de modo que diários, semanários e representantes da pequena imprensa; conservadores e liberais; regeneradores e progressistas, monarquistas e republicanos, na sua ampla maioria, acabariam por se converter ao espírito de celebração. Dessa maneira, tais periódicos, ao contrário do ocorrido nas demais “datas-bases” não estabeleceram construções discursivas a partir das quais pudessem ser caracterizados em grupos ou subgrupos, mas mantiveram, isto sim, uma unidade discursiva, reproduzindo entre si temas, enfoques e abordagens que tendiam à harmonização em torno de um intento em comum – a comemoração. Houve uma significativa recorrência entre os periódicos então em circulação no que tange ao enunciados-chave proferidos, conforme expresso no gráfico seguinte:

Proporção de presença dos enunciados-chave principais nos jornais portugueses por ocasião do quarto centenário da descoberta do Brasil (em %)



Dessa maneira a primeira década republicana no Brasil foi descrita e analisada detidamente pela imprensa lusitana, refletindo o grande interesse pelo país tropical junto à sociedade do reino europeu, ficando demarcado um quadro de diferentes construções discursivas. Esta síntese recaiu sobre aqueles jornais mais longevos que cobriram todo ou praticamente todo o período em estudo, constituindo uma espécie de regularidade discursiva, a qual acompanhou a totalidade ou a maioria dos processos históricos caracterizados pelas datas-base em questão e, notadamente, as duas tendências temporais que nortearam as relações luso-brasileiras da ruptura à conciliação, ou, em termos figurados, os periódicos que atuaram como protagonistas, em linhas gerais os grandes diários e alguns dos semanários, bissemanais e quinzenais. Mas o estudo também se direcionou a vários representantes da pequena imprensa, normalmente pouco longeva e, por vezes, com circulação irregular, caracterizando aqueles que, também de modo não-literal, poderiam representar os coadjuvantes ou, mais ainda, os figurantes, explicitando um verdadeiro mosaico discursivo, mas que, nem por isso, deixaram de demarcar sua relevância no que tange à reflexão sobre as formas de reação do periodismo luso diante da transição brasileira.

Dentre aquelas publicações que poderiam ser enquadradas em uma regularidade discursiva, mais abrangente em relação ao conjunto dos processos históricos brasileiros, houve, exemplificativamente, folhas de variados matizes e nortes editoriais. Foi o caso de *A Nação* que, ultraconservadora, manteve uma arraigada postura monarquista e nacionalista, em linha próxima ao que fez o

Comércio de Portugal, menos conservador. *O Comércio do Porto* e o *Diário de Notícias* mantiveram a linha noticiosa, partindo posteriormente para a postura exaltadora, assim como *O Ocidente* em suas reportagens ilustradas e em posição quase idêntica ao *Jornal do Comércio*, a exceção de uma etapa inicial monarquista. Variando posicionamentos entre o monarquismo e o governismo, estiveram a *Correspondência de Coimbra*, o *Diário Ilustrado*, o *Jornal de Notícias* e *A Tarde*; e, entre a tendência monárquica e a oposicionista, *O Tribuna Popular* e *O Progresso* de Lamego. Já *O Primeiro de Janeiro* voltou-se à moderação e à oposição, ao passo que *O Século* passou de um republicanismo ativo, para um comportamento mais moderado e enaltecendor, ao passo que suas companheiras *A Voz Pública* e *A Vanguarda* mantiveram-se na ampla pregação da causa antimonárquica. Em comum todos, eles acabariam por progressivamente amainar seus debates, notadamente por ocasião das comemorações de 1900.

Mas os representantes da pequena imprensa que constituíram verdadeiro mosaico discursivo serviram para dar uma abrangência significativamente mais ampla acerca das reações lusas diante das transformações no Brasil, fosse através das imagens ou dos textos. Nesse sentido, em tais periódicos apareciam, a título de exemplo, desde detalhes ínfimos daquela transição, como certos momentos que marcaram as venturas e desventuras dos personagens que atuaram naqueles processos históricos, até questões estruturais como a percepção de que poucas alterações de fundo social ocorreriam em relação à mudança da forma de governo, como bem traduziu *O Protesto Operário*, ou ainda que, independentemente de imperadores ou presidentes, monarquia ou

república, o que prevaleceriam seriam os interesses do capital internacional, como representou através de caricatura *O Antônio Maria*.

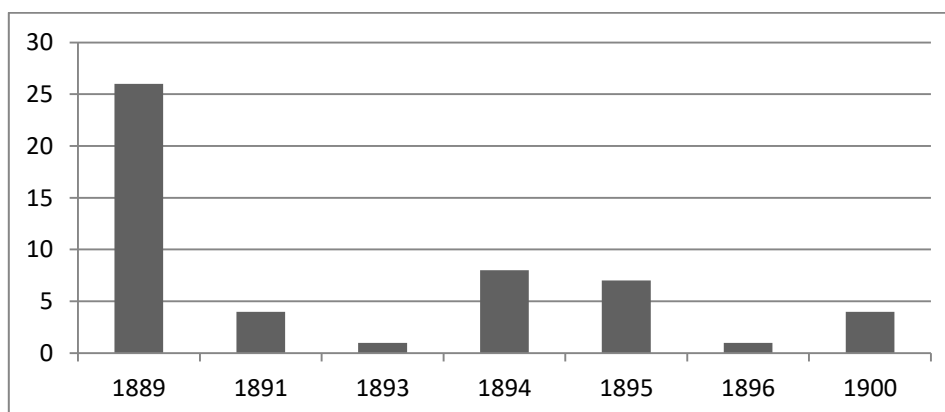
Além disso, a pequena imprensa permitiu que fossem vislumbradas minudências de como eram vistos em Portugal, tanto o Brasil como seus habitantes, sob um prisma popular e uma versão por vezes anedótica, ou seja, algumas das “piadas de brasileiros” contadas no âmbito luso ficavam demarcadas nas páginas de caricatos e satírico-humorísticos. Tais visões, calcadas no humor e na ironia, acabavam por revelar certos estereótipos vigentes à época a respeito dos brasileiros, alguns deles calcados até mesmo em certo preconceito. Em termos exemplificativos, *A Comédia Portuguesa* dizia que a república no Brasil fora proclamada por Deodoro acompanhado por pretos, mulatos, capoeiras e comendadores, ou sugeria que a bandeira do Brasil deveria ser composta de bananas, pretos e papagaios. Já *O Mal Amanhado*, acerca do mesmo fato, afirmava que a república fora feita por um povo que remontava aos troncos tupinambá e tapuio, tratando-se de uns comedores de banana e mandioca. O governo provisório da jovem república foi caracterizado como sendo formado por bananas, cajus, papagaios, macacos e negros capoeiras, todos devidamente portando o barrete frígio, como símbolo do republicanismo, tal qual desenhou o *Pontos nos ii*. Por sua vez o *Correio do Inferno* citava o imperador dos tapuios, ao referir-se a Pedro II, enquanto o primeiro presidente do Brasil foi comparado a um Franklin-Mandioca, segundo *O Cabrião*, ao passo que *A Vespa* demarcava que a república surgira quando os brasileiros estavam a colher bananas.

Fosse pelo viés unívoco e monolítico da imprensa dita séria, fosse pelo olhar calcado na equivocidade da pequena imprensa, o conjunto do jornalismo português deu, figurativamente, cores vivas, à transição no Brasil, colaborando na criação de imaginários acerca daqueles fatos para a população lusitana, ou ainda, interagindo com essa mesma comunidade e refletindo suas formas de ver e pensar aquele determinado momento histórico. Essa vivacidade e diversidade nas versões entabuladas acerca do Brasil estiveram bem mais presentes no primeiro lustro do último decênio do século XIX, nos “tempos de ruptura”, pois, posteriormente, nos “tempos da conciliação”, haveria uma gradual transformação na conduta discursiva da maioria das folhas. O esforço concentrado em torno da reaproximação luso-brasileira promoveria um notório controle discursivo em relação às publicações periódicas, tanto aquele de natureza externa, notadamente ligado à coerção governamental, quanto aquele de cunho interno, pelo qual o próprio jornal opta por restringir seus pronunciamentos mais exacerbados.

Nessa linha, desde o reatamento diplomático, o Brasil praticamente desapareceu das apreciações de teor crítico nas folhas portuguesas e o debate concentrou-se apenas em questões internas da vida lusitana. Os discursos passaram então, progressivamente, a serem depurados, suavizados e pasteurizados, voltados essencialmente ao aprimoramento da integração luso-brasileira. Passou a prevalecer nas abordagens do contexto brasileiro, um certo silêncio discursivo, mesmo entre aqueles que até pouquíssimo tempo antes mantinham acaloradas discussões quanto aos destinos da jovem república. Tal

mudança comportamental atingiu o periodismo luso estruturalmente, prevalecendo tanto nos grandes diários, quanto nos representantes do jornalismo regional, ou ainda junto à pequena imprensa, em um processo que se intensificou a partir de 1895 e atingiu seu ápice em 1900. Exemplificativo dessa virada no discurso jornalístico foram as manifestações dos hebdomadários caricatos, caracteristicamente ligados a um jornalismo crítico-opinativo, embasado na jocosidade, cuja quantidade de representações gráficas acerca do Brasil decaíram desde a proclamação da república, em relação aos demais processos históricos que se seguiram, como fica evidenciado no próximo gráfico:

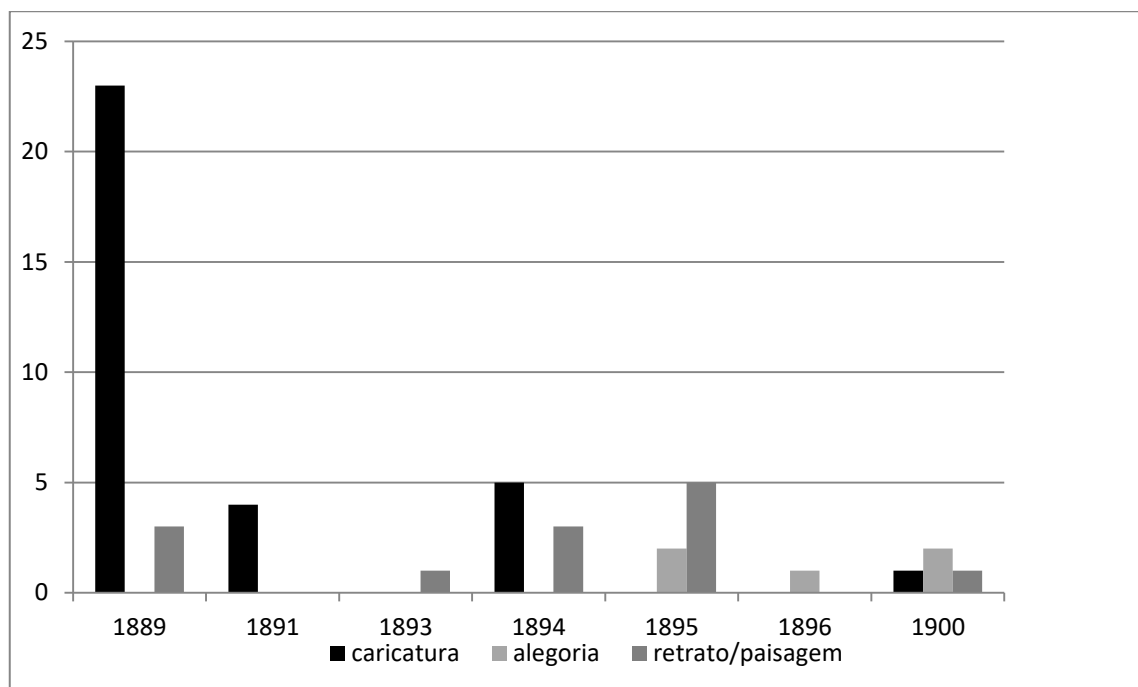
Quantidade de desenhos – envolvendo figuras isoladas ou conjuntos de imagens – com referência ao Brasil presentes na imprensa caricata portuguesa entre 1889 e 1900 (em números absolutos)



A maior quantidade de desenhos acerca da proclamação da república é evidenciada também pelo enorme impacto que tal fenômeno histórico provocou junto à sociedade portuguesa, ficando os demais menoscabados em relação a tal período. Entretanto, se o levantamento for mais refinado, detendo-se nos tipos de representação gráfica expressos através das folhas caricatas, fica bem mais evidenciada a transformação no comportamento editorial. Tal modificação ficava demarcada a partir da inserção de caricaturas propriamente ditas, ou seja, daqueles desenhos essencialmente embasados no humor crítico, os quais tiveram seu apogeu em 1889, prosseguiram em 1891, desapareceram em 1893, retornando no ano seguinte, para, de 1895 em diante, serem praticamente suprimidos. Prevaleceriam a partir de então representações descritivas de retratos e paisagens, sem fundo crítico-jocoso, ou ainda alegorias, cujo simbolismo ficava sintetizado essencialmente na glorificação e exaltação de acontecimentos. Assim, naturalmente subversora de comportamentos, através da equivocidade discursiva, a imprensa caricata bem representava a versão unificadora do projeto conciliatório brasileiro-lusitano que praticamente expurgou aquela prática voltada à subversão. Essa mudança comportamental está expressa no gráfico seguinte:

PORTUGAL E BRASIL: OLHARES PARA O OUTRO LADO DO OCEANO

Quantidade de desenhos – envolvendo figuras isoladas ou conjuntos de imagens – com referência ao Brasil presentes na imprensa caricata portuguesa entre 1889 e 1900, envolvendo a caracterização dos mesmos (em números absolutos)



Essa transição entre o primeiro e o segundo lustro, dos “tempos de ruptura” aos de “conciliação” bem demarcam a relevância daquela última década do século XIX como uma etapa que, apesar de curta no cronológico, trouxe consigo uma série de transformações nos quadros brasileiro e português, em um processo histórico muito bem vivenciado a partir da imprensa lusitana. A cada momento uma nova realidade se fazia presente nos dois países que viviam sobressaltos e conturbações, além de conviverem reciprocamente com

crises estruturais que ameaçavam seus arcabouços econômico-financeiros. Uma tradicional monarquia e uma jovem república tinham seu *status quo* constantemente ameaçado por forças contestatórias, revolucionárias ou beligerantes que questionavam a forma e/ou o regime de governo. Diante de tais circunstâncias, ambas acabariam por adotar medidas parecidas no que tange ao cerceamento das liberdades individuais, notadamente quanto à liberdade de expressão, de modo que, nos dois, a imprensa sofreria os reveses da repressão, denotando que muitos daqueles debates entre monarquistas e republicanos, nas duas nações, partiam de pressupostos idealizadores, pois as práticas governativas, ao menos quanto à coerção, pouco variavam.

Dessa maneira, aquele derradeiro decênio dos Oitocentos constituiu um verdadeiro caleidoscópio nas inter-relações entre Brasil e Portugal, ficando caracterizado por um conjunto de fatores que se sucediam temporalmente e se modificavam drasticamente, os quais tinham no jornalismo tanto o elemento de difusão como o próprio catalisador das transformações. Fosse nos “tempos de ruptura”, fosse nos de “conciliação” o que prevalecia era o olhar espelhado de parte da imprensa portuguesa, ao observar o Brasil mas refletir sobre Portugal. Tal processo foi fortemente reproduzido nos debates entre os jornais monárquicos, que vislumbravam no Brasil os horrores pela mudança na forma de governo, e os republicanos, que almejavam a mesma transição para os lusitanos, contribuindo fortemente para o clima de tensões binacionais e, posteriormente, já à época da reaproximação, ficou refletido na perspectiva cada

vez mais introspectiva dos periódicos de voltarem seus debates para a conjuntura interna lusa.

Assim se sucedeu uma década na qual conviveram dois países com um oceano a separá-los. No primeiro lustro, com as tendências voltadas à tensão, ao conflito e ao rompimento, a distância oceânica parecia, simbolicamente, ampliar-se incomensuravelmente e de modo que parecia irremediável. Mas, já no segundo lustro, e a preeminência do projeto reconciliador, voltavam a ser enaltecidos os pressupostos de fraternidade, amizade e irmandade, sendo cultivadas com extremo cuidado as boas e cordiais relações binacionais, o distanciamento mais uma vez parecia diminuir, apesar do Atlântico ainda estar lá com os seus milhares de quilômetros de extensão. Vivências, realidades, representações e simbolismos serviam para traduzir nas páginas dos jornais um universo de reações que marcaram a sociedade portuguesa diante das transformações no Brasil, sintetizando aqueles tantos olhares espelhados d'além-mar.

O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA
REPÚBLICA NO BRASIL A PARTIR DO
PERIODISMO LISBONENSE: UMA
AMOSTRAGEM

Ao final do século XIX, o periodismo luso passava por uma etapa de ampla expansão quantitativa e qualitativa de suas atividades⁸². No seio da imprensa portuguesa, ao tratar da temática internacional, um dos países que contou com mais intensa cobertura foi o Brasil. Os jornais dos mais variados gêneros tiveram ampla preocupação em noticiar e opinar a respeito do contexto brasileiro e, nesse quadro, a mudança da forma de governo no país tropical constituiu um dos tópicos mais abordados pelo jornalismo lusitano. Essa transição política foi analisada por diversos vieses, como foi o caso das publicações noticiosas, moderadas, monárquicas, republicanas e das que representavam a pequena imprensa. Tal tendência ficaria também demarcada por ocasião da passagem do primeiro aniversário da proclamação da república no Brasil. Este estudo visa a apresentar um estudo de caso cujo escopo são as

⁸² A respeito do jornalismo português do final do século XIX, observar: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português: resenha cronológica*. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses*. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX*. In: *Revista de Ciências Letras e Artes*. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

reações de doze periódicos publicados na capital Lisboa frente àquela efeméride de novembro de 1890

Um desses jornais foi uma longeva publicação lisbonense, que esteve entre as mais importantes da virada do século⁸³, intitulado-se *A Nação*. Era editada três vezes por semana, passando depois à diária, e circulou entre 15 de setembro de 1847 e 23 de setembro de 1928⁸⁴. Nas décadas de oitenta e noventa identificava-se como um “jornal religioso e político”. Era de tendência monárquico-legitimista⁸⁵ e defendia ideias ultraconservadoras, inspirada em um saudosismo nacionalista, discordando, inclusive, do modelo reinante de monarquia constitucional e criticando liberais e republicanos. Apresentava-se como “um soldado cristão e português”, defensor da nacionalidade, da religião, da moral e da lei e em cujo elmo mantinha emblemas “que já foram diadema de glória”, mas que se transformaram em “coroa de espinhos”. Dizia ter saudade do passado, lágrimas no presente, mas esperança no futuro, opondo-se ao “furacão revolucionário” e propondo-se a defender uma “causa justa e forte” que haveria de triunfar, uma vez que seria legitimada pela “vontade da nação”. Considerava-se um defensor da nacionalidade, arvorando “o seu pendão com a mesma lealdade e franqueza com que foi arvorado em todas as épocas da glória” lusa, já que visava representar uma nação, repelindo “todo o egoísmo e mesquinhez de

⁸³ TENGARRINHA, 1989. p. 185, 202 e 231.

⁸⁴ RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, v. 2. p. 117.

⁸⁵ LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora; CEIS20, 2006. p. 443.

interesses de bandos”. A folha arrematava enfatizando que “sem religião e sem moral não poderia haver nação”, advindo daí a escolha de seu título, buscando atuar como defensora “de tão sagrados objetos”⁸⁶.

Ao completar seu quadragésimo aniversário, *A Nação* retomava seu conteúdo programático, garantindo que durante todo aquele tempo fora “sempre firme e inabalável no seu posto”, conservando “desenrolada e bem alta a bandeira do Partido Legitimista”. Afirmava ser um periódico que se rejuvenescia “com o próprio passado cheio de honra e de glória”, manifestando a “mais inquebrantável tenacidade” e resistindo a contrariedades, provações da sorte e perseguições. Nessa época, orgulhava-se de ser “o segundo jornal em idade entre os existentes” na imprensa portuguesa, e “o primeiro na confraternidade e lealdade devida aos colegas”. Destacava que, apesar da passagem do tempo, não mudara em nada o programa que se propusera a defender, mantendo os mesmos princípios norteadores. Nesse sentido, retomava literalmente a proposta original, confirmando que “o soldado era ainda cristão e português”, lutava “pela lei e pela grei” e permanecia “no combate com o coração despido de ódios, mas cheio de coragem”⁸⁷.

De acordo com sua concepção ultraconservadora, *A Nação* publicou o artigo “Manifestações republicanas”⁸⁸, no qual se referia ao primeiro aniversário da forma republicana no Brasil, mas concentrava o texto nas críticas ao

⁸⁶ A NAÇÃO. Lisboa, 15 set. 1847, p. 1.

⁸⁷ A NAÇÃO. Lisboa, 16 set. 1886, p. 1.

⁸⁸ A NAÇÃO. Lisboa, 18 nov. 1890, p. 1.

republicanismo luso, além de também lançar censuras para com o modelo liberal imperante, culpando-o inclusive pelo avanço do campo antimonárquico em Portugal:

O dia 15 de novembro, por ser o primeiro aniversário da implantação da república brasileira, foi festejado em Lisboa pelos democratas portugueses, que aproveitaram o ensejo que se lhes oferecia, para fazerem as suas manifestações políticas. E porque estas não ultrapassaram os limites pacíficos e ordeiros, o governo teve de sofrê-las com ânimo resignado.

Houve sessões solenes em diferentes centros republicanos; houve banquetes mais ou menos opíparos e numerosos; houve iluminações nas redações dos jornais republicanos e clubes da mesma feição política; manifestações, enfim, que, por terem caráter pacífico, não deixaram por isso de ser ostentosas.

Tanto nos banquetes, como nas sessões solenes, pronunciaram-se discursos políticos muito calorosos de esperança pela república em Portugal e de congratulação com o atual governo do Brasil.

Em Coimbra foi profusamente distribuído um manifesto republicano assinado por 122 estudantes de diferentes faculdades da universidade. No Porto foi apreendido pela polícia um grande número de exemplares desse manifesto, que está escrito com vigor e contém períodos muito violentos.

Aos governos liberais e nomeadamente aos últimos que têm estado à frente dos negócios públicos, devem os republicanos toda a sua prosperidade. Eles, com seus erros e crimes, mais ainda que os diretores do partido democrata e a própria propaganda da sua imprensa têm sido os verdadeiros fazedores de republicanos. Sua alma, sua palma.

NUMERO N. 414
XLIV anno — 1890
ASSIGNATURAS
Para Lisboa e Provinces...

TERÇA-FEIRA
18 DE NOVEMBRO
PUBLICAÇÕES
ANUNCIOS por lista 20 reis...

Ornans pro Pontifice nostro Leone Dominus conseruet eum, et vicinfecti beat' n' faciat in terra, et non tradat eum in manus inimicorum eius

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

(ORAÇÃO DA MISSA.)

Et omnes sursum et spatia nudis dixerunt: nos liberi sumus, rex noster liber est: ita voluimus per nos et per senem quis post nos

(CORTEZ DE LISBOA)

Lisboa 17 de novembro

A ENCYCLICA

aos Bispos, clero e povo de Italia

VIII
Continuação da egregia littera intima...

em geral as irmandades e confrarias são léguas.

O Estado monopolisa auctorição de novas obras pias e de caridade...

Ainda o dia 14 de novembro

Por um deploravel facto, que não indicoes evitar, decidimos de associar entre a multidão que assiste...

Elencos commoção nos fa sua ex.ª sr. José Maria Bandeira...

Do digno chelto legitimista no districto de Braga...

de parte a questo romana, e de da lancha indolencia maior intendencia...

Ninguém dirá que esta attitude nova por generalisação se não é...

de Cañda de Tenda, Lousana, e da Republica do Equador e Venezuela...

Responda-se áhi um governo corrupto, verdadeiramente impolitico, e não submisso ao estylo republicano...

O Sancto Padre queito-se da insucesso em o novo codigo penal de uma serie de artigos...

Do sr. João Maria Lopes da Silva recobemos uma attenção-ratificação do facto, que não nos podia dar, cabem ainda hoje...

O sr. Joaquim Antonio Rodrigues de Almeida, que por um muito desuso deitou de compressor...

Submissões hezitas o anterior favela do Sr. Souto de São Miguel I.

Não se turbada por este commoção a commoção do pais e o erro...

E, concluido, uma pallida e arida, breves, que ha sido o sr. O'Neill...

Depois apresenta S. Santidade outras indicações de aggressões que impendem sobre a Igreja e o sentimento catholico do pais...

Depois digam nos tambem se pretem o seu commoção ao sentimento a palavra de S. S.º...

Commoções e nosse illustria envolvimento no ordo da Italia, que se oppoza da sua quinta...

Assistid tambem grande numero de senhores da primeira sociedade...

Assim pois os seus jermes são inabituamente...

Manifestações republicanas
O dia 18 de novembro por ser o primeiro anniversario da independencia da republica...

Depois digam nos tambem se pretem o seu commoção ao sentimento a palavra de S. S.º...

Commoções e nosse illustria envolvimento no ordo da Italia, que se oppoza da sua quinta...

Assistid tambem grande numero de senhores da primeira sociedade...

Assim pois os seus jermes são inabituamente...

Manifestações republicanas
O dia 18 de novembro por ser o primeiro anniversario da independencia da republica...

Assim pois os seus jermes são inabituamente...

Depois digam nos tambem se pretem o seu commoção ao sentimento a palavra de S. S.º...

Commoções e nosse illustria envolvimento no ordo da Italia, que se oppoza da sua quinta...

Assistid tambem grande numero de senhores da primeira sociedade...

Assim pois os seus jermes são inabituamente...

Manifestações republicanas
O dia 18 de novembro por ser o primeiro anniversario da independencia da republica...

Assim pois os seus jermes são inabituamente...

Manifestações republicanas

O dia 15 de novembro por ser o primeiro anniversario da implantação da republica brasileira, foi festejado em Lisboa pelos democratas portuguezes, que aproveitaram o ensejo que se lhes offerecia, para fazerem as suas manifestações politicas. E porque estas não ultrapassaram os limites pacificos e ordeiros, o governo teve de soffrel-as com animo resignado.

- detalhe -

Outro periódico abordado foi o *Jornal do Comércio*, longo diário lisboeta, editado entre 17 de outubro de 1853 e 29 de setembro de 1989⁸⁹ e, conforme definia seu próprio título, buscava dedicar-se mais especificamente às causas mercantis. Era um matutino de tendência monarquista⁹⁰, mantendo uma proposta editorial mais noticiosa. Em seu programa afirmava que pretendia “empenhar todos os esforços” para que fosse digno da missão que tinha a cumprir, a qual seria “importantíssima e de uma utilidade” que não poderia “ser desconhecida pela classe respeitável dos comerciantes”. Assim, sua meta era “lançar a luz da publicidade sobre as transações e movimentos comerciais”, prestando “um serviço ao mesmo tempo aos produtores e consumidores”, dedicando-se “à discussão de assuntos econômicos e comerciais”, que altamente interessariam “a todas as classes da sociedade”. Tinha a meta “de fazer aparecer no país um órgão de todo o movimento mercantil, já nas praças de Lisboa, do Porto, e de todo o país, já nas do estrangeiro”. Acreditava que seria através do comércio que a nação portuguesa poderia recuperar ao menos em parte a pujança do passado⁹¹. Contando com expressivos progressos técnicos, foi um dos mais importantes periódicos lisboenses e, na virada do século, constituía um jornal de considerável influência no contexto luso⁹².

Diante da passagem do aniversário inaugural da república brasileira, o *Jornal do Comércio* optou por uma abordagem mais informativa. Para tanto

⁸⁹ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 40.

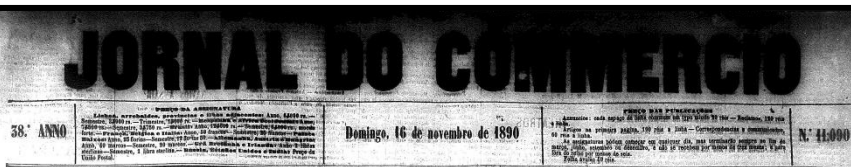
⁹⁰ LEMOS, 2006. p. 393-394.

⁹¹ JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 17 out. 1853, p. 1.

⁹² TENGARRINHA, 1989. p. 185, 202, 231 e 234.

publicou matéria intitulada “O aniversário da república brasileira – comemorações em Lisboa”⁹³, segundo a qual, fora “bastante festejado em Lisboa, e por diversas formas, o primeiro aniversário da proclamação da república dos Estados Unidos do Brasil”. Descrevia que “os clubes republicanos arvoraram a bandeira amarela e verde e, à noite, enfileiraram renques de gás sob as janelas das sedes; as redações de alguns jornais da mesma feição política fizeram outro tanto”, apontando também que “o *Diário Ilustrado*, a *Tarde* e a *Noite* estamparam o retrato do marechal Deodoro e a *Pátria* saiu impressa em tinta encarnada”. Além disso, destacou que “a Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal realizou nas salas do consulado geral do Brasil a sessão solene que já por nós tinha sido anunciada” e passava a apresentar em minudências o ambiente, os ritos da solenidade, as autoridades presentes, os discursos proferidos e até os cardápios concernentes ao segmento gastronômico dos festejos.

⁹³ JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 16 nov. 1890, p. 1-2.



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

O Anniversario da Republica Brasileira

Commemorações em Lisboa

Foi bastante festejado em Lisboa, e por diversas formas, o primeiro anniversario da proclamação da republica dos Estados Unidos do Brazil.

Os clubs republicanos arvoraram a bandeira amarella e verde, e á noite enfileiraram renques de gaz sob as janellas das sedes; as redacções de alguns jornaes da mesma feição politica fizeram outro tanto; o *Diario Illustrado*, a *Tardé* e a *Noite* estamparam o retrato do marechal Deodoro, e a *Patria* saiu impressa a tinta encarnada.

- detalhe -

Na capital do reino foi editada *A Crença Liberal*, um semanário de cunho extremamente conservador, mantendo ferrenha oposição às tendências contrárias ao *status quo* reinante em Portugal⁹⁴. Tal publicação circulou desde 1861 até a virada do século, encerrando suas atividades em 19 de dezembro de 1900⁹⁵. Ao final dos anos oitenta, a folha dava indícios de sua postura política ao tecer severas críticas ao modelo governamental. Nesse sentido, referia-se a um “governo ignóbil” que, “além de ter praticado as maiores torpezas”, vinha descendo “a quantas abjeções” havia, já que a sua vida era “uma constante ignomínia”, estando “agarrado às pastas” e não querendo as “largar decorosamente, empregando todos os meios para que o bolo” não lhe caísse das mãos”⁹⁶.

De acordo com sua postura monárquica e ultraconservadora, *A Crença Liberal*, em novembro de 1890, trouxe aos seus leitores o artigo “O imperador do Brasil”⁹⁷, já demarcando no próprio título suas convicções, referindo-se ao monarca decaído e não especificamente à efeméride republicana. Para o periódico, a forma republicana brasileira ainda não estaria legitimada e que, portanto, a monarquia e o próprio soberano ainda não haviam sido derrubados de vez:

⁹⁴ ALVES, Francisco das Neves. A transição monarquia – república brasileira na perspectiva de um semanário português. In: *Revista Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010. v. 1. n. 1. p. 115-116.

⁹⁵ RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, v. 1. p. 222.

⁹⁶ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 23 maio 1888, p. 1.

⁹⁷ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 13 nov. 1890, p. 1.

Para nós continua o sábio e velho soberano a ser o que era, enquanto a nação brasileira, legalmente representada em cortes, não decidir o contrário.

Essa decisão, porém, ainda não se manifestou.

Os amigos da república em geral, e em especial de uma república brasileira, andaram aí fervorosos a censurar o nosso governo por não ter ainda reconhecido como legal e decisivo um estado de coisas que por enquanto é apenas revolucionário e incerto, e não representa mais do que o triunfo (que pode ser efêmero) de uma sublevação militar.

O imperador não abdicou, a nação brasileira não o depôs; portanto o seus direitos estão ainda de pé e, por consequência, os seus títulos e a sua autoridade, embora de fato a não exerça.

O nosso governo, reconhecendo por ato próprio a *república* brasileira, reconheceu uma quimera. Tal república não existe. Só uma nação pelo seu voto coletivo pode alterar forma do seu governo. Ora a nação brasileira ainda não alterou o sistema do seu governo, ainda não adotou a forma republicana; portanto a república não existe no Brasil, não existe de direito, e o que ali se chama república representa apenas a pressão militar e revolucionária do general Deodoro e dos seus colaboradores.

Dizem os aficionados de cá e de lá que a nação se pronunciou fazendo uma eleição favorável ao atual ministério brasileiro; mas disse ao mesmo tempo que a maioria dos eleitores não foi à urna, donde logicamente se deve concluir que a maioria dos eleitores, representando a maioria da nação, foi desfavorável ao governo e, portanto, não quer a república.

Eis aí como se deve encarar o assunto, e não fazer obra pelas informações, necessariamente suspeitas, dos interessados em fazer acreditar à Europa que uma eleição, ainda antes de se reunirem os eleitos, é bastante para levantar ou abater um trono. Ademais, ninguém ignora como se fazem as eleições, sempre favoráveis ao governo que as manda fazer, sobretudo quando esse governo é militar, e fala aos eleitores com a eloquência das baionetas.

Mas no Brasil nem se deu esse caso, porque o número das abstenções foi maior que o de votos, e a maioria que o governo obteve entre os eleitos é uma minoria com relação aos eleitores recenseados.

Como ousou, pois, o nosso governo fazer obra por umas notícias telegráficas, para declarar, ou reconhecer, decaído do trono um príncipe tão intimamente ligado, pelos laços do parentesco com a família real portuguesa?

Não houve entre os membros desse governo uma só cabeça que pensasse no alcance de tão impensado reconhecimento?

Dizem-nos agora os arames, nem sempre transmissores da verdade, que a Inglaterra e a Itália já também reconheceram a nova república, e até que a primeira dessas potências ordenou aos seus navios de guerra que saudassem o novo pavilhão brasileiro.

As outras nações podem fazer o que quiserem. Nós os portugueses é que não podemos ver no Brasil se não a revolução triunfante, e a coação de um povo comprimido pela ditadura militar, que procura fazer do Brasil um foco de revoluções como as que dilaceram as repúblicas da América do Sul.

Esperemos, para reconhecermos os Estados Unidos do Brasil, que a própria nação brasileira os reconheça, e vejamos o que se passará no parlamento depois os representantes, que a ditadura militar mandou fazer à sua imagem e semelhança; e se os brasileiros não tiverem energia e coragem para sacudirem o jugo que lhes impôs a usurpação, e se constituírem a uma espécie de escravatura branca para substituir a negra que o liberal imperador aboliu, então reconheçamos os fatos consumados, digamos a esses nossos antigos irmãos: vós nascidos no país da preguiça, curvai a cerviz a vossos novos senhores, porque sois dignos da vossa sorte.

Mas quem pode dizer o que ainda está reservado ao Brasil, quando as antigas províncias, agora denominadas estados, quiserem fazer novas repúblicas e constituir-se cada uma em estado independente? Então rebentará uma ruínosa guerra civil, como aquela que há anos assolou os Estados Unidos do Norte. E daí talvez todos prefiram uma pacata escravidão a uma campanha laboriosa; porque no Brasil não predomina a enérgica raça anglo-saxônica, e o brasileiro é naturalmente frouxo e indolente, e só assim se explica a facilidade com que triunfaram alguns militares ousados, que foram por alta noite arrancar o imperador da cama, como se temessem a luz do dia.

O imperador do Brazil

Para nós continua o sabio e velho soberano a ser o que era, em quanto a nação brasileira, legalmente representada em côrtes, não decidir o contrario.

Essa decisão porém ainda não se manifestou.

Os amigos da republica em geral, e em especial d'uma republica brasileira, andaram ahi fervorosos a censurar o nosso governo por não ter ainda reconhecido como legal o decisivo, um estado de cousas que por em quanto é apenas revclucionario e incerto, e não representa mais do que o triumpho (que pode ser ephemero) d'uma sublevação militar.

- detalhe -

Também em Lisboa viria a circular um dos mais importantes e perenes periódicos portugueses, constituindo o mais marcante em termos de modelo noticioso. Era o *Diário de Notícias*, cujo programa foi editado ao final de 1864 e o primeiro número passou a circular em Lisboa, a 1º de janeiro do ano seguinte⁹⁸. Constituía, assim, uma publicação cuja principal tendência era a informação geral⁹⁹ e, desde o início, optou pela “abstenção da polêmica jornalística”, mantendo “um corolário da supressão do artigo editorial político”, em que “tal polêmica mais larga e mais azedamente costumava expandir-se”¹⁰⁰, mantendo o mesmo estilo ao longo de grande parte de sua longa existência. Ele marcou o início do jornalismo moderno no contexto luso, operando “uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional”. Era um “jornal popular de preço e estilo ao alcance de todos”, noticioso por essência “e sem filiação partidária”. Seu “espantoso êxito resultou da combinação do baixo preço e da aparente ‘independência’ perante as correntes políticas”, além das “elevadas tiragens”, que reduziam “o custo unitário de produção”, aumentando também “os rendimentos com a publicidade”. As pretensas “‘objetividade’ e ‘imparcialidade’ com que se iniciou e pretendeu” se “apresentar ao longo da sua existência, na

⁹⁸ RAFAEL & SANTOS. 2001. v. 1. p. 252.

⁹⁹ LEMOS, 2006. p. 260.

¹⁰⁰ CUNHA, Alfredo da. *O Diário de Notícias: a sua fundação e os seus fundadores*. Lisboa, 1914. p. 16.

verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido”¹⁰¹.

A lógica de produção desse periódico levava em conta que, “se a tiragem” aumentasse, “as despesas gerais” conservavam-se “sensivelmente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar” seria “menos elevado”, de modo que, “com maior tiragem” haveria “mais anúncios” que poderiam render mais. Dessa maneira, “para auferir maiores lucros”, bastaria “baixar o preço e dirigi-lo a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso”. Seus avanços na prática jornalística voltaram-se também à questão da venda e distribuição, estabelecendo um contingente sempre crescente de vendedores ambulantes, atividade facilitada pelo preço acessível do exemplar. Além disso, houve um incremento na quantidade de anúncios editados pelo *Diário de Notícias*, fenômeno também essencial à estruturação financeira da empresa jornalística, uma vez que era normalmente à publicidade que competia cobrir uma parte ou a totalidade dos custos da produção do jornal. Outra marca registrada da publicação foi o crescimento vertiginoso de suas tiragens, com o aprimoramento tecnológico em sua produção, lançando mão de máquinas rotativas cada vez mais evoluídas e com maior capacidade de impressão, bem como sua tipografia foi a primeira no contexto luso a utilizar-se das máquinas de compor. Tais práticas empresariais serviriam de modelo a um grande número de periódicos que surgiriam no

¹⁰¹ TENGARRINHA, José M. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 214.

contexto luso, e, na virada do século XIX ao XX, o *Diário* contaria entre os jornais mais antigos e de maior prestígio em Portugal¹⁰².

No lançamento do periódico, a redação afirmava que promovera tal publicação convencida “da sua necessidade e utilidade”, pois visava a um único fim – “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências”. Declarava também que o seu próprio título dizia o que seria, ou seja, “uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades”. Pretendia ser “um noticiário universal”, escrito “em estilo fácil, e com a maior concisão”, e que informasse “o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações”, prometendo reproduzir, “à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas”. Anunciava que eliminaria o artigo de fundo, não discutindo política, nem sustentando polêmica, apenas registrando “com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor” que comentasse “ao seu sabor”, quaisquer que fossem “os seus princípios e opiniões”¹⁰³.

Em sua cobertura acerca do aniversário republicano, o *Diário Ilustrado* manteve sua abordagem de amplo predomínio noticioso. Nesse sentido, publicou a 15 de novembro o artigo “Comemoração brasileira”¹⁰⁴, no qual informava que, “como se sabe, por ser hoje o primeiro aniversário do

¹⁰² TENGARRINHA, 1989. p. 213, 215, 221, 222, 225-229, 231 e 234.

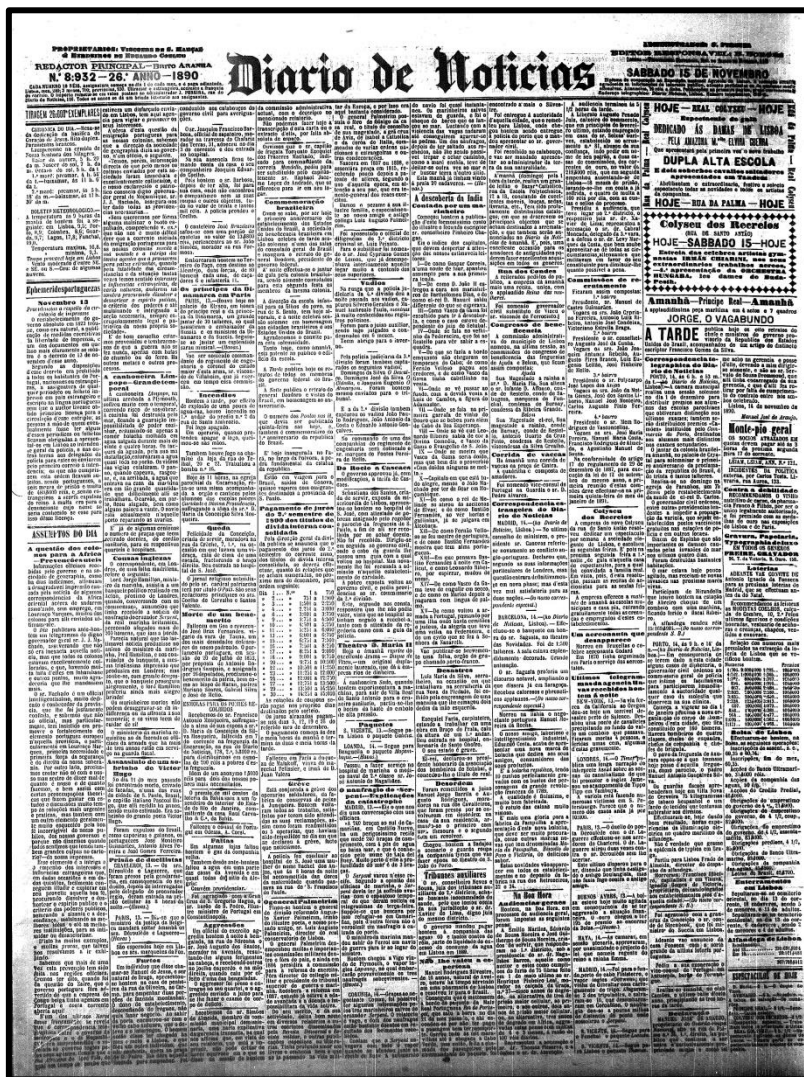
¹⁰³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 dez. 1864, p. 1.

¹⁰⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 1.

estabelecimento dos Estados Unidos do Brasil, a Sociedade de Beneficência Brasileira em Lisboa celebra de tarde sessão solene numa das salas do consulado geral do Brasil”, momento em que seria inaugurado “o retrato do general Deodoro, presidente do governo federal”. Complementava ainda que, “à noite efetua-se o jantar de gala pela colônia brasileira, sendo somente convidados para esta segunda festa os membros da mesma colônia”, bem como descrevia outras solenidades que demarcavam a efeméride e citava as inserções editoriais realizadas em outros periódicos lisboenses no que tange à data do primeiro aniversário republicano do Brasil. No dia seguinte, o título “Comemoração brasileira”¹⁰⁵ era repetido, com a descrição de que realizara-se “ontem de tarde, com a opulência com que costuma celebrar as suas festas a Sociedade de Beneficência Brasileira, a sessão solene para a inauguração do retrato do general Deodoro, presidente do governo dos Estados Unidos do Brasil”, visando à “comemoração do primeiro aniversário do estabelecimento desse governo”. O jornal lisboeta detalhava que “as salas do consulado geral estavam vistosas e brilhantemente ornamentadas, com profusão de formosos arbustos e plantas”, ambiente no qual “a concorrência era numerosa e seleta”. Ainda destacava que, “além dos membros mais conspícuos da colônia, viam-se alguns portugueses que residiram longos anos no Brasil e ali têm conservado as suas relações e seus bens”, assim como “os cônsules de diversas repúblicas americanas e representantes de quase todos os periódicos diários de Lisboa, que

¹⁰⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 16 nov. 1890, p. 1.

não quiseram deixar de associar-se fraternalmente à festa e às alegrias do povo brasileiro”, passando em seguida a descrever o evento em detalhes.



Commemoração brazileira

Como se sabe, por ser hoje o primeiro anniversario do estabelecimento dos Estados Unidos do Brazil, a sociedade de beneficencia brazileira em Lisboa celebra de tarde sessão solemne n'uma das salas do consulado geral do Brazil e inaugura o retrato do general Deodoro, presidente do governo federal.

A' noite effectua-se o jantar de gala pela colonia brazileira, sendo sómente convidados para esta segunda festa os membros da mesma colonia.

- detalhe -

Outra publicação editada diariamente em Lisboa, e que mantinha uma ordenação discursiva calcada no modelo noticioso, foi o *Diário Popular*, que circulou de 13 de julho de 1866 a 13 de junho de 1896¹⁰⁶, vindo a ter significativa relevância e influência junto ao público leitor português¹⁰⁷. No seu primeiro número, trouxe aos leitores uma brevíssima apresentação, na qual se limitou a informar que daria continuidade ao *Noticiário Português*, reorganizando-se e mudando seu título para aquele primeiro que representaria mais a contento “a índole de uma publicação destinada principalmente à instrução do povo”¹⁰⁸. Mais adiante o jornal acrescentaria o artigo “O” ao nome estampado em seu cabeçalho. Já ao final do século XIX, ao encerrar suas atividades, o *Diário Popular* seria substituído por *O Popular*, o qual manteria as mesmas características editoriais, tendo sido publicado na capital entre 14 de junho de 1896 e 20 de novembro de 1907¹⁰⁹.

Em seu editorial¹¹⁰, *O Diário Popular* referiu-se à passagem da efeméride republicana no Brasil, com base no enfoque de cunho predominantemente informativo, vindo a descrever tal transição política, explicando-a como uma evolução natural, chegando a enfatizar as ações republicanas no campo do controle social, das reformas urbanas e da instrução pública:

¹⁰⁶ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 259.

¹⁰⁷ TENGARRINHA, 1989. p. 231 e 244.

¹⁰⁸ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 13 jul. 1866, 1.

¹⁰⁹ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 181.

¹¹⁰ O DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 1.

Faz hoje uma ano que foi proclamada a república no Brasil. Uma insurreição militar contra o governo presidido pelo visconde de Ouro Preto que, a princípio, teve apenas em vista a demissão daquele ministério, levou mais longe os seus atos e pôs termos às instituições monárquicas naquele Estado americano, o único que se regia por esse sistema. Compunhiu a naturais e estrangeiros o exílio infligido ao ancião, mais filósofo do que soberano, que quase ao despedir-se da vida foi compelido a ir buscar longe da pátria o repouso, que o sepulcro lhe tem negado para mais amargas lhe serem talvez as saudades da terra natal que tanto estremecia, e que, quase no ocaso da existência, a fatalidade do destino e das leis evolucionárias das sociedades lhe arrebatou para sempre.

Há muitos anos que as ideias republicanas avassalavam todos os espíritos no Brasil (...).

A transformação porque efetivamente têm passado os Estados Unidos do Brasil é a todos os respeitos assombrosa, e cada dia surgem novas manifestações evidentes da pujança das suas novas forças e dos benefícios incontestáveis que à nova ordem de coisas deve o Brasil. (...)

Conclui-se, pois, que os progressos morais e intelectuais têm sido consideráveis, não certamente devido à mudança de instituições, mas à ingerência de novas individualidades na gerência dos negócios públicos, e do desaparecimento dos interesses e dos empecos com que, ou o velho imperador ou os que o rodeavam, impediam os progressos morais em todos os ramos.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Secretariado - Rua do Bazar, n.º 4 e 5 LISBOA - Sabbado, 15 de novembro de 1890

LISBOA, 15 DE NOVEMBRO
Para hoje um anno que foi proclamada a república no Brasil. Uma transformação politica...

Letra ou barto, outro profundamente modificado as condições da vida e as instituições especificas indigenas.
A intervenção publica vai crescendo...

Lo se na Economia:
A compra de Lourenço Marques
'Todos os ramos da que dizem respeito ao futuro futuro, especial...

Não tem nenhuma especie de utilidade para a Zaga, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

HOJE REAL COLYSEU HOJE
RUA DA PALMA
Espectaculo de gala, dedicado ás damas de Lisboa, pela amann...

Sorte Grande
9:366 em cartelas
45:000\$000
Vencido o 1.º premio com um extracção de 1900, o numero 48401 este, somando...

Volta a ser nomeado o antigo de Portugal a que se segue a ordem da república, que não há excepção...

Dois a rinha aboga e durante o tempo de guerra de Espanha, alguns correspondentes foram desde os primeiros...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

Palas e a Zaga tem por objecto a guerra e a industria, e a industria nacional de sua natureza, desenvolvimento...

LISBOA, 15 DE NOVEMBRO

Faz hoje um anno que foi proclamada a republica no Brazil. Uma insurreiçãõ militar contra o governo, presidido pelo visconde do Ouro Preto, que a principio teve apenas em vista a demissãõ d'aquelle ministerio, levou mais longe os seus actos e pôz termo ás instituições monarchicas n'aquelle estado americano, o unico que se regia por esse systema. Compungiu a naturaes e a estrangeiros o exilio infligido ao ancião, mais philosopho do que soberano, que quasi ao despedir-se da vida foi compellido a ir buscar longe da patria o repouso, que o sepulchro lhe tem negado para mais amargas lhe serem talvez as saudades da terra natal que tanto estremecia, e que quasi no occaso da existencia a fatalidade do destino e das leis evolutarias das sociedades lhe arrebatou para sempre.

- detalhe -

Em Lisboa circulou entre 1º de julho de 1872 e o ano de 1910¹¹¹ o *Diário Ilustrado* que se consolidaria como uma importante publicação periódica portuguesa. Seu diferencial em relação a muitas das demais folhas diárias então em circulação foi exatamente o caráter ilustrado, trazendo diariamente ao público retratos de personagens e gravuras de paisagens e acerca de usos e costumes. Uma das suas melhores formas de obter seus rendimentos provinha da divulgação do *high-life*, motivo de ostentação da alta sociedade, pois ver o nome naquela seção equivaleria “à categoria de pessoa fina”¹¹². Ainda que se anunciasse como uma folha independente, o *Diário* foi um ardoroso defensor da monarquia¹¹³ e chegou muitas vezes a ser qualificado com adjetivações pejorativas de parte de outros jornais, tendo em vista seu extremado governismo no que tange aos regeneradores, de modo que, mesmo em períodos de maior repressão, continuaria a conseguir manter sua circulação até a implantação da república em Portugal¹¹⁴.

O *Diário Ilustrado*, em seu “número-programa”¹¹⁵, buscava demarcar seu caráter diferenciado no que tange a estampar imagens, prevendo que cada número traria “sempre uma ou mais gravuras executadas pelos primeiros artistas nacionais e estrangeiros”. Divulgava também que seria utilizado o

¹¹¹ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 257.

¹¹² MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941. p. 71-72.

¹¹³ LEMOS. 2006. p. 297.

¹¹⁴ TENGARRINHA, 1989. p. 258.

¹¹⁵ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, jun. 1872, p. 1-2.

melhor dos papéis em publicações daquele gênero, devendo o tipo ser renovado duas ou três vezes por ano, para que o periódico fosse “sempre perfeitamente impresso”. No que tange à parte ilustrada, o jornal anunciava que publicaria “retratos de todos os portugueses e estrangeiros mais notáveis”; bem como “vistas e monumentos mais célebres de Portugal, Brasil, Espanha, França”, entre outros; “desenhos reproduzindo os acontecimentos mais notáveis da semana ou do mês”; gravuras “de modas copiadas dos principais jornais de Paris e Londres”, de forma que pudesse o leitor “prescindir da assinatura dos jornais estrangeiros do gênero”; bem como “uma revista mensal ilustrada; brasões de armas de todas as terras de Portugal, acompanhados do resumo do foral em que lhe foram concedidos”; e “plantas e cartas topográficas, sempre que alguns acontecimentos importantes” as tornassem necessárias.

Ainda no seu “número-programa”, o *Diário Ilustrado* publicava o “Boletim do dia”, no qual afirmava que, “ao alistar-se nas honradas fileiras do jornalismo”, não tinha “que hastear o seu pendão político”, dizendo que não pretendia entrar “na liça para servir aos interesses de nenhum partido”. Explicava, entretanto, que tal posição, não significaria “uma sistemática abstenção de expender as suas opiniões acerca dos negócios que interessavam ao país”, uma vez que considerava “o indiferentismo político” como “um delito social”, o qual “a imprensa não poderia instigar com o exemplo ou com o conselho”. Declarava que, se o jornalismo tinha “uma missão civilizadora a cumprir, buscando esclarecer o público com o facho luminoso da razão e da ciência, nenhum assunto” deveria merecer mais a atenção do que aquele que se referia à vida

nacional, Desse modo pretendia estimular “os leitores a interessarem-se pelo bem da pátria, quer no progresso intelectual”, ou “no desenvolvimento da indústria, do comércio”, ou ainda “no estudo dos conhecimentos econômicos, sociais e administrativos”, e, “enfim no constante movimento que resultava da aplicação dos princípios à gerência dos negócios públicos”, com os quais se poderia educar “os bons e prestimosos cidadãos” e preparar-se “os elementos para tornar-se realizável a descentralização do poder, considerada como o grande desiderato da escola liberal”, a qual buscaria “implantar, sem sofismas, nos países cultos, o governo do povo pelo povo”.

De acordo com essa perspectiva, tal diário manifestava a opinião pela qual, se um jornal, mesmo que noticioso, caso se abstinhasse “de expor de maneira desassombrada as suas ideias sobre as questões políticas, ou discutindo-as no campo dos princípios, ou contestando-as na sua aplicação prática”, não representaria “mais do que uma inutilidade ou uma hipocrisia”. Dessa forma, a inutilidade se daria mesmo quando a abstenção da folha fosse sincera, pois, “recusando-se a cumprir uma das mais importantes partes da sua missão”, ficava “limitada a apenas rivalizar com as folhas avulsas”, nas quais “outrora os cegos apregoavam pela cidade os acontecimentos pavorosos que estimulavam a curiosidade pública”. Já a hipocrisia estaria a ocorrer quando, sob o pretexto “do indiferentismo afetado”, a publicação fosse “servindo aos interesses de uma facção, esquivando-se à responsabilidade que a cada um pertencia” pelas ideias que sustentava ou pelas doutrinas que advogava.

Em relação a essas duas tendências, o *Diário Ilustrado* garantia que seguiria “um outro caminho”, anunciando que buscaria “ser imparcial no julgamento dos homens e dos seus atos, prestando homenagem a cada um, sem lhes indagar as procedências” e “sem se deixar influenciar pelo espírito apaixonado das facções”. Explicava que estas tinham “razão de existir” e que eram “úteis até na grande luta em que se empenhavam os órgãos dos diferentes partidos militantes”, mas que, em um jornal que não vinha “à arena das discussões pugnar sob o pendão de nenhum partido”, acima de inúteis, seriam condenáveis. Considerava ainda que “a honestidade dos homens públicos lusos e o seu empenho em bem servir à pátria”, estaria a autorizar “o jornalismo independente a fazer justiça a todos, sem vislumbres de servilismo”, mantendo “a liberdade plena de aplaudir ou condenar os seus atos, segundo o consciencioso critério”, com que deveriam ser julgados.

O *Diário Ilustrado* se manifestou acerca do 15 de Novembro no ano de 1890 trazendo uma coluna intitulada “O marechal Deodoro”¹¹⁶, além de estampar o retrato do primeiro presidente brasileiro e a bandeira nacional da jovem república. Levando em conta suas convicções antirrepublicanas, o periódico reconhecia a mudança na forma de governo como um fato consumado, sem deixar de esclarecer que suas ideias sobre tal transição eram bastante conhecidas. Defendia que os brasileiros poderiam escolher o seu regime, mas exigia que Portugal pudesse manter o seu. Chegava a tratar com certa ironia a

¹¹⁶ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 1.

manutenção plena da ordem no contexto brasileiro e, por fim, demarcava que se referia à efeméride em questão por uma “imposição” de ordem jornalística:

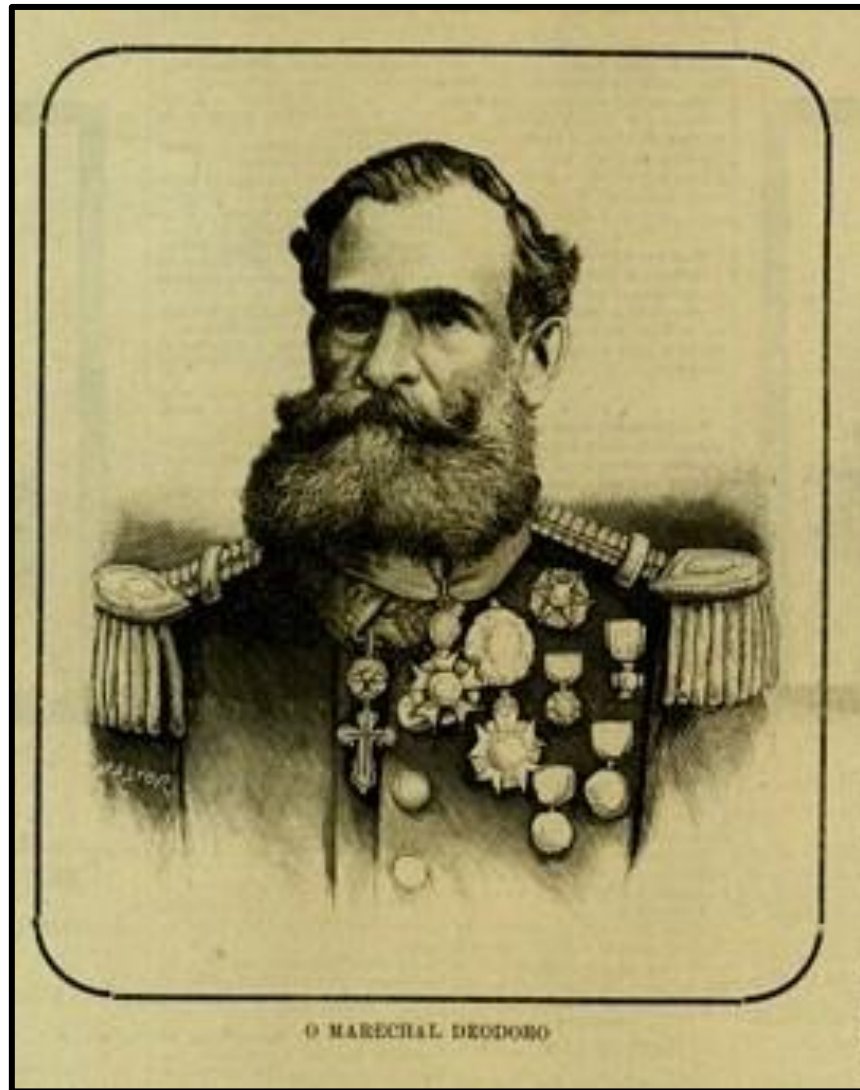
Passa hoje o primeiro aniversário da proclamação da república brasileira, reconhecida pelo governo português. A república é hoje, pois, no Brasil um fato legal, desde que sobre essa forma de governo se manifestou o povo.

Deixou de ser uma revolta militar triunfante para se tornar uma sanção plebiscitária.

Não vamos, é claro, fazer a nossa crítica sobre os acontecimentos de há um ano. São por de mais conhecidas as nossas ideias. Mas nos princípios que politicamente nos orientam entre o que é fundamental em direito público – que cada país se deve governar pelo regime que entender.

O Brasil escolheu o sistema republicano, e nós temos obrigação de acatar a sua escolha. Como desejamos que brasileiros, espanhóis, etc., respeitem a ordem política em que Portugal quer viver, e em que se sente bem, com todas as liberdades e direitos garantidos.

O marechal Deodoro, chefe do governo, é a personificação da república brasileira; e como a todos devemos justiça, cumpre-nos assinalar que o seu governo *tem sido de ordem*, tendo-se apenas dado breves conflitos sem importância de maior – fato aliás explicável em um meio onde a forma republicana se aclimou tanto com na Europa não se pode aclimar. Por isso é com o seu retrato, e na obrigação que o *Diário Ilustrado* se impôs de acompanhar com a gravura os acontecimentos importantes, que comemoramos a efeméride do dia 15 de novembro.



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -

Um diário não muito longevo publicado na capital do reino foi a *Gazeta de Portugal* que durou de 1º de novembro de 1887 a 10 de abril de 1892¹¹⁷. Pretendia abordar com preferência as questões econômicas, financeiras, agrícolas, industriais e coloniais. Além disso, destacava que procuraria sustentar uma “política larga, liberal e tolerante”, representada pelo Partido Regenerador, através de uma “política prática, de ordem e de progresso, de evolução e de oportunidade”. Ainda que “partidário infatigável e convicto”, esclarecia que

¹¹⁷ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 366.

“sempre acima dos interesses do partido” estariam os da pátria¹¹⁸. Ao longo de suas edições chegou a incluir ilustrações em sua primeira página, como uma forma de trazer um certo aprimoramento gráfico.

Acerca da data festiva brasileira, mantendo um enfoque de cunho predominantemente noticioso, a *Gazeta de Portugal* apresentou uma nota denominada “Aniversário da república no Brasil”¹¹⁹, na qual indicava que fizera “um ano que rebentou no Brasil uma revolução que teve como consequência a queda da monarquia, constituindo-se o governo provisório republicano, à frente do qual se acha o marechal Deodoro da Fonseca”. Ainda em relação ao acontecimento em pauta, descrevia que, “comemorando o fato, os principais republicanos portugueses que se acham em Lisboa banquetearam-se”, ao passo que “vários jornais do partido iluminaram os edifícios em que se acham instalados”. Além disso, enfatizava que “também pôs luminárias o nosso colega *A Noite*, que publicou um número especial, em papel mais caro, profusamente ilustrado”, no qual se encontrava “ao centro da primeira página uma gravura representando o palácio imperial de Petrópolis, residência predileta do velho imperador”.

¹¹⁸ GAZETA DE PORTUGAL. Lisboa, 1º nov. 1887, p. 1.

¹¹⁹ GAZETA DE PORTUGAL. Lisboa, 16 nov. 1890, p. 1.

Anniversario da Republica do Brazil

Fez hontem um anno que rebentou no Brazil a revolução, que teve como consequencia a queda da monarchia, constituindo-se o governo provisorio republicano, á frente do qual se acha o marechal Deodoro da Fonseca.

Commemorando o facto, os principaes republicanos portuguezes que se acham em Lisboa banqueataram-se no restaurant do sr. Rosa Araujo, na Avenida da Liberdade.

Varios jornaes do partido illuminaram os edificios em que se acham installados.

- detalhe -

Uma folha ilustrada e uma das melhor elaboradas e mais longevas publicações de seu gênero que circulou em Portugal foi *O Ocidente*, quinzenário editado em Lisboa entre os anos de 1878 e 1915¹²⁰ e que ostentava em seu cabeçalho a inscrição “revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro”. Em seu prospecto¹²¹, declarava que “o empreendimento de uma publicação ilustrada” que exprimisse “justamente o estado da arte em Portugal” e fosse exclusivamente lusa, que caracterizasse “o espírito público nacional” e correspondesse à necessidade que tinham “todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto das civilizações”, não poderia “ser apenas uma obra de interesse particular”, e sim “um dever impreterível de interesse público”, o que serviria para justificar a sua edição. Nesse sentido, garantia que serviria “à ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz, a vida nacional” que palpitava “no mundo obscuro do esquecimento público”.

Na mesma edição, *O Ocidente* prometia reproduzir gravuras “dos monumentos nacionais, das curiosidades arqueológicas de todo o velho mundo”, bem como “dos grandes homens do passado e os contemporâneos dignos de homenagem nacional”. Explicava que, em suas páginas, “tanto nacionais como estrangeiros”, teriam “um lugar na galeria das celebridades”. Além disso, destacava que “a indústria agrícola e manufatureira; a navegação, o comércio, a guerra, a religião, os costumes, as invenções, as viagens” e, enfim, toda uma “multidão de fatos comovedores e palpitantes de que o mundo moderno era

¹²⁰ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 137-138.

¹²¹ O OCIDENTE. Lisboa. Prospecto (1877). p. 1 e 4.

teatro”, seriam “comentados com o lápis e com a pena na galeria pitoresca e multiforme da publicação”. Tinha ainda a expectativa de dedicar um cuidado especial à exploração portuguesa na África e à reprodução de obras de artistas portugueses. Em relação a outras revistas ilustradas editadas fora de Portugal, enfatizava que não poderia nem pretendia “rivalizar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo gênero”, mas desejava “ser portuguesa pelas forças” que haveria de empenhar, “sendo ao mesmo tempo universal pelo espírito”, de modo que esperava boa recepção do público luso ilustrado, bem como dos “irmãos do Brasil”.

A passagem do ano inaugural da nova forma de governo brasileira foi apresentada pela revista *O Ocidente* como destaque de capa ao “Primeiro aniversário da república dos Estados Unidos do Brasil”, estampando o retrato do presidente Deodoro da Fonseca, além de ilustração que colocava em conjunto o escudo nacional e o pavilhão do Brasil republicano. Além disso, a tal chefe de Estado foi dedicada uma coluna que trazia breves traços biográficos do personagem e destacava sua atuação na mudança institucional no país tropical. De acordo com sua abordagem noticiosa, o periódico dava ênfase às comemorações da efeméride, como na descrição da sessão solene da Sociedade de Beneficência Brasileira “para comemorar o primeiro aniversário da república dos Estados Unidos do Brasil”. Descrevia o evento como “uma festa simpática”, pela qual fora comemorada “a transformação política de um povo pela vontade, por assim dizer, unânime desse mesmo povo”, vindo a discorrer detalhadamente sobre a solenidade, a qual também era registrada por meio de


outra gravura estampada pela publicação. O magazine ilustrado luso divulgava também um quadro de Oscar Silva, alusivo à proclamação da república¹²². Ao referir-se à sessão solene e à pintura divulgada em suas páginas, *O Ocidente* ressaltava suas impressões sobre a mudança institucional brasileira:

Fora escolhido esse dia pela sociedade para inaugurar na sala das suas sessões o retrato do presidente do governo da república, o general Deodoro da Fonseca, dia de verdadeiro regozijo para o povo brasileiro, pela grande conquista alcançada na sua existência política, conquista que a todos surpreendeu, por se realizar no seio da paz, sem as violências da guerra, unicamente pela força de uma ideia, aspiração suprema do espírito contra a matéria, da força da razão contra o poder da força. (...)

Sem podermos avaliar o mérito da pintura, visto que não conhecemos o original, este quadro é a reprodução da grande cena que se passou no Rio de Janeiro no dia 15 de novembro de 1889, e tem por isso todo o valor histórico de um fato de tão alta importância para vida de uma grande nação.

Arquivá-lo em nossa páginas é arquivar um precioso documento para a história do Brasil, a que Portugal não é indiferente pelos laços íntimos que ligam estas duas nações irmãs.

¹²² O OCIDENTE. Lisboa, 21 nov. 1890, p. 1, 2, 3, 4 e 5.





CCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 36 n.ºs	Semest. 18 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º à entrega	13.º ANNO — VOLUME XIII — N.º 429 21 DE NOVEMBRO DE 1890	REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO
Portugal (franco de porto-m. forte)	38000	18000	9050	4120		
Possessão ultramarinas (idem.)	48000	28000	—	—		Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados de seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do Occidente, sem o que não serão attendidos. — Editor responsável Cavetano Alberto da Silva.
Extrang. (união geral dos correios)	58000	28000	—	—		

PRIMEIRO ANNIVERSARIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL





O MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



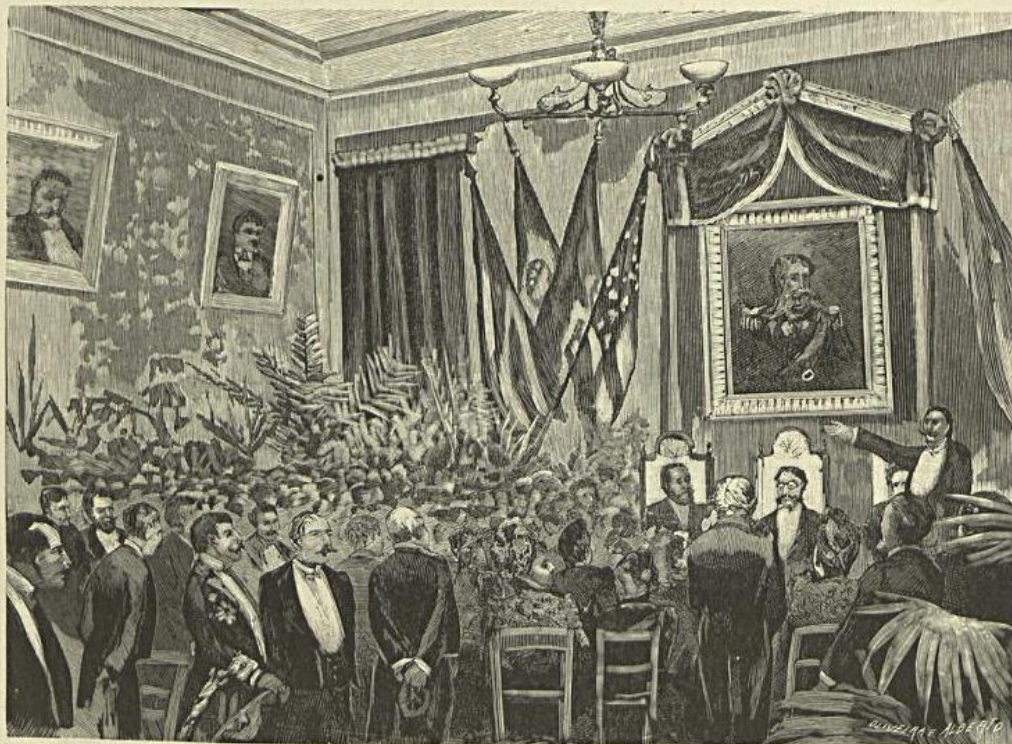
AS NOSSAS GRAVURAS

ANNIVERSARIO DA REPUBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL.

SESSÃO SOLEMNE DA SOCIEDADE DE BENEFICENCIA
BRAZILEIRA

Para commemorar o primeiro anniversario da
Republica dos Estados Unidos do Brazil, celebrou
no dia 15 do corrente a Sociedade de Beneficencia

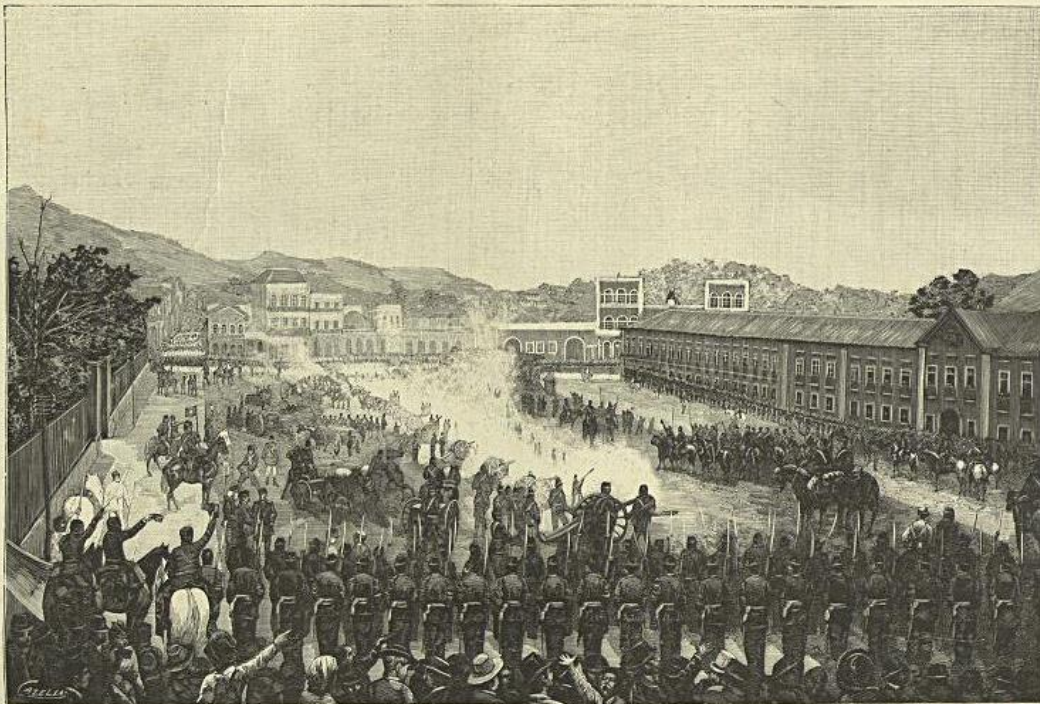
PRIMEIRO ANIVERSARIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



SESSAO SOLEMNE NA SOCIEDADE DE BENEFICENCIA BRAZILEIRA — 15 NOVEMBRO DE 1890

(Desenho de L. Freire)

PRIMEIRO ANNIVERSARIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, NA MANHA DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889 — QUADRO POR OSCAR DA SILVA, PINTOR BRAZILEIRO
(Segundo uma photographia)

A capital do reino contou também com um dos mais relevantes jornais antimonárquicos lusos, *O Século*, fundado como órgão partidário e vindo a constituir um dos mais importantes diários da história da imprensa portuguesa, dedicando suas páginas também à ampla difusão de informações, à divulgação de folhetins e à inovação dos números ilustrados de domingo, em edições especiais de oito páginas, além de ampliar constantemente suas tiragens. A expressão de suas convicções republicanas levaria por vezes a uma vigilância próxima, ou mesmo a atitudes coercitivas de segmentos governamentais. À virada do século, o periódico figurava como um dos jornais de maior prestígio no contexto lusitano¹²³ e sua longeva circulação se estenderia de 4 de janeiro de 1881 a novembro de 1983¹²⁴. Teve o sucesso como uma de suas características, pois “a aura do acolhimento público bafejou-o logo ao nascer, para o que muito contribuiu o estado de efervescência em que se encontravam os ânimos” e “os sucessos políticos que se desenrolaram”¹²⁵.

Em seu “número-programa”¹²⁶, lançado ao país, em 1880, que foi profusamente distribuído, tendo provocado grande interesse¹²⁷, o jornal fazia sua apresentação fortemente vinculada à sua natureza político-partidária. Afirmava o periódico que os partidos monárquicos estavam “vivendo uma vida

¹²³ TENGARRINHA, 1989. p. 234, 237, 255 e 258-259.; e TENGARRINHA, 2006. p. 224 e 225.

¹²⁴ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 271.

¹²⁵ BESSA, Alberto. *O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904. p. 255.

¹²⁶ O SÉCULO. Lisboa, dez. 1880, p. 1.

¹²⁷ LEMOS. 2006. p. 555.

emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem caráter”, num quadro em que, a essa “imensa reação conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira”, convinha “opor uma grande e uma sólida ação democrática de verdade, de justiça e de sinceridade”, de modo que para isso teria sido fundado *O Século*, ou seja, “para ser justo, verdadeiro e independente”. Segundo a concepção da folha republicana, a sociedade portuguesa, “no jogo desconjuntado das suas instituições representativas e das corporações viciadas”, tenderia “fatalmente a dissolver-se por uma completa ausência de convicções sérias e por uma absoluta escassez de educação científica e profissional”.

De acordo com *O Século*, diante das circunstâncias descritas no seu número de apresentação, ele passaria a ser editado para que houvesse um jornal coadunado com o seu tempo e a sua época, bem como “para destruir o egoísmo pessoal em que tudo” estava baseado, para “honrar o trabalho e a consciência humana”, para ser “cidadão útil” e para ser “mais alguma coisa do que uns simples imitadores, sem brio e sem iniciativa”. O periódico, sinteticamente, considerava a si mesmo como uma publicação “de combate e de bom senso”. Concluindo sua apresentação, a folha destacava que seus intentos seriam os mesmos do passado e os do futuro, quer seja, “transformações amplas e radicais no organismo político nacional, a moralidade nos homens e o senso comum e justiça nos governos”. Diante de tais metas, o diário republicano afirmava que se conseguisse cumpri-las, já teria “preenchido uma altíssima missão de progresso e de civilização”.

De acordo com seus princípios, desde 1889 *O Século* vinha aplaudindo efusivamente a mudança na forma de governo do Brasil, servindo a passagem de um ano como oportunidade para reforçar tal conduta. Nesse sentido, estampou uma manchete segundo a qual a “democracia portuguesa” estaria a homenagear a “democracia brasileira”, refletindo acerca de sua vontade de que a “democracia triunfante” na América se estendesse também à Europa e, ainda mais especificamente, a Portugal. O periódico dedicava suas três primeiras colunas para descrever aquilo que considerava como os antecedentes antimonárquicos no Brasil, bem como apontava aquilo que imputava como falhas do regime monarquista, além de deter-se na descrição de como teria sido o ato da proclamação da república. Publicou ainda nota acerca da lembrança de um leitor de que no consulado brasileiro fossem deixados cartões de saudação, além de trazer um soneto em homenagem à efeméride em comemoração¹²⁸.

É hoje o primeiro aniversário.

Os nossos irmãos de além-mar – irmãos pelo sangue, pela língua, pela história e pelas tradições – essa florescente civilização que Portugal implantou nas regiões americanas, fecundo desdobramento do seu ser, sacudiram, há um ano, o jugo nefando de uma realeza esterilizadora.

A monarquia, transplantada do continente europeu para o Brasil, pela fuga vergonhosa da corte de D. João, príncipe regente, depois rei, VI de nome, diante da invasão dos franceses, era na América uma instituição anacrônica, apenas explicável pela força da inércia, que nos fenômenos sociais se traduz pela tendência naturalmente conservadora da ordem estabelecida.

¹²⁸ O SÉCULO. Lisboa, 15 nov. 1890.

Em sentido contrário, duas forças atuavam sobre o Brasil, as quais, mais cedo ou mais tarde, haviam sem dúvida de promover a eliminação da realeza.

Uma era interna; a outra, externa.

Consistia a externa na compressão exercida pelas repúblicas americanas sobre a única nação que mantinha o regime monárquico, recebido da antiga metrópole, compressão tanto mais potente quanto mais essas repúblicas se desenvolviam e prosperavam.

A interna esta no próprio espírito do povo brasileiro, nas aspirações republicanas que datavam da época colonial. (...)

Nestas condições tornava-se cada vez mais inevitável a súbita erupção da lava republicana.

(...)

Saudação ao Brasil – comemorando o 1º aniversário glorioso da república brasileira

Desponta, além, do sul, no vasto firmamento,
O sol da liberdade, o dia glorioso,
Que fez do velho império, o facho luminoso,
Ideal do mundo novo, o grande pensamento.

O povo português igual no sentimento,
Saúda seus irmãos, nesta hora jubiloso,
A terra do Brasil, esse povo ditoso
Que o impulso febril fez livre num momento!

Agora, povo irmão, que tendes liberdade,
Escuta a nossa voz de são fraternidade...
Em nome da justiça – o velho Portugal

Diz ao Brasil: – Tiveste um dia de vitória,
Que fez a luz imensa, a luz da nova história,
Que deixou às nações a página imortal!

A democracia portugueza á democracia brasileira

Uma data é uma idéa que se faz cifra, disse Victor Hugo. 15 de novembro de 1889 foi a idéa da democracia triumphante n'aquelle nação tão nova, e que tão depressa se soube elevar, a ponto de poder servir de exemplo e lição ás nações do mundo velho. A Republica dos Estados-Unidos do Brazil é uma esperança para todos nós. Ella scabou de republicanisar a America. E a republicanisação completa da America foi a affirmação da fraternidade d'aquelles povos, antecipandose á confraternisação dos povos da Europa.

Quando poderemos nós, povos europeus, republicanos tambem, estender através do Oceano a nossa mão de irmãos a os povos americanos? Quando veremos eliminadas as cordeas, esse symbolo da força e do direito divino, substituidas pela Bíblia do direito humano?... Seja como for: hoje é dever nosso saudar, como um exemplo e como uma esperança, a Republica dos Estados-Unidos do Brazil.

- detalhe -

15 DE NOVEMBRO

Um nosso leitor lembrou que se celebrasse o anniversario da Republica Brasileira, indo todos deixar os seus cartões ao consulado brasileiro. A lembrança não foi original nossa, foi d'um dos nossos leitores. Nós entendemos, porém, que se deverá fazer essa manifestação na legação do Brazil, á testa da qual está o sr. José Gomes Coelho que, com intelligencia e zelo, tem desempenhado a contento de todos os deveres do seu cargo. A legação é que é a verdadeira representação d'um paiz e não o consulado.

De resto, uma d'essas manifestações não exclue a outra.

- detalhe -

Na edição seguinte, *O Século* voltou a dar ênfase à efeméride republicana, com a matéria intitulada “15 de Novembro”, na qual descrevia as homenagens da imprensa lusa ao episódio, bem como detalhava as comemorações realizadas junto à Sociedade de Beneficência Brasileira, ao Grêmio Henriques Nogueira e no Centro Fraternidade Republicana, além da referência ao banquete da colônia brasileira em Lisboa. O editorial era acerca do tema “A república no Brasil” e foi apresentado um novo soneto acerca do mesmo assunto¹²⁹:

Celebrou-se o primeiro e felicíssimo aniversário da grande república de origem portuguesa na América Meridional. Solenizou-se em Portugal e no Brasil a fecunda instituição, sem a qual as nações novas não podem avançar, nem os povos, que declinam e envelhecem, rejuvenescer ou ressurgir.

A primeira festividade anual da fausta república americana interessava igualmente aos dois povos congêneres, irmãos, que por séculos viveram assoberbados sob o mesmo jugo hereditário, e que depois da sua inevitável separação, nunca desmentiram por hostilidades profundas e nacionais a sua comum origem e o comum tesouro das suas gloriosas tradições. (...)

A nova forma de governo, aclamada por unânime consenso em todo o amplíssimo território brasileiro, teve o seu eco duradouro em nossa terra. O efeito moral, a pacífica transformação operada nos espíritos portugueses, pelo grande movimento de 15 de novembro, equivaleu à primeira fase de uma verdadeira revolução. (...)

Auguravam em Portugal os mais obcecados monarquistas que uma era de tremendas perturbações ia seguir-se à bem-aventurança do regime imperial, a este milênio venturoso, que os fanáticos da realeza acreditam inseparável de uma púrpura. (...)

Aos seus vaticínios ditados pela paixão desregrada e facciosa, responde a unidade inquebrantável da grande federação, a harmonia e a ordem interior, o

¹²⁹ O SÉCULO. Lisboa, 16 nov. 1890.

acatamento das potências estrangeiras, a agricultura, que floresce, o comércio que se avigora, as indústrias fabris, que se desenvolvem pela instituição de poderosas companhias, a educação pública, passando de um miserável budo repartido à portaria de um palácio dinástico e por uma esmola de soberano, a ser um direito essencial de livres cidadãos.

Aí têm os mais incrédulos ou os mais obstinados monarquistas uma demonstração experimental, que não padece contradições. (...)

Estes milagres opera em nossos tempos a república. Ao revés sobre a monarquia, já não descem as celestes inspirações, e os coroados taumaturgos já não vivem neste século.

A república é a paz, é a ordem, é a liberdade, é a regra e a parcimônia nos dinheiros nacionais, é a honestidade, a lei, o decoro público, presidindo à administração. A república é o porvir necessário, único, inadiável das nações, que, abatidas, humilhadas, decaídas do seu pristino esplendor e majestade, ainda podem reabilitar-se e reviver.

(...)

No aniversário da república brasileira

Um ano hoje perfaz que os povos brasileiros
quiseram livres ser, livres os seus destinos,
com a audaz expansão dos halalis guerreiros,
dos rufos de tambor, e o badalar dos sinos.

Expulsa, Portugal, ninho de masculinos,
rijos tendões de heróis, também os carniceiros
colmilhos nacionais, caninos estrangeiros,
que te estão corroendo a seiva e os intestinos!

E tu, grande plebeia, ó Maria da Fonte,
desce heroica aldeã, lá do alcantil do monte,
descalça o teu tamanco e corre o lobo inglês!

Corre mais a ralé, mãe dos rotos e nus,
esta cáfila que esvurma sangue e pus...
Tinge o teu avental mais ainda uma vez!

DECIMO ANNO — N. 3:154

Numero avulso 10 réis

Domingo, 16 de novembro de 1890

SEDE: — ANSELMO XAVIER
PUBLICACOES
PROPRIO PELA LITHIA
ALVARO DE SAUTERNA
REDACTOR PRINCIPAL: — MAGALHAES LIMA

SEculo

MINISTRADO: — J. J. DA SILVA GONÇA
ASSISTENTE:
PARANAGUÁ APARECIDO
LITHIA — LITHIA, 1890
LITHIA — LITHIA, 1890
LITHIA — LITHIA, 1890

A Republica do Brazil

Colaboração de J. J. da Silva Gonça
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

15 DE NOVEMBRO

IS DE NOVEMBRO
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

O MODUS VIVENDI

O MODUS VIVENDI
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGENCIAS SUPREMAS

AGENCIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

A CRUZ DO PAO

A CRUZ DO PAO
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

AGONIAS SUPREMAS

AGONIAS SUPREMAS
O Brasil, a Republica do Brazil
A Republica do Brazil
A Republica do Brazil

A Republica do Brazil

Celebrou-se o 1.º e felicissimo anniversario da grande Republica, de origem portugueza na America Meridional. Solemnisou-se em Portugal e no Brazil a fecunda instituição, sem a qual as nações novas não podem avançar, nem os povos, que declinam e envelhecem, rejuvenescer ou resurgir.

A primeira festividade annual da fausta Republica americana interessava igualmente aos dois povos congeneres, irmãos, que por seculos viveram assoberbados sob o mesmo jugo hereditario, e que depois da sua inevitavel separação, nunca desmentiram por hostilidades profundas e nacionaes a sua commum origem e o commum thesouro das suas gloriosas tradições.

15 DE NOVEMBRO

Esteve magnifico o dia de hontem, como se a natureza quizesse associar-se ao jubilo d'um povo que entusiasta saudou por todas as fórmãs, por que o podia fazer, a data do renascimento d'um povo irmão.

A cidade apresentou-se com arcos festivos. Grande movimento nas ruas, buscando todos apoderar-se dos jornaes que iam apparecendo allusivos á festa do dia: *A Patria*, *Os Pontos nos ii*, *A Noite*, *O Grito Popular*, *A Tarde*, *Os Debates*, *O Seculo*, que todos tiveram uma extracção extraordinaria.

A' noite illuminaram muitas casas particulares, entre ellas a do nosso amigo Miguel Braga, e a do sr. Antonio Joaquim Coelho da Silveira, que offereceu um jantar a diversos amigos seus que estiveram no Brazil, redacções de jornaes, associações, clubs.

Era evidentemente uma festa portugueza, já porque era uma festa republicana, já porque era uma festa de irmãos.

Vamos passar a dar conta de tudo de quanto houvermos noticia.

Também em Lisboa seria editado um outro periódico diário, o *Correio da Manhã*, que circulou de 1º de dezembro de 1884 a 11 de dezembro de 1897¹³⁰. Ao apresentar-se ao público, afirmava que entrava “na luta jornalística, pronto a defender as ideias professadas pelo Partido Regenerador”. O periódico explicava que, na época então atravessada, era sentida “uma grande confusão no regime dos diversos partidos”, de modo que seria necessário “mais do que nunca que os homens” que sustentavam “um certo número de ideias essenciais de progresso, de liberdade e de ordem social”, se concentrassem “em coluna compacta em torno dos seus chefes naturais, esquecendo para sempre as dissidências que por algum tempo os tivessem podido dividir”. O jornal colocava-se entre aqueles que prezavam e defendiam “as instituições vigentes”, propondo que os partidos se caracterizassem de um modo “definido e acentuado”, constituindo “organismos completos, com elementos de vida e desenvolvimento”, evitando “o demasiado fracionamento”, por ser “mais do que nunca perigoso”¹³¹.

Ao apresentar “O aniversário da república brasileira”¹³², o *Correio da Manhã* noticiava que fizera “ontem um ano que se realizou pacificamente no Rio de Janeiro, a revolução que mudou as instituições brasileiras”. Trazia referências à sessão solene na Sociedade de Beneficência Brasileira, descrevendo os atos realizados na “brilhante festa comemorativa do grande acontecimento”. Foi noticiado igualmente o banquete organizado pela colônia

¹³⁰ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 96.

¹³¹ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 1º dez. 1884, p. 1.

¹³² CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 nov. 1890, p. 1-2.

brasileira. Ao se referir aos eventos organizados por entidades ou cidadãos brasileiros, o jornal manteve um tom respeitoso, mas, de acordo com seu caráter monárquico, não exatamente o mesmo procedimento ao tratar das ações promovidas pelos lusos, tratando-as com certa ironia e sarcasmo. Nesse sentido, destacava que “os jornais republicanos publicaram artigos bombásticos sobre a república brasileira” e enfatizava aquilo que considerava como excessiva insistência de alguns portugueses na execução da *Portuguesa*, canção que trazia em si um espírito rebelde em relação ao status quo lusitano. Além disso, citava que em alguns teatros havia sido distribuído o soneto publicado por *O Século*, acerca do aniversário republicano brasileiro, tecendo críticas ao poema no que tange à pobreza de suas rimas, vindo a qualificá-lo pejorativamente como uma “pus”.

O ANNIVERSARIO
DA
REPUBLICA BRAZILEIRA

Fez hontem um anno que se realisou pacificamente no Rio de Janeiro, a revolução que mudou as instituições brazileiras. Commemorando esse anniversario, a Sociedade de Beneficencia Brazileira que presta realmente esplendidos serviços aos seus compatriotas em Lisboa, fez uma sessão solemne a que assistiram grande numero de senhoras, e varios jornalistas nossos, além dos membros mais importantes da colonia, e inaugurou o retrato do presidente da nova Republica. O sr. marquez de Franco que é presidente da sociedade, convidou para presidir á sessão o encarregado de negocios do Brazil, o sr. dr. Coelho Gomes. Em seguida duas illustres senhoras brazileiras mad. Henriqueta Guimarães e a ex.^{ma} filha do sr. visconde de

Em Lisboa, circulou entre 12 de junho de 1879 e 16 de dezembro de 1899¹³³, com uma interrupção nos anos oitenta e noventa, um dos mais importantes jornais caricatos portugueses, *O Antônio Maria*, que de acordo com suas práticas crítico-humorísticas, esteve entre os mais combativos ao *status quo* reinante em Portugal¹³⁴. Por pouco mais de um lustro, a redação de *O Antônio Maria* teria de suspender a sua publicação, época em que foi substituído pelo hebdomadário *Pontos nos ii*, em um título alusivo à expressão cujo significado era o de analisar e esclarecer dada circunstância com argúcia. A folha manteria as mesmas características e linha editorial do semanário que substituía e circulou em Lisboa entre 7 de maio de 1885 e 5 de fevereiro de 1891¹³⁵. Em sua apresentação, o semanário mostrava uma historieta de Maria que, viúva havia três meses de Antônio, em uma referência à publicação anterior, resolvera tocar a folha sozinha. Dizia que sua meta era a de fazer “rir sem descanso, de boca escancarada até mostrar o cavername, de todos os mil grotescos” que fervilhavam pelo país, “como formigas num açucareiro” e, com tais “galhofeiras disposições” vinha à “presença do público ilustrado” pedir “vênia para patentear – em doses o mais homeopáticas possíveis – todos os patuscos acontecimentos” de que tomara “nota no canhenho do seu Antônio, desde o dia em que ele fora chamado abaixo”¹³⁶. Em 1891, retornava o título *O Antônio Maria* que se

¹³³ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 59-60.

¹³⁴ FRANÇA, José Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: caricaturista político*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

¹³⁵ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 179.

¹³⁶ PONTOS NOS ii. Lisboa, 7 maio 1885, p. 1-2.

reapresentava ao público em uma divertida conversa entre “Antônio, o moderado, e Maria, a irascível”, a qual, até então, estaria a comandar o *Pontos nos ii* e retomava alguns dos elementos programáticos estabelecidos à época da sua gênese¹³⁷.

Seguindo o espírito antimonárquico que o orientava, o *Pontos nos ii* homenageou com entusiasmo a chegada do primeiro aniversário da nova república sul-americana. Sem a necessidade de recorrer ao recurso humorístico, o periódico optou pelo segmento da seriedade do enfoque joco-sério que dominava em seu gênero jornalístico. Para tanto voltou a arte caricatural para a representação alegórica e optou por manifestações panegíricas em relação aos novos governantes do Estado que recentemente mudara sua forma de governo. Nesse sentido, estampou em sua primeira página um tributo “Ao Brasil”, trazendo as armas de tal nação encimadas pelos retratos do presidente e de membros de seu ministério, afirmando que ali estava a sua “homenagem aos homens que levantaram o povo nosso irmão do abatimento vergonhoso e da criminosa indiferença a que a monarquia o votara”. Segundo tal concepção, teriam sido eles, a partir de “um heroico esforço e nobilíssimo esforço”, os responsáveis pela transformação de um país à beira do túmulo, em uma “forte nação que luta galhardamente pelo progresso, pela honestidade e pela justiça”, atuando, enfim, como beneméritos “da civilização”¹³⁸.

¹³⁷ O ANTONIO MARIA. Lisboa, 5 mar. 1891, p. 1-2.

¹³⁸ PONTOS NOS ii. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 1.

Ainda na edição especial, o semanário ilustrado lisbonense homenageou o histórico republicano Antônio da Silva Jardim, com a publicação de sua efígie e a constatação de que se tratava de “um brasileiro ilustre e um dos homens a que mais se deve a propaganda das ideias republicanas no Brasil”, pois, “do norte ao sul daquele vastíssimo país” fora sentida “a sua ação e foi ouvida a sua palavra entusiástica”. O personagem era ainda identificado como “um apóstolo fervoroso, um lutador incansável e dedicado”, cuja “obra deixou vestígios inapagáveis em todas as terras do Brasil”, de maneira que melhor do que ele, “ninguém saberá compreender o entusiasmo com que festejamos o primeiro aniversário da proclamação da república”. A saudação foi manifesta ainda no campo alegórico, com a dama do barrete frígio – representação feminina da forma republicana – orientava os caminhos de uma jovem figura indígena – tradicional símbolo do povo brasileiro”, que carregava a bandeira, a qual designava a nacionalidade, enquanto ao fundo, o povo brasileiro comemorava junto de uma cornucópia, em alusão às riquezas do Brasil. A celebração se estendia para a outra margem, com igual exortação por parte dos portugueses, tendo à frente o Zé Povo e a Maria, personagens que representavam o povo luso. O texto que servia como legenda da gravura bem demonstrava o engajamento do hebdomadário para com a causa republicana¹³⁹:

15 de novembro de 1889, 15 de novembro de 1890. Um ano! E no entanto que abismo entre ontem e hoje. Ontem um povo dobrado ao peso de mil afrontas, suando

¹³⁹ PONTOS NOS ii. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 2 e 4-5.

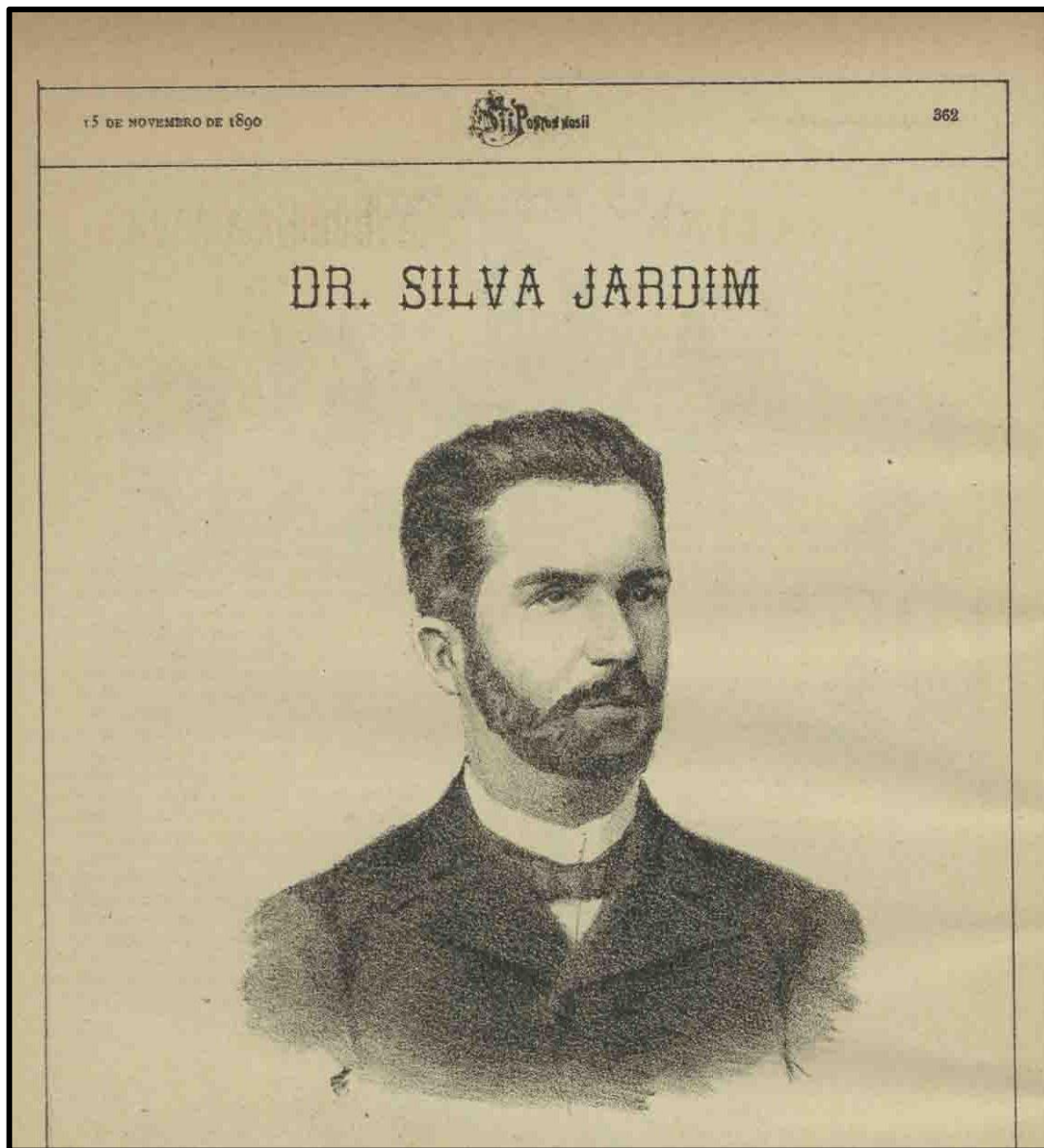
para as orgias de ambiciosos e especuladores; hoje, um povo que se ergueu para o trabalho, que acordou para o progresso!

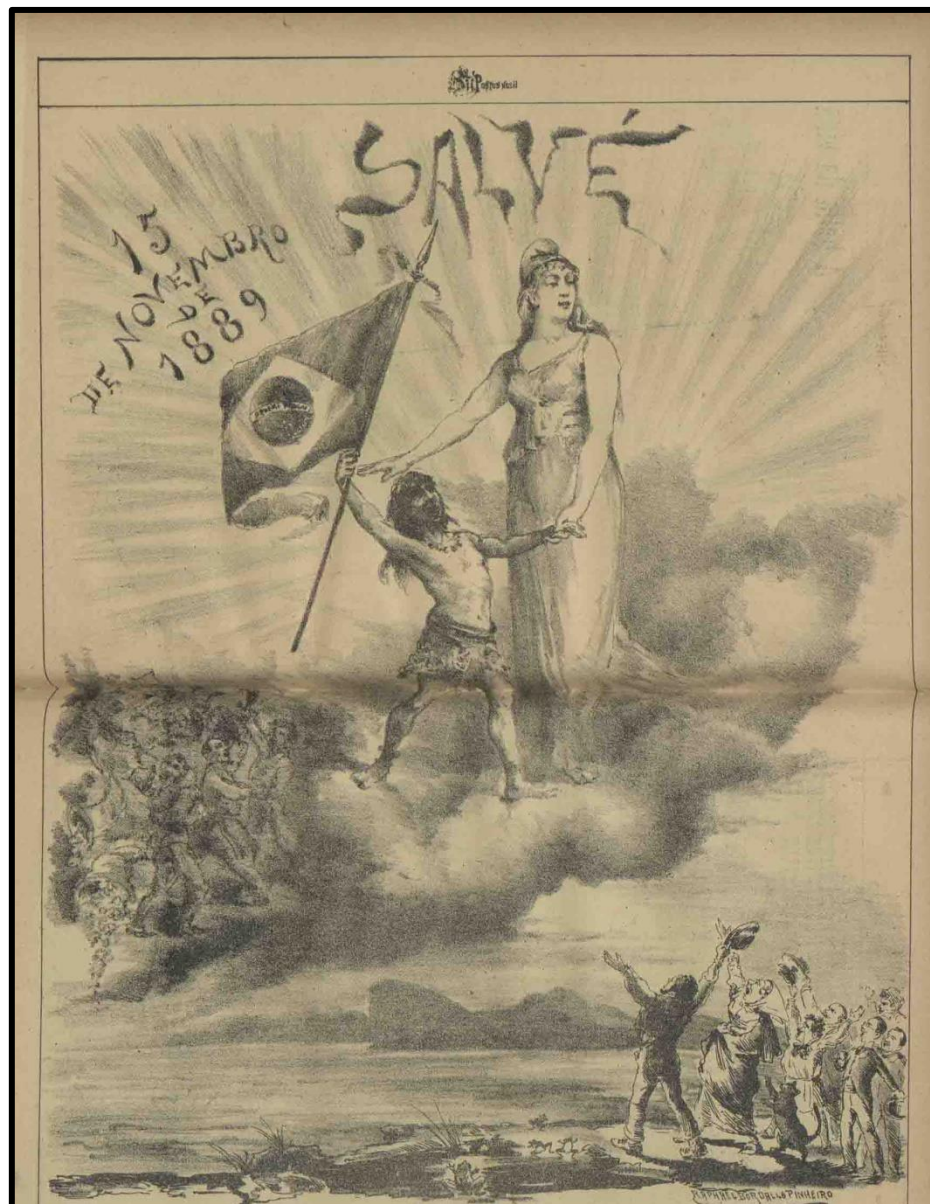
Um ano! Dificilmente se compreende que em tão curto espaço, tamanha fosse a transformação.

Na história dos povos, vinculada a uma glória imorredoura, perdurará esta data como um marco miliário da civilização. 15 de novembro não é um dia de festa somente para a florescente república sul-americana; ficará consagrado para sempre como rememorando uma conquista lucilantíssima da democracia universal. É para nós todos que aspiramos a felicidade de Portugal um exemplo e um incitamento – um exemplo de generosa abnegação e inabalável patriotismo, incitamento a que cumpramos um dever impreterível.

Saudemos o Brasil neste dia de triunfo, como ele a nosso lado esteve nas horas de angústia que há meses alanceiam a alma portuguesa, e que parecem um prenúncio de desmoronamento total, se uma ação de repulsa e de ódio não nos salvar da ruína para cuja beira marchamos.

Salve, povo nobre que ao sentires que te assassinavam, te ergueste num arranque de dignidade e baniste a tutela de todos os crimes! Salve!





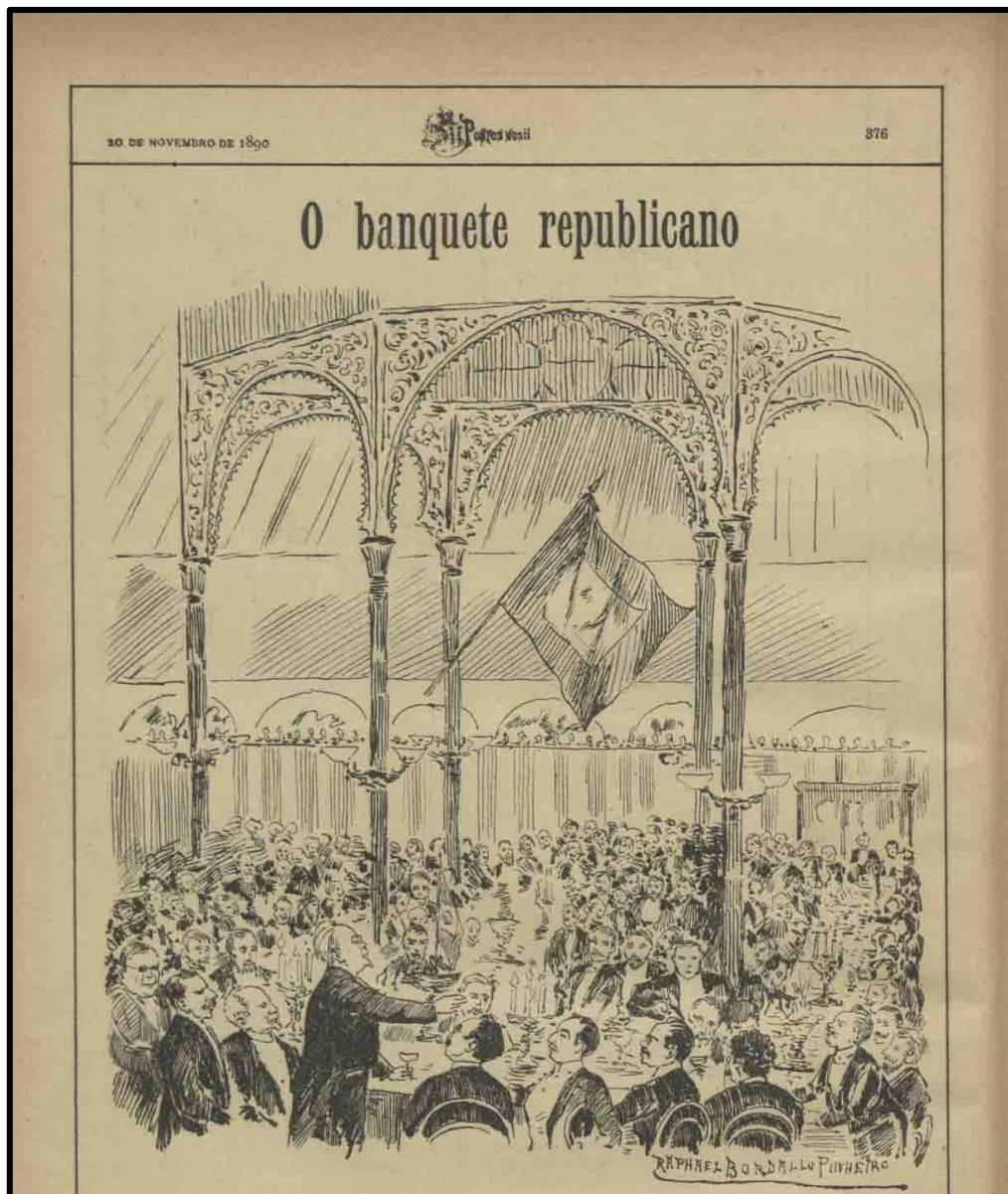
O olhar do *Pontos nos ii* acerca do Brasil, acompanhado pela reflexão sobre a conjuntura portuguesa aparecia em outra alegoria intitulada “Comparando...”, na qual o Zé Povinho, como tradicional símbolo do povo lusitano, encontrava-se sob o controle e a coerção das forças repressivas do Estado, ao passo que um índio – representando a nação brasileira – aparecia como um personagem esplendoroso, emanando luz de seu corpo e acompanhado por duas cornucópias carregadas com moedas, em referência às riquezas nacionais oriundas das indústrias, do comércio e das artes. O paralelo entre o Zé submetido à monarquia e o índio republicano, concluía que este, apesar de nu, estava “mais rico e mais feliz”, do que aquele que se encontrava vestido, mas, sugestivamente, à beira da ruína¹⁴⁰. O semanário ainda trazia ilustração sobre “O banquete republicano” organizado pelo Grêmio Henriques Nogueira para comemorar a efeméride, constituindo “uma reunião de homens ligados por um ideal comum, e tendo uma única aspiração”, quer seja, “realizar em Portugal o que hoje é um fato no Brasil”¹⁴¹. As homenagens estenderam-se ainda ao ministro nomeado para representar os interesses brasileiros em Lisboa, Antônio Américo Brasiliense de Almeida e Melo, propagandista histórico da causa república, e fortemente elogiado pelo periódico lisboeta, qualificando-o como “superior e distinta individualidade”¹⁴².

¹⁴⁰ PONTOS NOS ii. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 8.

¹⁴¹ PONTOS NOS ii. Lisboa, 20 nov. 1890, p. 8.

¹⁴² PONTOS NOS ii. Lisboa, 27 nov. 1890, p. 1-2.







Entre 22 de abril de 1889 e 14 de janeiro de 1905¹⁴³, foi publicado em Lisboa o diário *A Tarde*. Em sua gênese, apresentava-se ao público, resumindo suas práticas na expressão latina *res non verba*, refletindo a intenção da supremacia dos fatos sobre as palavras, ou opiniões e informando que, a propósito “de todos os assuntos de interesse público”, que deveriam ser veiculados na imprensa, daria “a sua opinião franca e desassombrada, guiando-se apenas pelas normas da justiça”, sem se preocupar, levemente que fosse, com os partidos em que se dividia a política lusa. Declarava que não representaria partidos, e sim “jornalistas, na boa e elevada acepção da palavra”, e procuraria, quanto lhe coubesse, “esclarecer a opinião pública, expondo-lhe suas ideias e convicções como produtos de estudo e investigações imparciais e sinceras”. Complementava a apresentação, afirmando que a sua “humilde pena” serviria “devotamente à causa da liberdade” e defenderia “os sagrados direitos” que dela emanavam “no indivíduo e na coletividade”. Como uma atração editorial suplementar, prometia apresentar uma gravura em sua página inicial, contratando para isso profissional cuja reputação artística não careceria de reclame.

A Tarde teve por praxe editorial uma certa moderação e a perspectiva de predomínio informativo ao tratar do tema da mudança na forma de governo no Brasil. Nesse sentido, em sua edição correspondente ao 15 de novembro de 1890, trouxe na capa retratos de integrantes do Governo Provisório da jovem

¹⁴³ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 293.

república. Já o editorial, denominado “Ao Brasil”, comparava a transição política brasileira a uma ação evolutiva dos seres vivos¹⁴⁴:

Convencionemos que a república dos Estados Unidos do Brasil tem um ano de idade e que, à face do calendário político dos grandes acontecimentos, é hoje o dia do seu aniversário.

Também os homens contam a existência desde o momento em que nascem, e desprezam, sem razão de sobejo, o período da vida uterina, de todos o mais rico de fenômenos fisiológicos determinantes da vida social que os aguarda.

Foi a 15 de novembro de 1889 que o feto trabalhado pela civilização do organismo do império brasileiro, irrompeu para a vida da luz, sem máculas nem deformidades que atestassem transmissão de herança doentia e corruptora. Morreram, nesse dia solene, as velhas instituições brasileiras, mas, se a elas cabe a glória de não terem corrompido o sangue vivo e quente da república recém-nascida, também a esta não cabe responsabilidade da ida que então se extinguiu.

A monarquia brasileira morreu de parto; isto é, obedeceu às leis fatias da evolução, que fecunda e gera, que transforma e destrói – e a república dos Estados Unidos do Brasil surgiu, naturalmente, do regime liberal, e transitório, como tudo que se atrela ao progresso e à civilização, educada nos sentimentos patrióticos dos que conquistaram a independência nacional, no amor ao trabalho dos que fecundaram e enriqueceram aquele imenso território e nas primorosas aspirações democráticas dos que tinham estabelecido o regime de tolerância e dogmatizado a alforria da raça negra.

É hoje o dia do aniversário? Pois seja; e sirva ao menos essa convenção para que a imprensa de Portugal, nas homenagens que presta àquele glorioso país, que remodelou sem violências, pondo a força de acordo com a vontade e a tradição de acordo com a reforma, a lei constitucional com que até então se rege, reconheça a justiça de um movimento que a opinião pública já sancionou nas corretas manifestações do sufrágio.

¹⁴⁴ A TARDE. Lisboa, 15 nov. 1890, p. 1-2.

Para nós o aniversário não é do nascimento, mas do batismo, desse ato solene a que o dicionário das paixões dá o nome de revolução e que a filosofia da História explica como pacífica transformação dos ideais.

Não é fácil determinar na civilização de um povo as datas que assinalam os seus movimentos, mais bruscos e acelerados, como não se pode marcar a traços firmes os limites das cores que se esbatem docemente no íris que decompõe a luz do sol.

Onde e quando foi iniciada a vida nacional que hoje floresce em tesouros de trabalho e em fidalgas liberdades, ao sul do continente africano? Nas caravelas de Pedro Álvares Cabral e no momento em que ele aproou às terras de Santa Cruz com a força e a ciência da velha Europa?

Quando a independência e a liberdade, a autonomia e a democracia, triunfaram nas colônias inglesas ao norte daquele torrão? Quando a miséria do velho continente entornou os seus trabalhadores ambiciosos, nas aventuras da emigração, sobre o solo fecundo para a exploração da lavoura e para a aprofundação dos jazigos opulentos?

Quando ecoou nas florestas ingentes a voz da convenção francesa, revelando o novo credo que fizera uma religião que percorreu os continentes e os mares com a impetuosidade das grandes forças?

Nasceu a república do Brasil do sentimento patriótico que transformou em nação independente uma colônia do velho mundo? Ou quando ao escravo flagelado pelos vícios da barbárie foram arrancados os ferros do cativo e iluminada a razão dos homens?

Seja o que for; e convencionemos que data de 15 de novembro de 1889 o período das glórias daquele povo, já que ele, no momento histórico que atravessamos, fez das instituições republicanas a grande síntese das páginas esplêndidas da sua vida, começada no contato com a civilização europeia, continuada nas lutas da sua independência, aperfeiçoada nos progressos da sua literatura e da sua ciência e rematados na fórmula racional das atuais instituições, que firmaram a paz, o trabalho e a riqueza.

N.º 528 Sabbado, 15 de novembro de 1890 Anno II

BRASO DE CASTRO
DIRECTOR POLITICO
Administracão
Palatino
e Typographia
119 - Rua de Antas - 119

A TARDE

SCHWALBACH LUCCI
SECRETARIO DA REDACÇÃO
E GERENTE DA EMPRESA
Impressão e venda
64, N. do Greeno Lustrado, 64

<p>ASSIGNATURAS (PAGAMENTO ADEANTADO)</p>	<p>LISBOA—Trimestre..... 900 réis PROVINCIA—Semestre... 16000 * Trimestre... 14000 *</p>	<p>N.º TELEPHONICO.—411 NUMERO AVULSO 10 RÉIS</p>
		<p>PUBLICAÇÕES</p>
		<p>Annuncios..... 30 réis a linha Na 1.ª pagina..... 100 réis a linha Na 2.ª e 3.ª pagina... 60 réis a linha</p>

GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DO BRAZIL



DEMÉTRIO RIBEIRO
MINISTRO DA AGRICULTURA



DEODORO DA FONSECA
CHIEFE DO GOVERNO PROVISORIO



WANDEKOLK
MINISTRO DA MARINHA



RUY BARBOSA
MINISTRO DA FAZENDA



QUINTINO BOCAUYVA
MINISTRO DOS ESTRANGEIROS



CAMPOS SALLES
MINISTRO DA JUSTIÇA



BENJAMIM CONSTANT
MINISTRO DA GUERRA



ARISTIDES LOBO
MINISTRO DO INTERIOR

VEJA-SE NA SEGUNDA PAGINA O ARTIGO DO SR. FRANCISCO GOMES DA SILVA

AO BRAZIL

Convencionemos que a Republica dos Estados Unidos do Brazil tem u anno de idade, e que, á face do kalendario politico dos grandes acontecimentos, é hoje o dia do seu anniversario.

Tambem os homens contam a existencia desde o momento em que nascem, e desprezam, sem razão de sobejo, o periodo da vida uterina, de todos o mais rico de phenomenos physiologicos determinantes da vida social que os aguarda.

Foi a 15 de novembro de 1889 que o feto trabalhado pela civilização do organismo do imperio brasileiro, irrompeu para a vida da luz, sem maculas nem deformidades que attestassem transmissão de herança doentia e corruptora. Morreram, n'esse dia solemne, as velhas instituições brasileiras, mas, se a ellas cabe a gloria de não terem corrompido o sangue vivo e quente da Republica recém-nascida, tambem a esta não cabe a responsabilidade da vida que então se extinguiu.

- detalhe -

No sentido de manter um equilíbrio entre os interesses em jogo, mormente quanto às disputas entre monarquistas e republicanos no contexto luso, *A Tarde* viria a fazer uma matéria complementar, trazendo o retrato do ex-imperador e publicando o editorial intitulado “D. Pedro de Alcântara”. Nessa linha, explicava que, “no dia em que a nova república fez um ano de nascida”, publicara “o retrato dos homens que mais se distinguiram na transformação política do Brasil”, ressaltando que, entretanto, faltara “um, o do imperador caído”, vindo a corrigir tal falta. De acordo com o jornal, Pedro II teria sido “o homem que mais contribuiu, talvez sem querer, para essa rápida transformação”. Recomendava que, ao invés da condenação ao exílio, “os revolucionários de 15 de novembro podiam muito bem tê-lo feito sentar na cadeira presidencial”, já que “nenhuma outro cidadão brasileiro tinha por certo mais direito a ela”. Diante de tal sugestão, constatava que “a política rir-se-ia talvez da excentricidade, mas a história” haveria, “mais tarde de a justificar”, referindo-se ainda às saudades que o governante apeado do poder deveria sentir de sua terra natal¹⁴⁵.

¹⁴⁵ A TARDE. Lisboa, 19 nov. 1890, p. 1.

D. PEDRO D'ALCANTARA

No dia em que a nova republica fez um anno de nascida, a *Tarde* publicou o retrato dos homens que mais se distinguiram na transformação politica do Brazil. Faltou-lhe um: o do imperador cahido, que hoje dá. E em verdade, elle foi o homem que mais contribuiu, talvez sem querer, para essa rapida transformação. Em vez de o terem obrigado a embarcar no *Alagôas*, os revolucionarios de 15 de novembro de 1889 podiam muito bem tel-o feito sentar na cadeira presidencial, porque nenhum outro cidadão brasileiro tinha por certo mais direito a ella. A politica rir-se-hia talvez da excentricidade, mas a historia havia mais tarde de a justificar.

- detalhe -

Esta pequena amostragem envolvendo periódicos lisbonenses serve como um microcosmo do universo de reações da imprensa portuguesa frente à modificação política ocorrida no Brasil em 15 de novembro de 1889 e cuja efeméride ficava demarcada um ano depois com a passagem de seu primeiro aniversário. De um lado havia os predominantemente noticiosos e moderados, que buscavam não se imiscuir nos temas políticos do país tropical, prendendo-se a uma narração supostamente sem engajamentos. Por outro lado, houve também as disputas entre as publicações monárquicas e as republicanas, cada qual buscando legitimar/deslegitimar as ações do grupo antagônico, considerando àquelas que o Brasil dera um passo extremamente arriscado com mudança da forma de governo, ao passo que estas aplaudiam entusiasticamente a transformação em pauta, considerando-a como um exemplo para os caminhos de Portugal em direção a uma propalada democracia. As folhas ilustradas, por sua vez, optavam pelas alegorias, pelos retratos e pelas manifestações encomiásticas para traduzir os acontecimentos no Brasil. Assim, o 15 de novembro de 1890 constituía mais um passo das construções discursivas do jornalismo luso em todo o seu interesse a respeito do país tropical, refletindo um conjunto de manifestações que em muito contribuiria para o estremecimento das relações luso-brasileiras, bem como, mais tarde, para uma reaproximação entre ambas as nações.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



edicoesbibliotecariograndense.com



9 786553 060807

ISBN: 978-65-5306-080-7